

# REVISTA PHILOLOGUS

ISSN 1413-6457



**Rio de Janeiro – Ano 10 – Nº 29  
Maio/Agosto – 2004**

**R454**

**Revista Philologus / Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos. – Ano 10, Nº 29, (maio/ago.2004) – Rio de Janeiro: CiFEFiL. 147 p.**

**Quadrimestral  
ISSN 1413-6457**

**1. Filologia – Periódicos. 2. Lingüística – Periódicos.  
I. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos**

**CDU 801(05)**

## EXPEDIENTE

A *Revista Philologus* é um periódico quadrimestral do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL) que se destina a veicular a transmissão e a produção de conhecimentos e reflexões científicas, desta entidade, nas áreas de Filologia e de Linguística por ela abrangidas.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

### Editora

**Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL)**

Rua Visconde de Niterói, 512/97 – 20.943-000 – Rio de Janeiro – RJ

Telefax: (21) 2569-0276 – E-mail: [pereira@uerj.br](mailto:pereira@uerj.br) e [www.filologia.org.br](http://www.filologia.org.br)

<b>Diretor-Presidente:</b>	Prof. Dr. José Pereira da Silva
<b>Vice-Diretora:</b>	Profa. Dra. Maria Lúcia Mexias Simon
<b>Primeiro Secretário:</b>	Prof. Dr. Alfredo Maceira Rodríguez
<b>Segunda Secretária:</b>	Profa. Me. Patricia Teresita Festini
<b>Diretor de Publicações</b>	Prof. Dr. Amós Coêlho da Silva
<b>Vice-Diretor de Publicações</b>	Prof. Dr. Vito Cesar de Oliveira Manzollilo

### Equipe de Apoio Editorial

Constituída pelos Diretores e Secretários do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL). Esta Equipe é a responsável pelo recebimento e avaliação dos trabalhos encaminhados para publicação nesta *Revista*.

**Redator-Chefe:** José Pereira da Silva

### Conselho Editorial

Alfredo Maceira Rodríguez	Maria Lúcia Mexias Simon
Álvaro Alfredo Bragança Júnior	Nataniel dos Santos Gomes
Cristina Alves de Brito	Patricia Teresita Festini
Claudio Cezar Henriques	Ruy Magalhães de Araujo
José Pereira da Silva	Vito César de Oliveira Manzollilo

**Diagramação, editoração e edição** José Pereira da Silva  
**Projeto de capa:** Emmanoel Macedo Tavares

### Distribuição

A *Revista Philologus* tem sua distribuição endereçada a Instituições de Ensino, Centros, Órgãos e Institutos de Estudos e Pesquisa e a quaisquer outras entidades ou pessoas interessadas em seu recebimento mediante pedido e pagamento das taxas postais correspondentes.

**REVISTA PHILOLOGUS VIRTUAL**

[www.filologia.org.br/revista](http://www.filologia.org.br/revista)

## SUMÁRIO

A REPETIÇÃO: UMA DISCUSSÃO SOBRE SUAS BASES FILOSÓFICAS, CULTURAIS E TEXTUAIS – <i>Kilpatrick M. B. Campelo</i> .....	7
A TEORIA KATZ E FODOR: OS FILHOS HETERODOXOS DE UMA GESTAÇÃO ORTODOXA - <i>Paulo Mosânio Teixeira Duarte</i> .....	26
O ALIENISTA E A SÁTIRA CLÁSSICA ANTIGA - <i>Amós Coêlho da Silva</i> 41	
A VIDA DE SANTA PELÁGIA - COMENTÁRIOS MORFOSSINTÁTICOS (I) - <i>Ruy Magalhães de Araujo</i> .....	51
ANA MARIA MACHADO: O ADJETIVO COMO ELEMENTO DE COMPARAÇÃO – <i>Anete Mariza Torres Di Gregorio</i> .....	71
DOS GRAFITEIROS DE POMPÉIA AOS PICHADORES ATUAIS – <i>Alfredo Maceira Rodríguez</i> .....	77
FILOLOGIA E PESQUISAS LITERÁRIAS – <i>José Pereira da Silva</i> .....	89
O TEXTO BIZANTINO NA TRADIÇÃO MANUSCRITA DO NOVO TESTAMENTO GREGO - <i>Paulo José Benício</i> .....	108
O DOMÍNIO DA LÍNGUA CASTELHANA SOBRE O GUARANI PARAGUAIO – <i>Eduardo de Almeida Navarro</i> .....	127

## RESENHAS

BASE TEÓRICA DE CRÍTICA TEXTUAL PARA INICIANTES E VETERANOS – <i>José Pereira da Silva</i> .....	138
ELEMENTOS DA CRÍTICA TEXTUAL - <i>José Pereira da Silva</i> .....	141
PALAVRAS TAMBÉM TÊM HISTÓRIA - <i>Vito Manzolillo</i> .....	144
INSTRUÇÕES EDITORIAIS .....	147

**EDITORIAL**

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos tem o prazer de apresentar-lhe o vigésimo oitavo número de sua Revista *Philologus*, com nove artigos e duas resenhas, da autoria dos seguintes professores e filólogos ou lingüistas: Alfredo Maceira Rodríguez (77-88), Amós Coêlho da Silva (41-50), Anete Mariza Torres Di Gregorio (71-76), Eduardo de Almeida Navarro (128-138), José Pereira da Silva (89-107, 139-141 e 142-134), Kilpatrick M. B. Campelo (7-25), Paulo José Benício (108-127), Paulo Mosânio Teixeira Duarte (26-40), Ruy Magalhães de Araujo (51-70) e Vito Manzolillo (145-147).

Alguns artigos submetidos foram transferidos para o próximo número, visto que a Diretoria de Publicações do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos decidiu que, a partir do número 28, cada volume terá de variar entre 120 e 150 páginas para conter um pouco as despesas porque alguns associados vêm deixando sistematicamente de cumprir suas obrigações financeiras, repassando para nós as suas dificuldades.

A aparente redução do número de artigos resultou também da extensão da maioria dos artigos aqui publicados, que ultrapassou bastante a média dos números anteriores.

As três resenhas são dedicadas a obras teóricas de crítica textual e de lexicografia e lexicologia, apresentando trabalhos recentemente publicados e de natureza extremamente diferenciada: o primeiro constitui uma reedição de obra anteriormente publicada com outro título e já esgotada a vários anos, com base na prática editorial do autor, o segundo constitui o que de mais recentemente se publicou em livro sobre as modernas técnicas da edição crítica no Brasil e no mundo e o terceiro é trabalho da maior seriedade e competência filológica relativa à etimologia da língua portuguesa, diferente da maioria dos trabalhos que sobre o tema têm surgido nos últimos anos.

Agora, no décimo ano do CiFEFiL e da *Revista Philologus*, juntemo-nos aos seus Diretores: Prof. Dr. Amós Coêlho da Silva e Prof. Dr. Claudio Cezar Henriques para fazê-la tornar-se um periódico de melhor qualidade gráfica, com o apoio que merece ter das em-

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

presas ou das agências de fomento.

Como o nosso objetivo é divulgar os estudos filológicos e linguísticos, poderemos distribuir a revista gratuitamente a todas as bibliotecas e cursos superiores de letras das universidades públicas brasileiras e para as particulares que a solicitarem.

A Direção desta *Revista Philologus* e a Direção do CiFEFiL pedem aos colegas que contribuam com as suas críticas positivas e honestas para que os seus serviços possam atingir a melhor qualidade possível que os seus recursos permitem.

Para o próximo número já estão programados os artigos de Antônio Luis Salim Lessa, Bruno Fregni Bassetto, Eduardo de Almeida Navarro, Horácio França Rolim de Freitas, Kilpatrick M. B. Campelo, Maria Cândida Drumond Mendes Barros e Ruy Magalhães de Araujo, apesar de ainda estarmos recebendo contribuições que poderão sair nesse número 30 ou no próximo, pois estamos aguardando os artigos resultantes das conferências proferidas no III Encontro Nacional com a Filologia, entre os quais o de Castelar de Carvalho, de Marilza Mencialha de Souza e de Rosalvo do Valle, além de outros prometidos.

Rio de Janeiro, agosto de 2004.

*José Pereira da Silva*

**A REPETIÇÃO  
UMA DISCUSSÃO SOBRE SUAS BASES  
FILOSÓFICAS, CULTURAIS E TEXTUAIS**

*Kilpatrick M. B. Campelo (UECE)*

**RESUMO**

Esse artigo analisa de que forma a validade coesiva e estilística da repetição para a produção textual escrita é avaliada em compêndios gramaticais e manuais de redação. Ele também leva em consideração questões relativas à lingüística textual e à filosofia. Observações concernentes às últimas áreas do conhecimento guiam a crítica de gramáticas e manuais de redação. O fenômeno da repetição, em nossa opinião, não foi suficientemente esclarecido. Nosso intuito é discutir as possíveis bases epistemológicas fundadoras da concepção tradicional de análise e avaliação da repetição. Com relação à repetição na modalidade oral, não fizemos nenhuma consideração.

**PALAVRAS-CHAVE:** Repetição, Discussão, Filosofia, Cultura, Texto

**A REPETIÇÃO A RESPEITO DA REPETIÇÃO**

A repetição, tradicionalmente, é avaliada como uma espécie de insuficiência. Trata-se de um déficit textual, dado que importa, para a constituição equilibrada de um texto, um uso mínimo de formas repetidas. Tal tese supõe que o provimento de um texto com um teor informacional elevado será feito por meio de uma codificação lingüística que apresente maior especificidade formal, em especial, lexical. Por outras palavras, um texto se define como expressivo quanto maior for o emprego de palavras que refiram, de forma específica e especial – se possível –, o tema a ser tratado. A redundância representa, enfim, um sinal claro e evidente de carência argumentativa, ou, em última análise, de demonstração de pobreza de espírito. Por esse motivo, deve ser execrada a todo preço.

As raízes dessa estigmatização, supomos, podem ser localizadas no nascedouro do pensamento ocidental. Isso porque a concepção de referenciação entende que a categorização, ou representação, deve ser orientada pela *adequatio intellectus rei*, i.e., adequação do intelecto à coisa. A referenciação ideal é aquela em que cada fenômeno recebe uma designação específica, compondo um ajuste perfeito.

to entre as palavras e as coisas. Por esse prisma, a assim chamada precisão vocabular não pode restringir-se a generalidades ou alusões vagas, difusas, confusas. A repetição lexical provocaria exatamente a impressão de imprecisão. Conquanto seja impraticável a adequação plena, isto é, uma categorização que sempre gere a impressão de absoluta adequação entre a percepção e o fenômeno representado, a expectativa do receptor de um dado ato de língua em relação à função referencial (ideacional ou representacional) é que essa correspondência adequada possa ser efetiva. Em termos textuais, a tessitura de um texto deve ser marcada por um grau elevado de explicitude, o que se materializa por meio de uma gerência destra, hábil e, se possível, lábil, do emprego preciso das palavras.

Do ponto de vista semiótico, isto é, do entendimento fundamental do funcionamento do processo semiótico em que *aliquid est pro aliquo*, a repetição não parece própria. Apenas não parece<sup>1</sup>. Não parece próprio porque a sentença fundamental da semiose – *aliquid est pro aliquo* – em que um signo responde a si mesmo ao recorrer a outro parece expressar que um signo somente pode ser reconhecido em sua identidade ao afirmar a sua diferença. A identidade de sua representação se manifesta na medida em que se espelha no contraste, ainda que sinonímico, com outros signos. A explicação, o desdobramento sígnico, depende dessa alteração do mesmo. Nesse sentido, o redobramento pareceria, do ponto de vista da representação estritamente lógica, uma mesmice dispensável por causa de uma carência de informação nova. Costuma-se chamar essa obviedade construída pela mesmice lingüística ou semântica de repetição ou tautologia. A respeito da tautologia, observe-se o que diz ABBAGNANO (2000):

Na terminologia filosófica tradicional, tautologia significa generi-

---

<sup>1</sup> Na linguagem da propaganda é comum a repetição de um termo em sentenças copulativas com o verbo ser. Por exemplo, a propaganda de uma casa de produtos automobilísticos *Um pneu é um pneu*. Nesses casos não se diz apenas a mesma coisa, mas se empresta ao produto sob apreço uma propriedade específica que o qualificaria como positivamente diferente dos vendidos em outras casas. Importa dizer algo diferente, por supor-se ter o produto modelar. A mesmice equacionada não é uma equalização qualquer, é uma forma de destacar uma propriedade do referente, ainda que se coloque a mesma forma de designação na posição própria de uma atribuição. Não é, portanto, uma referência da referência, mas uma atribuição da referência por meio da mesma designação. É, na verdade, uma denotação seguida de uma designação, conquanto o signo verbal seja exatamente o mesmo do ponto de vista formal no sentido a ser exposto a seguir.

camente um discurso (em especial, uma definição) vicioso porquanto inútil, visto repetir na conseqüência, no predicado ou no *definiens* o conceito já contido no primeiro membro: ‘M de la Palisse, quinze minutos antes de morrer, ainda estava vivo’”. (2000: 939)

A aversão à repetição, uma tautologia localizada no âmbito lexical ou frásico, tem seu nascedouro no julgamento negativo da mesmice conceptual ou referencial. Naturalmente, não há previsão teórica que enquadre a tautologia em situações comunicativas específicas. Não se levava em consideração que a obviedade informacional pode atender outras funções que não a estritamente representacional<sup>2</sup>.

Do ponto de vista filosófico, pode-se falar ainda da repetição em sentido geral. A repetição, filosoficamente, pode se consubstanciar ética e esteticamente. Esteticamente, segundo KIERKEGAARD (apud ABBAGNANO, 2000: 853) clama-se pela renovação, pela mutação constante. Eticamente, ao contrário, reclama-se a permanência, a continuidade. *Mutatis mutandis*, ao se analisar um texto<sup>3</sup>, poder-se-ia enxergar nos analistas de texto a louvação de uma maestria estética de transfigurar, de inovar por meio da repetição apenas entre utentes específicos da língua – os escritores. A repetição, para ser admitida, assume o estatuto de um recurso cujo usuário é portador de uma destreza ímpar, de uma atribuição privativa de eleitos. Trata-se de uma *oligografia*, ou seja, de um expediente de expressividade facultado para poucos. Poder-se-ia falar ainda de uma *aristografia*, isto é, um recurso possível apenas para os considerados melhores. Essa eleição se reserva apenas para os escritores maduros ou, mais especificamente, para literatos experientes. Não basta, em verdade, ser escritor para ser um usuário hábil da repetição. É mister ser

---

<sup>2</sup> Por exemplo, declarações óbvias em cumprimentos se prestam a manter contato, ou seja, atendem a uma função fática. Não se pode, por esse motivo, esperar que todo ato de fala tenha sempre um propósito exclusivo de representar estados de coisas.

<sup>3</sup> Tradicionalmente os textos legados à posteridade e dignos de análise textual eram os literários. Assim, não há como se desconsiderar o juízo estético acerca da repetição da análise literária, pelo simples fato de que apenas os textos literários, em que se supunha haver maior refinamento estético, eram considerados dignos de análise textual. É bem verdade que os textos filosóficos também deviam se submeter aos mesmos imperativos redacionais, mas entre eles a concessão estilística ao uso da repetição não era admitida. Entre os textos religiosos, interessava e cabia, não de forma categórica, o preceito de Agostinho: *melius est gramatici nos reprehendant quam non intelligant populi*. Nos textos bíblicos abundavam, com efeito, repetições lexicais, mas não eram avaliados da mesma forma em razão de seus propósitos catequéticos.

um douto escritor, um artífice privilegiado no trato com a palavra. Os escritores, ao repetirem, usam da palavra a serviço de uma expressividade singular. Não há, portanto, para esses egrégios usuários, a mesmice condenável. Não se trata da construção de obviedade semântica, mas de manejo consciente a fim de produzir um *plus* expressivo. De qualquer forma, de uma maneira geral, a avaliação da repetição esteticamente como uma insuficiência ainda hoje tem muita repercussão:

Kierkegaard valeu-se desse conceito sobretudo pra descrever a natureza da vida ética: à diferença da vida estética, que procura evitar a repetição, buscando novidades a todo instante (sendo por isso simbolizada por Don Juan), a vida ética baseia-se na continuidade, na escolha repetida que o indivíduo faz de si pelo matrimônio. (2000: 853).

ECO (1998: 337), observando a tradição filosófica, ao tratar da referenciação, distingue a esse respeito os conceitos de *denotatio* e *designatio*. O primeiro se reporta a uma referência genérica, marca noções hiperonímicas. O segundo se refere a uma referência específica, assinala noções hiponímicas. De qualquer forma, para referir, a heteronímia deve prevalecer, a fim de que se aprovisione um texto com a precisão referencial que o torna um bom texto. Novamente identificamos que a requisição de um apontamento preciso do signo verbal, intensional ou extensionalmente, encontra guarida na tradição do pensamento da nossa civilização. Ora, se a referência e a referenciação se supõem precisas, elas não podem ser tautológicas, ou seja, elas não podem ser circulares. A fim de apreender com a devida precisão, é necessário recorrer a outros signos verbais. O recurso à repetição, por esse motivo, não é encarado como o expediente básico ou necessário da representação. Noutros termos, supõe-se que, para referir, não se possa, de forma preponderante, repetir, mas glosar ou parafrasear por meio de designações ou denotações<sup>4</sup>. A precisa referência não se compatibiliza com a repetição, dado que representaria uma redundância descartável.

Para concluir essa seção introdutória, convém assinalar que há aspectos culturais responsáveis pela reprovação em geral da repetição. Em culturas em que vige um apreço excessivo pela eloquência

---

<sup>4</sup> É claro que o problema da denotação e designação é bem mais complexo, mas seu aprofundamento não interessa para a nossa discussão.

ou pela loquacidade cultista, em que se gera admiração por empregar um uso abundante de palavras, preferencialmente as de circulação mínima, a repetição, lexical ou frástica, não pode ser valorada positivamente.

O consentimento para com os escritores implica uma admisão parcial da validade expressiva da repetição, mas não o seu reconhecimento como propriedade imanente à constituição textual e, por conseguinte, referencial. Essas considerações iniciais servem para compreender a suspeição ou desconfiança ainda existentes com relação à repetição, em especial a lexical.

### A PETIÇÃO DE REPETIÇÃO

A repetição, parece-nos, é um problema de identificação na superfície lingüística do modo de tematizar. Noutros termos, trata-se de um problema de codificação ou encapsulamento lingüístico. No entanto, a tematização não se materializa, no uso da língua, apenas por meio da codificação morfolexical e sintático-semântica. A tematização está subordinada a condicionantes pragmáticos, que envolvem o domínio do usuário do tipo de gênero de texto, consoante a situação comunicativa em que se encontra. Não se podem ignorar ainda os aspectos relativos ao autoconhecimento que o usuário detém, e a avaliação que faz dos outros indivíduos com os quais se relaciona socialmente. Por outras palavras, o entendimento que um dado usuário possui de seu papel e do papel de seus semelhantes em sua vida de relação e na sociedade em que vive define escolhas lingüísticas em nível estrutural e textual.

No âmbito pragmático e não apenas no âmbito estrutural se manifesta a repetição.

Nós lidamos com repetições não meramente discursivas, mas situacionais. Noutros termos, a repetição, em sentido lato, não é uma exceção, mas a regra. Nossos hábitos não são nada mais do que cristalizações comportamentais. Naturalmente, a rigidez maior ou menor desses hábitos dependerá de condicionamento individual, isto é, de uma maior ou menor sujeição de um dado indivíduo a reproduzir atitudes. Assim, a nossa própria compreensão psico-comportamental própria e alheia se assenta em identidades e diferenças definidas por

repetições, por recorrências. Nesse caso, a repetição, isto é, em termos atitudinais, conforme vimos, é avaliada positivamente por nossa cultura. A continuidade e permanência de comportamentos são tidas como marcas louváveis. Ao contrário da ruptura com rotinas e da incapacidade de ajuste a procedimentos padronizados. O condicionamento a automatismos e a regularidade comportamental provocam impressão positiva em termos gerais. Essas observações servem para frisar a necessidade de um enquadramento pragmático e não meramente estrutural de compreensão da função da repetição.

No entanto, para efeito de aprofundamento teórico e metodológico, há necessidade de uma delimitação do âmbito de ocorrência da repetição. Essa delimitação é crucial, porque, em nível lingüístico, a repetição pode incidir até mesmo em nível intralexical, tal como nos ensina Elia<sup>5</sup>. Ou ainda em nível fonético, o que sucede com as assonâncias e aliterações. E poderíamos registrar igualmente a versificação isossilábica, uma metrificação poética em que se repete a mesma quantidade de sílabas poéticas (característica da poesia parnasiana ou do cordel). Nesse último caso temos uma repetição fonética, porque marca o ritmo e léxico-frasal, porque se distribui por meio de palavras ao longo dos versos.

Esses são, em verdade, os principais problemas do tratamento da repetição em geral: a ausência de uma distinção de diferentes tipos de repetição e o não enquadramento do emprego dos diferentes tipos de repetição em distintas situações de uso.

Nesta seção, vamos procurar resolver o problema no nível lexical, que costuma ser identificado com o próprio fenômeno da repetição lingüística.

Do ponto de vista lexical, o problema não costuma ser bem resolvido. Condena-se a repetição, mas praticamente não há texto que não apresente repetições exatamente para garantir a monotematicidade ou a ipsidade de um dado tema. A costura ou urdidura de um

---

<sup>5</sup> Os prefixos **re-** (em recommear, recompor, reaver), **per-** (em percorrer, perdurar, perorar) **es-** (em esbombardear, escoicear, espernear) e os sufixos **-ejar** (em apedrejar, forcejar, esbravejar), **-ear** (em pentear, folhear, planejar), **-ar** (em abrilhantar, aviventar, emagrentar) e **-itar** (em saltitar, dormir). Todos os afixos estão relacionados na gramática de Ali, exceto os do prefixo **per-** e **-itar**, citados por nós.

assunto se perfaz por meio de repetições. Repetições que, a rigor, são ilusórias porque não se pode afirmar categoricamente que o simples re-emprego de um dado item lexical assinale a mesma referência ou a mesma predicação. Noutras palavras, a recategorização pode se dar exatamente na medida em que se repete, podendo produzir, ao contrário do que se postula a respeito da repetição, um teor informacional mais elevado. Naturalmente, essa recategorização com o re-emprego do mesmo item lexical pode marcar uma significação adicional, capaz de carrear maior informatividade a depender do gênero textual sob apreço. Por outras palavras, repetições do mesmo item lexical podem portar maior ou menor informatividade a depender do gênero de texto. Em razão disso, o gênero de texto é um fator fundamental para a verificação da presença de maior ou menor informatividade no emprego da repetição do mesmo item lexical.

ANTUNES (1995), ao tratar da repetição, declara que ela serve como sustentáculo lingüístico para a veiculação da informação:

Nessa perspectiva, vejo a repetição como uma das operações de textualização, i.e., como uma das formas de proceder-se à composição do aparato lingüístico capaz de promover aquele intercâmbio da informação. Resulta, portanto, da atribuição de intenções discursivas e de decisões intencionalmente dos sujeitos da interação. (1995: 1199)

Acresce ainda a autora:

Desta forma, a repetição lexical cumpre uma função textual decorrente não apenas do conteúdo lexical das unidades repetidas, mas, de forma suplementar, cumpre uma função decorrente da própria operação discursiva de repetir, de reutilizar elementos formais já presentes ao texto. Por outras palavras, a repetição de unidades lexicais cumpre não apenas uma função proposicional, na dimensão daquilo que se pretende 'dizer' pelo texto. Acumula também, e de maneira significativa, a função de estabelecer os pontos de relação que o processamento da informação textual requer. Destaca-se, portanto, como um tipo de 'instrução' para o cálculo do sentido parcial e/ou global do texto – ou para o controle da interpretação do texto como um todo coerente. **Vincula-se, assim, à própria atividade do sujeito enunciador de compor, de organizar a seqüência de seu texto.** (grifo nosso)

Apreende-se das palavras de ANTUNES (1995) que a repetição é uma característica inalienável de todo texto. Noutros termos a repetição tem uma função estrutural de composição textual. Essa atribuição ou propriedade da repetição lexical não é destacada ou sequer mencionada pela maioria dos manuais de redação e pelas gra-

máticas. No entanto, a autora pode ter atribuído demasiada força à repetição, como se, necessariamente, todos os textos devessem recorrer a ela.

ANTUNES (1995) apresenta três funções centrais da repetição lexical, a saber:

1. A função de confirmar a concentração do texto num eixo informativo, marcando pontualmente a reincidência seqüencial dos elementos convergentes e, promovendo, assim, a apreensão da unidade temática pretendida;
2. Pretensão resumitiva, ou seja, uma pretensão de se condensar em blocos maiores o fatiamento de informações. Esta pretensão resumitiva pode ser vista como uma função paralela àquela de confirmação do tópico ou dos subtópicos do texto. É ela, ainda, que converte o último parágrafo em espaço preferencial para repetições de unidades cujos matizes constam no parágrafo introdutório do texto;
3. A função de indicar a seleção prévia de um determinado elemento a partir do qual a informação progride. Nesse sentido, a repetição entra como recurso de ancoragem dos tópicos já introduzidos em direção ao desenvolvimento do texto, seja por meio das paráfrases, das reformulações, dos ajustes, das especificações, dos resumos e de outros procedimentos similares. Entra, assim, como elemento indicativo de transição que o percurso do texto vai executando e sobressai como elemento da continuidade do texto. (1995: 1202)

Possivelmente porque é uma característica já bastante ressaltada pela tradição, a autora menciona ligeiramente a função de enfatizar carregada pela repetição lexical. Agrega ainda uma quinta função, a respeito da qual ela declara:

Subjacente a essas funções específicas da repetição, está o caráter de instrução relacional que se pode atribuir a essa operação textual. pela repetição, na verdade, são indicadas as diferentes inter-relações entre os vários segmentos do texto. São estas inter-relações que deixam o texto na condição de unidade hierarquicamente organizada. Neste aspecto, pode ter sentido a admissão de que a repetição de unidades lexicais pode caracterizar um discurso bem planejado, ao contrário do que propôs Ochs (1995: 1204)

À guisa de conclusão, a autora declara que é um texto artificial em excesso se construído sem o concurso à repetição:

Por essas e outras motivações parece inteiramente artificial a composição de textos sem o recurso funcional da repetição lexical. E não só: parece extremamente difícil o processamento da informação, em ordem à unidade do texto, sem que se volte à reutilização de unidades e de seqüência de unidades lexicais. (1995: 1205)

A resumir as funções, podemos dizer que a repetição garante a monotematicidade de um dado texto, ou seja, exerce uma função centrípeta em termos temáticos; garante a sumarização de conteúdos expostos, cujo lugar privilegiado, em textos expositivos, é o fim de cada parágrafo (em textos em prosa); vetoriza a progressão temática, assinalando o direcionamento e/ou encaminhamento de novos subtemas; realça o tema sob apreço em um dado texto; e, finalmente, estrutura e organiza as informações que se desenvolvem sobre um dado tema.

Em consonância com as considerações de ANTUNES (1996), WHITTAKER (s/d) declara que a repetição “*lexical contribui fortemente para a coerência nos textos do uso de especialistas*”.<sup>6</sup>

Em primeiro lugar, menciona a função de condução da identidade do tema:

Podemos então considerar como pertencente às expressões que Charolles (1995) chama as formas anafóricas especializadas no controle de riscos de ambigüidade. Ora, os atos referenciais potencialmente ambíguos parecem muito raros nesse tipo de texto. De fato, a repetição lexical sob forma de uma descrição definida simples ou de um demonstrativo é, na maior parte dos casos, suficiente para assegurar a coerência necessária para a identificação da fonte de interpretação do referente<sup>7</sup>.

Mais à frente ressalta que a repetição lexical é característica de textos especializados:

Nos exemplos que nós vimos até aqui, o dito N é uma anáfora fiel, isto é, o N da anáfora é idêntica ao nome-cabeça do antecedente. Com efeito, é o caso da grande maioria das ocorrências nesse corpus. Isso não é nada surpreendente, a repetição lexical sendo característica de textos especializados.<sup>8</sup>

---

<sup>6</sup> (...)la répétition lexicale contribue fortement à la cohérence dans les textes à l’usage de spécialistes. (s/d: 1).

<sup>7</sup> Il peut donc être considéré comme appartenant aux expressions que Charolles (1995) appelle les formes anaphoriques spécialisées dans le contrôle des risques d’ambigüité. Or, les actes référentiels potentiellement ambigus semblent assez rares dans ce type de text. De fait, la répétition lexicale sous forme d’une description définie simple ou d’une démonstrative est, dans la plupart des cas, suffisant pour assurer la cohérence nécessaire pour l’identification de la source d’interprétation du référent. P.3

<sup>8</sup> Dans les exemples que nous avons regardés jusqu’ici, *ledit N* est une anaphore fidèle, c’est-à-dire que le N de l’anaphore est identique au nom-tête de l’antécédent. En effet, c’est le cas

Essa informação é de extremo relevo porque mesmo ANTUNES (1996) não mencionou a necessidade de uma compreensão da repetição condicionada ao gênero de texto. Com base nesses questionamentos, cremos que a repetição, especialmente a lexical, inequivocamente, desempenha funções múltiplas para assegurar a textualidade. No entanto, não se pode desvincular o seu emprego do gênero em que aparece.

### A PERSPECTIVA DOS MANUAIS DE REDAÇÃO E GRAMÁTICAS

O principal problema dos manuais e das gramáticas é, primeiramente, tratar a repetição como um mal per se. Em segundo lugar, não se contextualiza o emprego da repetição. E, além disso, não se distingue em que níveis a repetição pode ocorrer, misturando a repetição lexical, frasal e semântica. Naturalmente, conforme teremos oportunidade de verificar, esse tratamento não é uniforme. As considerações relativas à repetição em geral variam conforme cada autor.

Contudo, provavelmente em razão da revisão feita com relação ao papel da repetição no âmbito de qualquer texto, os manuais e as gramáticas já não são tão peremptórios ao expor a respeito da repetição. Há autores que consideram a repetição uma característica constituinte de textos, mas não deixam de atribuir ao seu uso um possível problema formal de estilo. Assim, admitem que se faça uso da repetição, mas não definem em que medida. De uma maneira geral, há uma restrição a recomendações genéricas sem instruções mais claras sobre a propriedade ou impropriedade do uso da repetição.

Prova de que manuais e gramáticas têm alterado sua avaliação sobre a função textual da repetição são as palavras de CARNEIRO (2001):

Podemos dizer que um texto se articula fundamentalmente no equilíbrio desse duplo processo: o da repetição, que dá coesão, e o da novidade, que traz progresso. Se um texto só apresentasse repetições, seria redundante; se só apresentasse novidades, seria incoerente. (2001: 127)

---

dans la très grande majorité des occurrences dans ce corpus. Cela n'a rien de surprenant, la répétition lexicale étant caractéristique des textes spécialisés. (p.4)

O reconhecimento da inalienabilidade da repetição não se dá, todavia, de forma irrestrita, porque há a concomitante perpetuação da condenação de seu uso. O referido autor diz o seguinte a respeito da repetição:

Como vimos, um dos princípios fundamentais da coesão de um texto é a necessidade de se repetirem, em seu desenvolvimento linear, elementos anteriores. Mas, se, por um lado, as repetições são inevitáveis, por outro devem ser feitas sob determinadas condições, a fim de não tornarem o texto formalmente inadequado, deselegante, monótono. (2001: 127).

A repetição é admitida, mas com ressalvas. Mas o que falta é uma especificação de uso. Sugere-se que o problema do emprego da repetição é representacional (*inadequado*) ou pragmático – reconhecimento da expectativa do leitor, da situação comunicativa em que se encontra o redator, para quem se destina seu texto (*sob determinadas condições*); estético, isto é, belo ou escoreito em conformidade com padrões não explicitados de correção ou exemplaridade textual (*elegante*); e temático, em que a curtez ou miopia ou insuficiência conceitual ou temática se atesta por meio da repetição (*monótono*). As condições sugeridas não são, no entanto, descritas. Coloca-se apenas sob medida cautelar o tratamento da repetição. Admite-se, mas não se ensina qual é o *modus usandi*.

A recomendação da repetição bem calibrada não se situa apenas no âmbito lexical. Em termos sintáticos, a repetição pode contribuir, satisfatoriamente, para a constituição de um texto similitudoso, isto é, bem urdido e bem concatenado, em que as partes estão bem coordenadas entre si. Por outro lado, a repetição de estruturas sintáticas de forma considerada inadequada pode compor os textos fragmentários com orações absolutas, ou frase entrecortadas, com períodos curtos, mas isso não é um necessariamente um problema. (RIBEIRO, 2002: 360).

O juízo de RIBEIRO (2002) sobre as estruturações da frase provém de GARCIA (1988), que classifica as frases em: a) de arrastão; b) entrecortada; c) de ladainha; d) labiríntica ou centopéica; e) fragmentária; f) caótica; g) parentéticas ou intercaladas. Assim, a repetição de estruturas frasais pode ser mal ou bem aceita, a depender do que tratamento que se lhe dispensar. Curiosamente, nesse caso, não há uma prescrição absoluta, em que se pré-determina o recur-

so independentemente de fatores pragmáticos.

Conquanto não seja mais amaldiçoada ou condenada como foi até bem recentemente, a repetição ainda é analisada com reserva. Encara-se o recurso aos mesmos termos, qualquer que seja a sua natureza morfológica, como uma insuficiência expressiva, passível de censura. A escritura bem medida e comedida passa ao largo de escorregões que se valham de repetições. Essa condenação, no entanto, não apresenta limites claros, bem demarcados. O juízo a respeito da justeza ou acerto do emprego de repetições provém da avaliação do crítico, o qual pode se estribar em observações isoladas e aleatórias da produção textual alheia ou no conjunto da produção de um dado escritor profissional. Observe-se o que diz o MARTINS (1997), autor do manual da folha:

Não transforme em preocupação obsessiva o receio de repetir palavras na mesma frase ou muito próximas entre si. Se você já usou hospital e estabelecimento, por exemplo, recorra novamente a um deles, caso o texto exija, e nunca a “nosocômio”. Atente, no entanto, para uma série de verbos ou partículas cujo **emprego abusivo** (grifo nosso), chega, por vezes, a comprometer a matéria (1997: 253).

Postando-se em uma posição superior, o corretor recomenda, de forma concessiva, cautela. Na verdade se está falando de uma protoescritura – uma escritura descarnada de situações comunicativas concretas – cujos contornos não se conhece (nem se poderia dada a sua natureza abstrata), porque o instrutor não define parâmetros com base em noções de gênero. De qualquer forma, primeiramente, MARTINS (1997) procura tranquilizar o aprendiz que busca orientações seguras a respeito da escritura jornalística. Em seguida, ainda que não condene taxativamente a repetição, relaciona casos em que não são bem-vindas as repetições (emprego do **que**, do verbo **ser**, etc). Mas o autor se contenta com a mera ilustração. Não explicita porque o emprego recursivo do **que** no seguinte trecho é condenável, conquanto admita que o que assume diversas funções diferentes numa frase:

Smith é o líder da organização PTL, **que** tem 500 mil seguidores **que**, religiosamente, contribuem com 15 dólares todos os meses, o **que** dá uma renda mensal de 7,5 milhões de dólares; ele teve de admitir nos últimos dias **que** realmente teve um envolvimento sexual em 1980 com uma secretária de sua igreja e **que** foi extorquido em 11 mil dólares para **que** o escândalo não fosse revelado. (1997: 253)

O mesmo termo assume, efetivamente, funções morfossintáticas e semânticas diversas no período acima. Dessa forma, por um lado, não se pode falar de repetição. A discussão, no entanto, partindo da incidência quantitativa, deveria considerar aspectos qualitativos com base na noção de gênero.

Para GARCIA (1988: 272), a repetição depende do tipo de uso. Se sucede por insuficiência, é condenável. Se a ela se recorre como estratégia de incremento expressivo, é louvável, é um recurso estilístico valioso:

Se a repetição resultante de pobreza de vocabulário ou de falta de imaginação para variar a estrutura da frase **pode** (grifo nosso) ser censurável, a repetição intencional representa um dos recursos mais férteis de que dispõe a linguagem para realçar as idéias. (1988: 271).

O autor é cauteloso ao modalizar a avaliação, mas não deixa dúvidas quanto à necessidade de acautelamento. Além disso, não indica de que forma se pode mensurar a repetição valorosa e a repetição condenável.

Em seguida, alude, explicitamente, à habilidade dos clássicos de usarem a repetição. Não vai, no entanto, além disso. Não comenta a respeito de uma possível e necessária presença da repetição para marcar a continuidade temática, para sumariar conteúdos expostos em blocos de subtemas, ou para controlar e organizar a distribuição do tema e de seus subtemas ao longo de um dado texto. Ou seja, não alude às funções coesivas da repetição. A repetição, portanto, não tem apenas um caráter enfático, mas suas outras funções não foram alvo de reflexão.

No entanto, ANTUNES (1996) declara que nem sempre a repetição tem um caráter coesivo. Com efeito, o fato de uma dada palavra aparecer mais de uma vez em um texto não significa que esteja recuperando ou retomando outras seções mencionadas ou subseqüentes do mesmo texto. A esse respeito, é possível que o emprego de formas cuja significação é muito genérica não represente coesão. À guisa de ilustração, consideremos o verbo *ser* e a palavra *forma*. O verbo, propriamente, não possui significação lexical, dado que a significação se materializa no restante da predicação. Para BORBA (1996: 79), ele é um dos tipos de verbos-suporte, porque não possui significação lexical própria. Nesse sentido, a sua repetição formal,

em termos estritos, não garante a coesão textual, dado que a significação lexical, a cada vez que se repete, não está contida nele, mas no restante da predicação de cujo conjunto é mera cópula para indicar tempo e modo<sup>9</sup>. O mesmo fenômeno sucede com a palavra *forma*. Se empregada com a acepção genérica de modo, maneira, não pode ser confundida com sua repetição, estritamente formal, em outros contextos, tais como *formalização, formal, formalista, formato, formatar, fórmica, informar, deformar*, etc. O esvaziamento semântico não permite a conexão textual, ainda que morfológica e etimologicamente haja nexos entre as formas citadas<sup>10</sup>. Essas questões, naturalmente, passam ao largo dos manuais e gramáticas que consultamos.

A censura à repetição se estende também a constituintes imediatos intralexicais. RIBEIRO (2000: 75) ao falar sobre “*efeitos desagradáveis aos ouvidos*” – as cacofonias – declara haver as seguintes repetições impróprias:

1. Hiato – ocorrência de vogais sucessivas, produzindo um efeito desagradável. Vai à aula?
2. Eco – é a repetição, com pequeno intervalo, de vocábulos que possuem a mesma terminação. Ocorre principalmente com as terminações –ão, -dade, -ar, -ente, -ento, -ando, -ao, -ido. Pode-se dizer que o eco é a rima na prosa: A humanidade está cheia de perversidade, principalmente na cidade.
3. Colisão – é a seqüência de consoantes iguais: Se se sabe, por que duvidar?
4. Cacófato – o encontro de sílabas de dois ou mais vocábulos vai ocasionar a formação de outro de sentido inconveniente, ridículo ou desagradável: Procure-me já o livro. A boca dela é linda! (2000: 75)

Esses comentários pecam pela descontextualização. Textos de letras de canções de forró, por exemplo, necessitam de junturas cujo sentido seja ambíguo. A picardia provém exatamente da possibilidade de uma interpretação de sentido plurívoco. O efeito pretendido

---

<sup>9</sup> É bem verdade que se questiona se o verbo *ser* é tão destituído de significação lexical, porque ele assinala, em línguas como o português e o espanhol, diferenças de sentido, por exemplo, em contraponto com o verbo *estar*. O verbo *ser* possui um sema de maior durabilidade, de estabilidade ontológica, ao passo que o verbo *estar*, um sema de provisoriedade, de instabilidade ontológica. Em outros sistemas linguísticos, no entanto, como no inglês ou no francês, essa diferença não se atualiza morfológicamente.

<sup>10</sup> Um aprofundamento da discussão sobre os problemas da identificação de uma repetição lexical legítima será feito na seção seguinte.

pelo compositor de canções dessa natureza é atingido na medida em que ele se vale de junturas geradoras de duplicidade sintático-semântica<sup>11</sup>. E a repetição dessas junturas é absolutamente vital para marcar o efeito pretendido pelo gênero. Essas considerações provam que a repetição condenável não se restringe ao componente lexical ou sintático.

Mas há uma postura ambivalente, dado que o referido gramático relaciona as figuras de estilo em que a repetição é usada como expediente fundamental para a expressão singular ou diferenciada. Na seção referente às figuras de sintaxe ou construção, o autor menciona o *pleonasma*, o *polissíndeto*, o *quiasmo*, a *epizeuxe* ou *reiteração*, a *anáfora* como tipos de repetições dignas de apreço.

Após a listagem desses tipos de repetição autorizados estilisticamente, RIBEIRO (2000) não faz nenhuma consideração que envolvesse especificamente a repetição. Noutros termos, não discute a que critérios se subordina a repetição acertada e a repetição inconveniente. Não distingue por que há uma repetição autorizada e digna de menção encomiástica e outra que merece corrigendas e emendas. Ressalte-se que os exemplos das boas repetições foram, em sua maioria, retirados de textos de autores consagrados. Os demais exemplos devem ter sido produzidos pelo próprio autor porque não há nenhuma referência bibliográfica.

O próprio RIBEIRO (2002: 402) lista os seguintes conselhos para a boa redação:

1. Deve-se evitar o emprego excessivo do quê (subordinação enfadonha);
2. Repetição desnecessária de palavras: devemos empenhar-nos para o evitar o excesso de palavras.
3. Planejamento.
4. Clareza: Cumpra que as nossas frases sejam facilmente compreendidas e alcancem o máximo de expressividade com o mínimo dispêndio verbal. (2002: 403).

Bem, o texto assume um tom deôntico, na medida em que ordena ou aconselha expressamente que procedimentos devem ser adotados e quais devem ser evitados para a construção de um texto bem

---

<sup>11</sup> Prova disso é a canção *O tico mia*, em que se repete o *tico mia na sala*, o *tico mia na cozinha*, etc, provocando a duplicidade de sentido pretendida pela canção.

redigido. Não se esclarece, todavia, salvo no item 1, que palavras não devem ser excessivamente repetidas nem em que gênero de texto<sup>12</sup>. A repetição, conforme discutimos, é um recurso muito comum para a produção de determinados efeitos expressivos. O autor, ao desconsiderar esses fatores relativos às condições de produção, abstrai a repetição de seus contextos de uso. Nesse sentido, ele a condena independentemente do modo e do contexto como vai ser explorada. A recentidade da gramática serve para ilustrar quão vigorosa é a percepção de que a repetição é uma deficiência ou insuficiência, na melhor das hipóteses, redacional.

GRANATIC (1997: 204) é uma autora que não estigmatiza a repetição. Porém não a define. Apresenta simplesmente um exemplo de repetição, que se realiza no âmbito temático, não formal. A esse respeito, ela afirma:

O recurso de criatividade a ser estudado neste capítulo denomina-se ‘o discurso político e a repetição’. Propõe-se a criar um texto dissertativo que se organiza em torno da **repetição de uma idéia** (grifo nosso). Essa idéia pode aparecer no texto em frases declarativas, referências, apelos ou qualquer outro tipo de enunciado que registre o conteúdo repetido. Entre uma repetição e outra, o orador argumentará, manifestará suas impressões e revelará suas esperanças, construindo, portanto, um texto dissertativo. (1997: 204)

Esse comentário, em que pese não haver uma teorização mais criteriosa, é bastante positivo, porque não condena a repetição. Ao contrário, demonstra quão expressiva ela pode ser em determinados gêneros discursivos. A autora, em seguida, cita o discurso proferido pelo ex-presidente norte-americano Kennedy, em Berlim, em um momento crítico da Guerra Fria, em junho de 1963<sup>13</sup>. Esse enquadramento não foi, infelizmente, encontrado em nenhum outro manual consultado.

Essa forma suspiciosa de encarar a repetição perdura. Por outras palavras, manuais recentemente publicados ainda orientam o uso

---

<sup>12</sup> Leve-se em consideração ainda o fato de o autor estar se atendo a uma forma muito específica, o que depõe contra sua metodologia, em razão da carência de critérios mais genéricos para definir o que pode ou não pode e em que circunstâncias ser repetido.

<sup>13</sup> Esses discursos, conquanto sejam elocutados, são produzidos primeiramente por escrito. Nesse sentido, não estamos tratando da repetição na modalidade oral, porque um evento desse tipo não caracteriza a fala prototípica.

moderado ou a exclusão da repetição para a produção textual discente. Mesmo lingüistas consagrados recomendam o uso cauteloso. FIORIN (2003: 373), ao tratar dos mecanismos de constituição textual, dedica as seguintes palavras à repetição lexical:

É preciso manejar **com muito cuidado** (grifo nosso) a repetição de termos lexicais, pois, se ela não estiver a serviço da criação de um efeito de sentido de intensificação, por exemplo, é considerada uma falha de estilo. À repetição de palavras, **prefere-se** (grifo nosso) sempre sua retomada por sinônimos, hiperônimos e hipônimos. **Muitas vezes** (grifo nosso), a repetição produz belos efeitos de sentido, como nesta estrofe de Luís de Camões (...) (2003: 373)

O autor modaliza a sua posição ao referir-se ao tratamento da repetição com expressões como as grifadas acima. No entanto, não condiciona a análise da repetição ao gênero de texto, ainda que não a condene sumariamente. Nem tampouco descreve exatamente de que tipo de repetição esteja falando. Ao citar o poema camoniano, pode-se ter a impressão que a repetição incide no âmbito lexical, sintático e semântico. Naturalmente há interconexões inextricáveis entre esses componentes, e a repetição lexical repercute sintática e semanticamente. Mas há repetições, conforme mencionamos acima, que têm características específicas em cada componente da língua. Nesse sentido, o comentário apresenta insuficiências teóricas.

TAVARES (1984: 329) cita vinte e dois casos de repetição. Por se tratar de exemplos extraídos de literatos, pode-se supor de antemão que são formas exemplares de repetição. A literatura e a teorização a seu respeito constituíram propriamente a *oligografia* – escrita de eleitos – e a *aristografia* – escrita dos doutos, isto é, modelos de produção textual escrita estreitamente vinculados à produção literária. Por outro lado, não necessariamente acessíveis a todo e qualquer usuário da língua, dado que antes é preciso se apropriar dos modelos literários de produção textual. É bem verdade que esses modelos hoje não mais reinam absolutos. A literatura não é mais considerada, (se é que o foi inteiramente um dia), como o único e o melhor modelo de produção textual. Entre esses casos, nem todos dizem respeito à repetição lexical, mas frasal. A repetição desses expedientes pode ocorrer no nível lexical ou frasal, portanto.

Vamos a seguir mostrar o quadro dos tipos de repetições e a componente da língua em que ele pode se manifestar. Quando as re-

petições se limitarem à componente lexical – o que ocorre na imensa maioria dos casos – iremos especificar a classe de palavras em que as repetições incidem. Essa especificação interessa para mostrar que a repetição lexicalmente autorizada pode ocorrer em inúmeras classes de palavras.

Tipo – classificação	Conceito	Componente da língua
1. Anadiplose	Emprego da mesma palavra ou expressão no final de uma frase ou verso e no início da seguinte ou do seguinte – prosa ou verso	Lexical porque se pode entender expressão como um tipo de sintagma nominal.
2. anáfora	Repetição da mesma palavra ou expressão no início de frases, períodos ou versos.	Lexical – classe indeterminada (doravante CI)
3. Antanáclase	Repetição de palavras homônimas ou de uma mesma palavra tomada em acepções diversas	Lexical (CI)
4. Antimetábole	Inversão, numa frase, de palavras de outra em contraste.	Lexical (CI)
5. Conversão	É o quiasmo, ou seja, a repetição simétrica, cruzando as palavras à maneira de X	Lexical (CI) e frasal.
6. Diácope	Consiste no emprego repetido de uma ou mais palavras, intercaladas por outras.	Lexical – verbal, substantival, adjetival, adverbial.
7. Epanadiplose	Repetição da mesma palavra ou frase no começo de um verso ou período e no fim do seguinte.	Lexical – substantival e adjetival
8. Epanalepse	Repetição da mesma palavra ou expressão no começo e no fim de um mesmo verso ou período.	Lexical ou frasal – substantival ou orações.
9. Epanástrofe	Repetição de um verso ou frase com as palavras na ordem inversa. É um tipo especial de conversão, na qual as palavras são repetidas literalmente em sequência diversa.	Lexical (CI) e frasal
10. Epânodo	Desagregar e repetir em separado qualquer expressão ou idéia anteriormente expressa, desenvolvendo-lhe o sentido.	Lexical (CI) ou nocional <sup>14</sup>
11. Epímone	Repetição enfática de uma mesma palavra. <sup>15</sup>	Lexical – adjetival

<sup>14</sup> A especificação da repetição puramente ideológica não é aclarada. No entanto, esse tipo de repetição é estritamente necessária, do contrário, um texto não pode tratar do mesmo tema. Por isso, mencionar a repetição ideológica importa apenas para destacar que as palavras não serão usadas para provocar interpretações divergentes das que geralmente assinalam. Noutros termos, não haverá intuito de desviar-se da significação habitual dos signos verbais empregues.

<sup>15</sup> O autor não explicita, mas essa repetição enfática se dá dentro de um mesmo verso ou em versos diferentes no exemplo que cita. Além disso, o emprego adjetival tem caráter fundamentalmente atributivo, que não necessariamente permite a progressão textual por meio de recategorizações de um mesmo referente. Não realiza, portanto, exatamente, a progressão temática em sentido estrito. Provoca, no entanto, em razão da ressonância provocada pela repetição do mesmo signo verbal, um efeito reforçador, como assinala o autor. A conexão entre essa rei-

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

12. Epístrofe	Repetição da mesma palavra no final dos membros de um período ou trecho	Lexical – verbal, adjetival e substantival
13. Epizeuxe	Repetição seguida do mesmo vocábulo	Lexical – adjetival, verbal, substantival
14. Mesarquia	Palavra empregada no início de um verso ou frase repetida no meio do mesmo verso ou frase, ou ainda no meio de outro verso ou frase.	Lexical – verbal
15. Mesodiplose	Repetição de palavra no meio de versos seguidos, ou no interior do mesmo verso ou frase.	Lexical – verbal, substantival
16. Mesoteleuto	Repetição no meio e no fim ( <i>de um termo mencionado no início de um verso</i> ) grifo nosso.	Lexical – verbal, substantival
17. Palilogia	Repetição integral de uma frase ou de um verso. Figura iterativa ou de tautologia comum a certos poemas de forma fixa, como o rondó, a glosa, o rondel, etc.	Frasal
18. Pleonasm	Palavra ou expressão redundante que, no bom sentido, aviva a elocução. a) Semântico b) Sintático	
19. Ploce	A correspondência da palavra do meio da frase com a do princípio ou a do fim de outra.	Lexical (CI)
20. Poliptoto	Emprego de uma palavra sob diversas formas ou funções gramaticais	Lexical (CI)
21. Polissíndeto	Uso reiterado de conectivos em coordenação	Lexical (CI)
22. Simploce	É a simultaneidade da anáfora e da epístrofe	Lexical – verbal, substantival, adjetival

**(continua no próximo número)**

---

teração do adjetivo e o sentido geral do texto cabe ao analista ou leitor verificar.

**A TEORIA KATZ E FODOR  
OS FILHOS HETERODOXOS  
DE UMA GESTAÇÃO ORTODOXA**

*Paulo Mosânio Teixeira Duarte (UFC)*

**RESUMO**

O presente artigo é dividido em duas partes. Numa delas, descrevemos a teoria de Katz e Fodor, constituída de um dicionário e de regras de projeção. A outra apresenta objeções à referida teoria, considerando a estrutura da mesma e a desconsideração do contexto extralingüístico. Ao final, a título de conclusão, mostramos que a teoria sinaliza a necessidade de considerarem-se os mecanismos pragmáticos na produção do sentido.

**PALAVRAS-CHAVE :** teoria Katz e Fodor, dicionário, regras de projeção.

**INTRODUÇÃO**

A teoria Katz e Fodor foi, entre as propostas de cunho estrutural, aquela que mais recebeu duras críticas, tanto no que diz respeito a sua formulação quanto no que concerne aos seus propósitos, muito acanhados para aqueles que atribuem à semântica um papel muito mais nobre do que o de fazer leituras de sentenças a partir de amálgamas de itens lexicais e o de desambiguar sentenças. O certo é que, pelo menos até onde nos é dado conhecer, nenhuma proposta foi alvo de tantos ataques, dos mais diversos *fronts*, para isto bastando citar Weinreich (*in* Lobato, 1977), que propôs, a partir de severas investidas contra a teoria dos citados autores, novas incursões teóricas, a despeito de não questionar o estruturalismo gerativista em si, mas os rumos que este tomou na teoria. Outros autores insistiram em combater a proposta de Katz e Fodor, mesmo aqueles de extração não estritamente lingüística, mas também semiótica, a exemplo de Eco (1980). Mas por que teria sido a teoria Katz e Fodor tão mirada? Nossa hipótese é de que os autores foram arrojados o bastante para estender o domínio estrutural para além da mera análise componencial, sugerindo a inserção das regras de projeção, que dariam feição sintática à proposta. Tinham como meta a leitura semântica de sentenças. Para tanto, explicitaram-se bastante, ainda que às custas de equívocos, o que franqueou “ataques” dos mais diversos lados.

Dada a importância da teoria em tela, reservamos o espaço deste artigo para revisá-la, expondo-a primeiramente quanto a seus propósitos estruturais. Em segundo lugar, mostraremos as críticas a que a referida teoria foi sujeita. Por fim e como meta mais importante, daremos a conhecer o contralivro que a teoria engendrou, apontando por via negativa os alicerces de uma semântica mais ampla.

### A TEORIA DE KATZ E FODOR

A teoria de Katz e Fodor não tratou propriamente dos campos léxicos, nem se restringiu à mera análise componencial do significado, como a de Pottier (1978) e Coseriu (1986). Segundo a referida teoria, uma teoria semântica deve encerrar dois subcomponentes:

- a) um dicionário;
- b) uma regra de projeção.

O primeiro diz respeito ao conjunto de itens lexicais, como entradas associadas às definições, em termos que especificaremos adiante. Implicam uma lista de formas teoricamente ilimitadas.

A segunda se relaciona com a capacidade de codificar e decodificar a informação veiculada pela frase. Tais regras devem ser conhecidas pelo usuário, e são aplicáveis sobre os itens lexicais, impondo percursos de leitura.

Suponhamos uma frase como (01).

(01) Esse banco é grande.

Ela é potencialmente ambígua, uma vez que *banco* pode ter duas leituras: “instituição financeira” ou “determinado tipo de assento”. Registre-se que ambos os sentidos são compatíveis com o do adjetivo *grande*. A mesma frase, poderia ser desambigüizada no contexto sentencial abaixo.

(02) O banco é grande, mas é mal equipado de computadores.

A teoria semântica teria de dar conta também de frases como (03) abaixo, indicando-lhe a anomalia, porque há incompatibilidade entre o adjetivo *silenciosa* e o substantivo *tinta*.

(03) \*Ele pintou as paredes com tinta silenciosa.

Entre outras atribuições, a teoria de Katz e Fodor, além de dar conta do número de leituras duma sentença e de construções semanticamente anômalas, deve considerar, também, as paráfrases ou sinônimas sintáticas, como no par de exemplos abaixo.

(04)a. Duas cadeiras estão na sala.

b. Há pelo menos duas coisas na sala sendo que cada uma delas é uma cadeira.

Em suma:

Uma teoria semântica descreve e explica a capacidade interpretativa dos falantes: dando conta de seu desempenho na determinação do número e do conteúdo das leituras de uma sentença; detectando anomalias semânticas; julgando relações de paráfrase entre sentenças; e indicando qualquer outra propriedade ou relação semântica que também desempenhe um papel nessa capacidade interpretativa (KATZ, 1977: 88).

Acrescente-se que a teoria deve ser aplicada às sentenças isoladas de contexto, embora os próprios autores admitam que uma teoria semântico-contextual é mais poderosa do que uma teoria de sentenças em isolamento. Asseveram:

Mas uma teoria contextual precisará ter como uma de suas partes uma teoria de interpretação semântica, porque as leituras que um falante atribui a uma sentença num contexto são resultado de uma seleção das leituras que a sentença possui isolada. Em termos gerais é evidente que uma sentença não pode ter leituras num contexto que não sejam também admitidas em isolamento. Naturalmente, há casos em que uma sentença pode ter uma dada leitura para alguns falantes em certos contextos e não tê-la em isolamento para todos os falantes. Tais casos, no entanto, são essencialmente idiomáticos, na medida em que se determina o seu significado ou por convenções especiais (senhas, palavras cunhadas para ocasiões ou grupos particulares etc.), ou por regras especiais (alguns códigos e construções semelhantes), ou por informações especiais acerca das intenções do falante. Se uma teoria do efeito seletivo do contexto tivesse de tratar desses casos, não seria possível construí-la, porque se poderia fazer qualquer sentença ter o significado que se desejasse pela simples construção do contexto de modo a incluir as convenções apropriadas. Portanto, uma vez que as leituras que um falante atribui a uma sentença em contexto correspondem a uma seleção das leituras que a sentença admite em isolamento, uma teoria de interpretação semântica é logicamente prioritária em relação a uma teoria do efeito seletivo do contexto (KATZ, 1977: 89-90).

Ainda à mesma página, os autores especificam melhor a questão da seleção contextual, através da qual se procura dar conta do modo como aspectos do mundo biossocial determinam a compreensão de sentenças. Assim se referem às diversas variantes desta possível teoria.

É claro, porém, que qualquer variedade de uma teoria dessa natureza terá, necessariamente, de satisfazer à condição de que, na sua elaboração, o contexto seja defendido de forma a que se torne capaz de representar toda e qualquer informação não-lingüística exigida pelos falantes para a compreensão de sentenças. Na medida em que uma teoria deixe de satisfazer a esta condição, ela será incompleta, pois haverá informações que determinam o modo pelo qual os falantes compreendem uma sentença que a teoria não incluiu na representação do contexto daquela sentença. Se uma teoria deixa de representar informações que os falantes realmente utilizam para compreensão de sentenças, a teoria deixa de explicitar, em todos os seus aspectos, o mecanismo através do qual tal informação contribui para o processo de compreensão.

No entanto, uma completa teoria dessa natureza, em princípio, não é possível, porque, para satisfazer à condição necessária acima indicada, seria imprescindível que a teoria representasse todo o conhecimento que os falantes têm do mundo (KATZ, 1977: 90-91).

Os autores amparam-se nos exemplos abaixo.

(05) Our store sells alligator shoes.

(06) Our store sells horse shoes.

"Em contextos normais", afirmam os autores, as frases (05) e (06) equivalem respectivamente a (07) e (08).

(07) Our store sells shoes made from alligator skins.

(Nossa loja vende sapatos feitos de pele de crocodilo).

(08) Our store sells shoes for horses.

(Nossa loja vende sapatos para cavalos).

Em potencial, são também possíveis as leituras (09) e (10).

(09) Our store sells shoes for alligators.

(Nossa loja vende sapatos para crocodilos).

(10) Our store sells shoes made from the skin of horses.

(Nossa loja vende sapatos feitos de pele de cavalo).

Conseqüentemente, afirmam os autores à pagina 91, que, para uma teoria de seleção contextual selecionar a leitura correta para (05), ela terá de representar o fato de que crocodilos não usam sapatos. Da mesma forma, se a teoria tem de selecionar a leitura correta para (06), será preciso representar o fato de que cavalos usam ferraduras e não se fazem sapatos de couro de cavalo.

Katz e Fodor examinam a versão fraca de uma teoria de seleção contextual “para que ela interprete discursos limitando-se apenas às informações proporcionadas pelas relações gramaticais e semânticas existentes dentro e entre as sentenças do discurso, ou seja, como o faria um falante fluente com amnésia para fatos não lingüísticos, mas sem afasia”. Objetam:

Mas não se evidencia claramente que a versão fraca da teoria de seleção por contexto de discurso tenha maior poder explanatório em relação a esses fenômenos de que uma teoria de interpretação semântica, tendo em conta o fato de que, à exceção de alguns casos, o discurso pode ser considerado como uma única sentença em isolamento, se os limites sentenciais forem tratados como conectivos sentenciais. Na verdade, esse é que seria o tratamento mais natural. Na grande maioria dos casos, a partição sentencial no discurso é simplesmente uma conjunção do tipo *e* (em outros, pode ser *mas*, *pois*, *ou*, etc.). Assim, para cada discurso, haveria uma sentença única, constituída pela seqüência de *n*-sentenças do discurso, relacionadas pelos conectivos proposicionais adequados, e caracterizada pela presença das mesmas relações semânticas existentes no discurso. Mas, uma vez que, *ex hypothesi*, a sentença única pode ser descrita por uma teoria de interpretação semântica, em todos os casos em que uma seqüência de discurso admita um tratamento como sentença única, uma teoria de interpretação semântica terá tanto poder descritivo quanto uma teoria de seleção contextual (KATZ, 1977: 93).

Como vemos, a teoria Katz e Fodor, sendo um dicionário (uma lista ordenada ou não dos itens lexicais da língua), associa cada item a um verbete. As regras de projeção, como dissemos, agem como filtros de leitura, que assinalam a compatibilidade ou não dos itens lexicais, de modo que estes formem sentenças plausíveis. Detenhamo-nos no componente *dicionário*. Este comporta as seguintes informações:

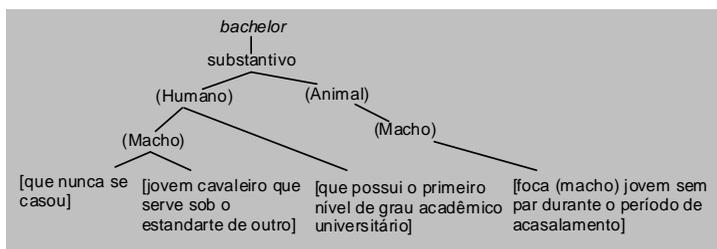
a) a classe gramatical;

b) a categoria semântica geral, que diz respeito às relações sistêmicas do vocabulário (são os marcadores ou, em inglês, *semantic markers*);

c) os diferenciadores (ing. *distinguishers*) que assinalam o idiossincrático de cada lexema;

d) as restrições seletivas, que indicam a possibilidade que uma palavra tem de configurar-se a uma outra, numa relação sintática, a exemplo do adjetivo *pesado*, que combina com o substantivo com o traço [+ material].

Citamos o clássico exemplo.



É graças à categoria semântica (os classemas de Pottier) que podemos entender sem ambigüidade uma frase como:

(11) The old bachelor finally died.

A marca categorial (adulto) do primeiro “caminho” já está contida em *old* “velho” e a marca categorial (jovem) não se compatibiliza com o elemento *old* “velho.”

## AS CRÍTICAS AO MODELO KATZ E FODOR

Cabem, de início, duas críticas com respeito ao componente dicionário e, por extensão, à análise componencial, inspirada na fonologia, cuja unidade é o fonema, constituído de traços chamados femas. Paralelamente, o lexema, na teoria de Katz e Fodor, constitui-se de traços chamados marcadores e distinguidores (na terminologia de Pottier, *classemas e semantemas*). Uma primeira crítica diz respeito à falta de paridade entre os dois tipos de traços, no tocante aos parâmetros. Traços como *oclusão*, *bilabialidade* são fisicamente

mensuráveis, qualquer que seja o aspecto a ser contemplado, acústico ou articulatório. Porém, a análise em traços semânticos não nos conduz a um pacote definido. Uma segunda crítica é referente à ausência de paralelismo numérico. Os traços fonológicos são em número finito, enquanto os semânticos são de natureza pelo menos ilimitada.

Com relação aos mencionados traços, Eco (1980) questiona:

- a) se estes componentes podem ser identificados;
- b) se constituem um conjunto finito de “universais semânticos”;
- c) se são construções teóricas que não requerem análise componencial posterior, ou construções empiricamente fornecidas pelo dicionário, ou seja, palavras, definições, objetos lingüísticos;
- d) se, enfim, sua interconexão é suficiente para definir um *semema* e o modo pelo qual ele pode ser inserido em contexto.

Colocando o primeiro problema, o autor se reporta a Hjelmslev, que entrevia a possibilidade de descrever lexemas a partir de um número limitado de semas ou, na terminologia hjelmsleviana, de figuras do conteúdo. Deste modo, quatro traços elementares como *ovino*, *suíno*, *macho* e *fêmea* poderiam ser combinados em unidades maiores como *carneiro*, *porca*, *ovelha* e *porco*. Mas a descrição exaustiva dos traços está longe de ser alcançada.

No que diz respeito ao segundo problema, o autor refere-se especificamente a Chomsky (1978), para quem haveria, ao lado de regras de subcategorização, as regras de seleção, as quais pressupõem que os itens lexicais são caracterizados em termos de um vocabulário universal fixo, universal e limitado. A este propósito, expressa-se o autor:

Infelizmente, os únicos exemplos de tais traços que temos à nossa disposição nos textos chomskyanos são tão “universais” que servem apenas para diferenciar um bispo de um hipopótamo (porque um dos dois não tem o traço *Humano*), mas não servem para diferenciar um hipopótamo de um rinoceronte. Esta dificuldade determina a exigência de traços mais analíticos (ECO, 1980: 83).

Como corolário do acima exposto, seguem-se as seguintes considerações com relação ao modelo KF.

- a) o modelo KF tem os limites de um dicionário;

- b) as conotações não são levadas em consideração;
- c) os contextos não são previstos;
- d) os distinguishers exibem uma impureza extensional;
- e) o modelo descreve apenas expressões verbais e termos categoremáticos.

Em relação ao item *a*, o que Eco deseja assinalar é que é teoricamente impossível elaborar um dicionário de primitivos universais, de tal maneira estruturados que formem um conjunto finito. Isto não quer dizer que, por razões práticas, “não se possa e não se deva recorrer a uma representação estruturada como marcas de dicionários,” e que, na cultura e num contexto, certas marcas ou propriedades não devam ser usadas como “‘mais dicionariais’ do que outras” (ECO, 1991: 131). Explicita-se o autor:

(...) há infinitos contextos em que estão postas em questão várias propriedades de *água* ou de *homem* ou de *gato*, exceto as propriedades de ser, respectivamente, um líquido, um ser humano, um animal. A organização local de um dicionário estabelece quais, dentre as propriedades anteriormente atribuídas a uma certa unidade de conteúdo, não devem ser alteradas no âmbito de um certo discurso, porque cada discurso (cada contexto) pressupõe algumas noções como “pacificamente aceitas”. Aceitar pacificamente uma noção não quer dizer julgá-la mais ou menos semanticamente necessária = quer dizer, porém, que é pragmaticamente necessário, para o bom andamento da interação comunicativa, aceitar alguma coisa por pressuposto. A água é um líquido até que não nos encontremos diante de um discurso que (visando a mudar radicalmente o nosso paradigma científico) não porá em discussão a natureza dos líquidos. Há contextos em que se pode usar a expressão *atômico* partindo do pressuposto de que “a-tomo” é tudo o que não pode ser “dividido” em unidades menores; e há contextos em que é preciso, ao contrário, partir da afirmação oposta (ECO, 1991: 133).

Arremata o autor, à mesma página, que “organizamos um dicionário toda vez que queremos circunscrever a *área de consenso* dentro da qual um discurso se move”.

Esclarece ainda o estudioso italiano:

Indubitavelmente, marcas que habitam os nós últimos de tantas árvores de dicionários (como “vivente” ou como “corpo” enquanto oposto a “não corpo”) estão radicados no modo de pensar de uma civilização. A própria distinção entre gêneros naturais (...) e acidentes parece radicada na própria estrutura das línguas indo-européias (sujeitos e predicados,

substantivos e verbos, substantivos e adjetivos etc.). Não é que essas distinções não possam ser discutidas: é que para discuti-las é preciso pôr em questão todo o nosso modo de pensar e de falar. Por isso, parece muito mais cômodo pressupô-las como indiscutíveis. Mas basta passar dos contextos "funcionais" aos "poéticos" para se dar conta de como, precisamente mediante as estratégias metafóricas ou simbólicas, tende-se algumas vezes a pôr em questão também e talvez precisamente essas distinções. E são esses os casos em que parece muito mais difícil recorrer a estruturas correntes de dicionário (ECO, 1991: 133-134).

Além do caráter dicionarial do modelo KF, é de ressaltar-se o aspecto platônico das marcas semânticas, em nível teórico obviamente, uma vez que o modelo postula as marcas como construções teóricas puras não susceptíveis em princípio à análise componencial sucessiva. Porém é o próprio Katz, em outra obra, *Teoria Semântica* (in: Lobato, 1977), que fala de regras de redundância que favorecem uma análise semântica sucessiva, a exemplo do traço [+ humano] em que está implícita a marca [+ animado]. O que já implica uma certa semiose, uma vez que as supostas marcas são sîgnicas e/ou referenciais.

Duas outras objeções, em meio a outras possíveis, podem ser sustentadas. Uma delas diz respeito ao fato de o modelo KF deter-se apenas no sentido estritamente denotativo. A este propósito comenta Eco:

Desse modo se sacrificam muitos percursos possíveis. Existem sub-códigos bastante difundidos pelos quais, pelo menos na civilização ocidental, *solteiro* pode conotar tanto "dissoluto" quanto "jovem desejável" ... Em determinados subuniversos semânticos (...) adensam-se sobre o solteiro conotações autorizadas de simpatia ou de antipatia e verdadeiras marcas "axiológicas" (do tipo **Bom** ou **Mau**) (ECO, 1980: 90) .

Outra objeção concerne ao que Eco chama natureza espúria dos distinguidores. Estes não são definidos como puras construções teóricas e sustentam-se em definições muito complexas, que misturam intensão e extensão, sendo esta decisiva para distinguir o lexema.

Outro autor, Palmer (s.d.: 106), questionando a distinção entre distinguidores e marcadores, nos dá os exemplos, reproduzidos em (12) e (13) abaixo.

(12) The bachelor wagged his flippers (a foca sacudiu as barbatanas).

(13) The bachelor got his hair wet (o bacharel molhou o cabelo).

O que impede a leitura de *bachelor* como "foca" na segunda frase é o traço *ter cabelo* e o que autoriza a leitura de *bachelor* como "foca" na primeira frase é *ter barbatanas*. Teríamos que admitir os traços referidos como dicionariais? Admitindo isto, o número de marcadores seria ilimitado e mal diferenciado dos distinguidores. O dicionário não teria condições de prever traços desambigüizadores, sob pena de ser enfadonhamente exaustivo e assistemático. Temos que admitir que é o conhecimento de mundo do falante/ouvinte, segundo o qual focas têm barbatanas e focas não têm cabelos, que tira a ambigüidades das frases.

Outro autor, Geckeler (1984), põe em relevo o seguinte:

Uma das faltas mais graves [da Gramática Transformacional], e com isto também da semântica [de Katz e Fodor], está na não consideração do plano funcional da língua, ao ignorar seu eixo paradigmático e com isto as oposições funcionais. Estrutura significa para a GT exclusivamente "estrutura sintagmática", quer dizer, estrutura combinatória (GECKELER, 1984: 277).

Adiante em crítica mais contundente e incisiva:

O ponto fraco da semântica de KF está precisamente no componente dictionary, quer dizer, onde uma semântica das estruturas paradigmáticas teria que cumprir sua função. O ponto de partida da semântica de KF constitui-se de significantes, aos quais se o acrescentam diferentes significados (signifiés), se se trata de um signifiant polissêmico, quer dizer, "a estrutura da interpretação deste signifiant" é representada na forma de dependências (como na estrutura sintática) à maneira da árvore genealógica. Assim, pois, na base desta teoria reside, em último extremo, um princípio semasiológico. Aqui nos encontramos simplesmente com uma identificação de signos (signes) em razão da atribuição do correspondente signifié a um signifiant. Esta semântica não pode pretender ser uma semântica estrutural no sentido que lhe dá o estruturalismo europeu, pois não considera nem as relações do conteúdo, nem as oposições, e passa por alto do plano funcional da língua ou o ignora. Não representa nenhum método da análise do conteúdo, sendo somente um procedimento para alcançar a desambiguação com ajuda de certas características semânticas (semantic markers, distinguishers), obtidas não se sabe como. Pode conseguir o estabelecimento e classificação dos possíveis 'significados contextuais' de um signifiant; as estruturas em forma de árvore, não obstante, não têm nada que ver, em princípio, com a estruturação de um campo léxico. A semântica de KF não conhece a diferença entre lexemas, arquiexemas e variantes contextuais nem distingue entre uso

metafórico e uso não-metafórico. A análise do conteúdo não constitui em absoluto para ela o objeto da investigação, pois se o supõe como já dado; para o uso prático as correspondentes definições se tiram dos dicionários e se formalizam (GECKELER, 1984: 278-279).

O interessante a notar é que a teoria de Katz e Fodor contradiz, pelo menos em parte, o longo espectro postulado para uma teoria semântica, que comporta, segundo Katz (*in*: Dascal, 1982):

- a) sinonímia e paráfrase, relação de igualdade que se dá respectivamente entre palavras ou entre frases;
- b) similaridade semântica, que ocorre entre conjuntos de lexemas que têm em comum um traço semântico e sua diferença semântica em relação a outros conjuntos de lexemas;
- c) antonímia, que se estabelece a partir de diferença semântica devido à incompatibilidade de componentes;
- d) hiperonímia e seu inverso, hiponímia, em que palavras superordenadas e subordenadas se relacionam;
- e) regularidade e anomalia semântica, que se deve ao fato de sintagmas ou sentenças terem significado e outros não apresentarem significado;
- f) ambigüidade semântica, isto é, a multiplicidade de sentidos de palavras ou sentenças;
- g) redundância semântica, que acontece quando os componentes de significado dos modificadores se incluem nos constituintes centrais;
- h) verdade analítica, que ocorre quando o significado do sujeito contém a propriedade expressa pelo predicado;
- i) contradição, que se estabelece em virtude de o significado do sujeito conter informação incompatível com a que é atribuída a ele pelo predicado;
- j) sinteticidade, em que a verdade ou a falsidade de uma sentença não é determinada pela linguagem, mas pelo que ocorre na realidade;
- k) inconsistência, em que é impossível atribuir simultaneamente verdade ou falsidade a sentenças como *João está vivo* e *João está morto*, pelo fato de a verdade de uma implicar a falsidade da outra;
- l) implicação, que é a relação entre duas sentenças pela qual uma se segue necessariamente da outra em virtude de uma certa relação semântica entre elas;
- m) pressuposição, em que uma sentença só apresenta sentido de verdade lógica, se decorre de outra sentença implícita verdadeira;

- n) resposta possível, que pressupõe uma compatibilidade entre sentenças interrogativas e sentenças afirmativas;
- o) questão auto-respondida, em que, por implicação semântica, a resposta está incluída na própria pergunta.

Onde fica, na teoria, o papel das pressuposições e das implicações? Como tratar da paráfrase em um domínio puramente sintático, sem empobrecê-la? Estas e outras questões não são susceptíveis de serem respondidas nos limites do modelo de Katz e Fodor, confiado a uma simples leitura linear de sentenças.

## CONCLUSÃO

Faz-se necessário estabelecer uma teoria dos contextos, de modo a indicar como estes interferem na produção do sentido, o que não significa negar a existência de significados estruturais, como os dos morfemas e das relações de caso. No caso específico, porém, da teoria de Katz e Fodor, segue-se como conclusão negativa das premissas dos autores que uma teoria deve mencionar apenas aquelas ocorrências de lexemas e textos cultural e convencionalmente tidas como mais prováveis. No caso do já citado exemplo *our store sells alligator shoes*, ao qual se conjugam duas leituras teoricamente possíveis: "nossa loja vende sapatos feitos de pele de crocodilo" e "nossa loja vende sapatos para crocodilos", só a primeira é de fato aceitável no universo cultural. Outros exemplos, aduzidos por Katz e Fodor, são as frases (14) e (15) abaixo.

(14) Devemos levar o menino ao zoológico.

(15) Devemos levar o leão ao zoológico.

Para os autores, a interpretação das duas frases demanda um conhecimento adicional sobre *menino* e *leão*, de modo que possamos interpretar corretamente a forma verbal *levar*. Mas, se considerarmos o fator cultura acrescido ao fator probabilidade, temos que registrar que leões costumam viver na selva, nas jaulas de zoológicos e nos circos eqüestres. "Existem provavelmente leões que circulam livremente no ático de algum milionário excêntrico, mas este fato é tão inusual e contrário às regras que a sociedade não só se recusa a aceitá-lo e a registrá-lo que ainda encarrega a polícia de impedi-lo", como bem ironiza Eco (ECO, 1980: 100).

Não basta compreender o signo como estrutura fechada, mas dentro de condições de produção, em que entram os participantes, o aqui e o agora da enunciação. Quando pronunciamos palavras ou frases, devemos primeiro pensar em termos de *aceitabilidade* e *compreensibilidade* das mesmas. Tais emissões verbais são utilizadas para referir-se a um estado de coisas no mundo, para afirmar sobre a organização de um dado código, para interrogar ou pedir. Ao mandar ou receber mensagens, emissor e receptor têm individualizadas suas pressuposições e as possíveis conseqüências lógicas das mesmas. Compartilham crenças em variados graus.

O receptor não é passivo: não participa apenas de um jogo comunicativo como que em corrente alternada com o emissor. A mensagem produz sobre ele efeitos, pode até modificar em diversos graus seu sistema de crenças sobre o mundo. O ato de recepção não se resume a uma mera decodificação lingüística *stricto sensu* do conteúdo veiculado pela expressão. O signo, além disso, pressupõe a situação, o entorno, no qual se situam o falante e o ouvinte, de modo que o discurso está circunscrito ao espaço e ao tempo. Neste sentido, a despeito de sujeitar-se a condições gerais de funcionamento, cada emissão discursiva tem seu aqui e seu agora, de modo que se configura como um acontecimento, um evento irrepetível. Como bem sintetiza Eco (1980), que, após tratar do signo numa teoria dos códigos em geral, admite a intervenção do fator extra-signífico na moldagem do significado do próprio signo.

O trabalho desenvolvido para manipular o *continuum* expressivo, onde produz ocorrências concretas de dados significantes, traz como evidência imediata o fato de que *existem diversos tipos de signos*. Se a teoria dos códigos, no seu esforço de oferecer uma definição unificada da função sógnica, havia *voluntariamente* obliterado essas diferenças, a teoria da produção sógnica, *considerando o trabalho efetivo e material necessário para a produção dos significantes*, é obrigada a reconhecer que existem diversos modos de produção, decorrentes de um processo triplíce: (i) o processo de MANIPULAÇÃO do *continuum* expressivo; (ii) o processo de CORRELAÇÃO da expressão formada por um conteúdo; (iii) o processo de CONEXÃO entre estes signos e eventos reais, coisas ou estados do mundo. Estes três processos estão estreitamente inter-relacionados: uma vez colocado o problema da formação do *continuum* expressivo, nasce o da sua relação com o conteúdo e com o mundo. Ao mesmo tempo, porém, compreende-se que *aqueles que eram comumente chamados de "tipos de signos" não são o resultado claro e inequívoco dessas operações*, mas da sua inter-relação complexa (ECO, 1980: 136).

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

Assim entendido, o discurso, contempladas suas condições de produção, é um ato, um trabalho, um trabalho produtivo. É trabalho porque envolve produção de sinal e também porque envolve escolha (tanto dentro do sistema de signos como também entre sistema de signos) dos sinais apropriados para se combinarem uns com os outros.

Não basta, pois, uma definição dicionarial do signo enquanto tal, tampouco uma simples listagem dos diversos signos e de sua combinatória sintagmática. Num determinado estágio da investigação, deve-se passar de uma teoria dos códigos para uma teoria da produção do signo.

Não podemos aqui nos estender nos detalhes da produção de sentido, tendo em vista a variedade de fatores implicados. O objetivo deste artigo é simplesmente indicar que o signo vai além de uma mera estrutura, de um simples funcionamento interno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHOMSKY, Noam. *Aspectos da teoria da sintaxe*. Coimbra: Armênio Amado, 1978.
- COSERIU, Eugenio. *Princípios de semântica estrutural*. Madrid: Gredos, 1986.
- ECO, Umberto. *Semiótica e filosofia da linguagem*, São Paulo: Ática, 1991.
- . *Tratado geral de semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1980, p.83.
- GECKELER, Horst. *Semántica estructural y teoría del campo léxico*. Madrid: Gredos, 1984, p. 277.
- KATZ, J.J. e FODOR, J.A. In: LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro (org.). *A semântica na lingüística moderna: o léxico*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- KATZ, J.J. Teoria semântica. In: LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro (org.). *A semântica na lingüística moderna: o léxico*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- . O escopo da semântica. In: DASCAL, M (org.) *Semântica*. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, 1982.
- PALMER, F.R. *Semântica*. Lisboa: Edições 70, s/d.
- POTTIER, Bernard. *Lingüística geral: teoria e descrição*. Rio de Janeiro: Presença, 1978.
- WEINREICH, Uriel. Explorações em teoria semântica. In: LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro. *A semântica na lingüística moderna: o léxico*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

**O ALIENISTA E A SÁTIRA CLÁSSICA ANTIGA**

Amós Coêlho da Silva (UERJ e UGF)

**RESUMO**

O nosso objetivo é reler múltiplas insinuações de ironia e paródia, caricaturas genuinamente romanas, a partir de entrelinhas que exprimem a presença de uma tradição clássica da literatura greco-latina, em *O Alienista*, de Machado de Assis.

**PALAVRAS-CHAVE:** paródia; ironia ; melancolia.

Pretendemos resgatar uma trajetória histórica neste artigo, porque o que temos lido sobre herói picaresco não nos satisfaz. Pensamos em não nos limitarmos ao século XVI e filologicamente irmos às matrizes greco-romanas, onde colheremos dados sobre personagens burlescas, cômicas e ridículas. Por isso, para comentarmos o humor, a ironia e a paródia machadianos retomaremos alguns pontos da Antigüidade Clássica e descartamos, assim, as restrições de quinhentos anos.

O elemento primordial da sátira, não há dúvida, é a *Satura lanx*, a bandeja das primícias. Em honra da deusa Ceres, donde cereal em português, divindade da sementeira, em latim *satio*, ofertava-se em gratidão à satisfação ou ao estar *saturado*, que em latim se diz *satis* e *satur* - elementos presentes em português, conforme se ressalta nos grifos acima - uma bandeja com os primeiros frutos colhidos. Mas em 364 a.C., Tito Lívio (séc. I a.C.) nos relata que o Senado tinha importado da Etrúria os *ludiones* ou *histriones*, a fim de apaziguar os ânimos divinos e arrefecer uma peste que assolava, então, o povo romano. Surpresos e deleitados com os movimentos de dança e gracejos indecorosos, os latinos adotaram a novidade. A *fescennina licentia*, a permissividade da cidade etrusca Fescênia, se consagrou através das Confrarias dos Irmãos Arvais (de *arua*, os campos lavrados) e Sálíos, cf. Varrão, *De LL*, V, 85: "*Salii ab salitando*", devido aos seus movimentos rápidos e vivos, eles saltitavam; daí o nome da Confraria: os Sálíos (note-se que *saltare*, um iterativo intensivo antigo, foi superado por *salire*; proveniente, pelo que indica a forma, de *salitare*, mas que *salitare* é um *hápax* de Varrão). Portanto, ficou disseminado o valor mágico dessa festividade das colheitas numa forma poética, consagrada com versos satúrnios. Suetônio, *apud*

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

Tassilo O. Spalding, registrou a disseminação da irreverência fescenina nas *Carmina Triumphalia* dos soldados de César:

Gallias Caesar subegit, Nicomedes Caesarem.  
Ecce Caesar nunc triumphat qui subegit Gallias.  
Nicomedes non triumphat, qui subegit Caesarem.  
César sumeteu as Gálias, Nicomedes, César.  
Eis César, agora em triunfo, porque subjogou as Gálias;  
Nicomedes não triunfa, embora submetesse César.

A atitude grotesca e simplória do povo latino é um traço típico de sua personalidade.

E até na própria antroponímia isso fica patenteado. Seja na ordenação numérica dos filhos, seja num outro indicativo, por vezes, ridículo. Assim, herdamos Tércio, Otávio de *Tertius* e *Octavius*, ou seja, o terceiro e oitavo filho nascido numa família romana; se a pessoa nascesse de manhã, do latim *mane*, chamar-se-ia *Manius*; se no mês de março, em português Márcio, do adjetivo *Martius*, porque o mês de março é o dedicado ao deus Marte; ou, então, um aspecto caricatural do desenho da fava, lentilha grão-de-bico, como, respectivamente, se apresenta, metaforicamente, a fisionomia de *Fabius Lentulus Cicero*.

Tais ingredientes irão compor o humor da comédia romana, principalmente em Plauto.

Horácio (65 a 8 a.C.), na Ep. II,1,146, acusa essas primeiras práticas como *opprobria rustica*, ofensas rústicas, assinalando no adjetivo *rustica* uma significação pejorativa, pois essas atitudes tinham o escopo de despertar o ódio e indignação *per honestas domus impune* (149-50), pelas honestas casas impunemente. Até que *graue uirus/ Munditiae pepulere* (158-59), as coisas elegantes expulsassem a doentia obscenidade. O poeta venusino demarca para depois das Guerras Púnicas (circa 140 a.C.) o fato de Roma passar a apreciar as belas artes helênicas. Mesmo Lucílio (séc. II a.C.), que, para o autor de *Sermones*, é o marco inicial do gênero literário satírico, imitava em demasia o cáustico ataque dos comediógrafos mais contundentes da Grécia, principalmente Aristófanes. E o que é mais grave sem o labor do verso cuidado, conforme *Sát. I,4,1-13*. Nesta passagem está o fundamento de nossa crença numa influência da Comédia Antiga, apesar da restrição horaciana à lima de Lucílio.

A sátira menipéia tem sua origem em Marco Terêncio Varrão (116 a 27 a.C.) com *Saturae Menippeae*: o adjetivo *menipéia* provém de Menipo, filósofo da escola dos cínicos, a qual desprezava as convenções sociais e as riquezas, obedecendo exclusivamente às leis da natureza. A etimologia de *cínico* se prende ‘kýon’, cão, um possível epíteto de Diógenes, integrante da escola cínica de comportamento extravagante. Menipo de Gadara viveu no século III a.C. e escreveu muito, mas nada nos chegou. Entretanto Varrão o assimilou e nos dá uma idéia dos escritos daquele filósofo através de sua obra *Saturae Menippeae*.

Salvatore d'Onofrio observa *nas sátiras de Varrão representações de cidades simbólicas, viagens imaginárias a países maravilhosos, cenas grotescas, aventuras impossíveis, que estão entre o sonho e a realidade*. (d'ONFRIO, 1968: 42) Mediante do estado fragmentário da obra de Varrão, seria mais interessante tomarmos como ponto de partida a obra de Sêneca, que assimilou muito bem este estilo literário.

Sêneca, o Filósofo (4 a.C. a 65 d.C.) sempre se destacou pelo sentido moralista de sua obra e a História o confirmou, cunhando nele o epíteto de Filósofo, nesse mesmo sentido de seriedade. Porém, *Apocolocyntosis* narra os acontecimentos ocorridos em 54 d.C., ano da morte de Cláudio, que, como um César, governou Roma de 41 a 54. O caminho percorrido por Cláudio não é o mesmo que fora decretado por Augusto e repetido por Tibério. Estes realizaram a apoteose (divinização), trajeto digno de um *Imperator Romanus*. Díon Cássio, historiador grego do século II d.C., foi quem sugeriu, para um percurso tão claudicante (termo proveniente de *Cláudio*), porque ele coxeava, conforme o título *Divi Claudii Apocolocyntosis* em lugar de outros encontrados: Codex Sangallensis 569: *Apothéosis Annaei Senecae per saturam*; Codex Valentianensis 411: *Ludus de Morte Claudii* e Codex Londiniensis supple 11983: *Ludus de Morte Claudii Caesaris*, recordemos aqui uma aula apostilada pelo Professor Olmar Guterres: *Convenhamos: não é a Apokolokyntosis - a incurbitatio? - a face risível da consacratio?*

São elementos da obra de Sêneca: a mixórdia, herança da *Satura lanx*, não só quanto à forma prosimétrica, como quanto ao tratamento: associação do sério (imperador, morte, deificação...) como

o jocoso (idiota, aboborificação...); o fantástico, ou seja, o que ocorre *post mortem* de Cláudio; o emprego sistemático da paródia, abundante em Sêneca, a ironia e o grotesco, uma nova literária versão achincalhando a figura de Cláudio. Também a ambigüidade é um ingrediente de sua obra *Apocolocyntosis: Ego scio me liberum factum, ex quo suum diem obiit ille, qui verum proverbium fecerat, aut regem aut fatuum nasci oportere*. (p. 436), eu sei que me tornei livre no mesmo instante em que terminaram os dias daquele que tinha demonstrado a verdade do provérbio: um homem nasce ou rei ou idiota. O Professor Olmar Guterres, em aula apostilada, observa que Sêneca empregou a alternativa sem o verdadeiro valor exclusivo. Nesta passagem, o significado é Cláudio fora *rex e fatuus*. Como se vê, a paródia subverteu o *status quo* de ter nascido rei, pois a tradição homérica incluiria nesta condição de nascimento a *areté*, a excelência, e *timé*, a honra pessoal.

Enriquece as características já assinaladas Petrônio (I d.C.) com a estrutura de novela, como a dos *Contos Milésios*, de Aristides de Mileto (II a.C.). Eram próprios dessa narrativa o tema amor e aventura, *pode-se apreciar o gênero no conto da Matrona de Éfeso* (HARVEY, 1987: 139) no Satíricon de Petrônio. Apuleio (II d.C.) é outra contribuição de peso na constituição da sátira menipeia. *As Metamorfofes* ou *O Asno de Ouro* é uma novela do tipo *contos milésios*.

Nessa travessia histórica, não se pode deixar de mencionar Luciano de Samósata, um poeta da sátira menipeia, que em tempos recentes tem chamado atenção do seu espírito trocista.

No Brasil, temos o excelente trabalho crítico de Enylton J. de Sá Rego, intitulado *O Calundu e a Panacéia: Machado de Assis, a Sátira e a Tradição Luciânica*, analisando o “*tartamudear*” narrativo de Machado de Assis (1839-1908). O estilo satírico dos mestres romanos, tanto do século I d.C. como Sêneca e Petrônio, quanto do século II d.C. como o do poeta grego Luciano de Samósata, está implícito, mas uma leitura mais atenta o demonstraria explícito, como acontece com um repuxo, que lança inesgotavelmente água de uma fonte mágica inextinguível.

*O alienista* é um outro elo na trajetória histórica da sátira menipeia. Publicado em 1881, justamente dez anos depois do dicionário do Dr. Frei Domingos Vieira anotar verbete alienista: *‘falta em todos*

os Dicionários.’ (MACHADO, 1967: verbete *alienista*). Note que há no sufixo *-ista* uma paródia irônica de sufixação que denota profissão, como os similares dentista, motorista. Ou seja, o *alienista* é aquele que trata da alienação, quer dizer, loucura. Há em outros pontos de sua obra a preocupação com a loucura como tema. Lembremos de *Quincas Borba* (1891) e *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. No conto em foco, a busca da normalidade ou sanidade humana constitui a única perspectiva do personagem central, um médico com sólida formação científica. Tanto é assim, que, devido à sua reputação de investigador científico, foi insistentemente convidado por elei que ficasse em Coimbra, regendo a universidade, ou em Lisboa, expedindo os negócios da monarquia (p. 9, ed. Ática). Elegeu Itaguaí, topônimo ímpar no Brasil, apontado como etimologia duvidosa, *embora se reconheça geralmente a presença dos elementos i'ta, "pedra", e ii, "rio", "água"* (MACHADO, S/D: verbete *Itaguaí*). O obstinado pesquisador nos é apresentado por Machado de Assis, como um sábio obstinado que domina os avanços dos pressupostos científicos do final do século XIX, semelhante aos cientistas dessa época: ocasião do nascimento do evolucionismo de Charles Darwin, positivismo de Augusto Comte, da psicanálise de Sigmund Freud e seu discípulo Carl Jung... Darwin foi processado pela Igreja, porque identificou a evolução do homem a partir do macaco, o que ofendeu o Cristianismo na sua essência: o homem como imagem e semelhança de Deus; Freud escandalizou a sociedade de então, porque indicou como fonte de nossas angústias o desejo sexual reprimido. O homem do século XIX, angustiado, sai dos confessionários religiosos e se volta para o médico psicanalista.

Até o casamento de Dr. Simão Bacamarte é um tubo de ensaio. Pelo fato de D. Evarista reunir condições científicas notáveis, como boa pulsação, boa vista, sono regular, boa digestão, condições fisiológicas e anatômicas – sintomas médicos de valor absoluto que garantiriam uma procriação sadia; portanto, são fatos científicos provenientes de acertadíssima escolha: a da noiva e esposa de Bacamarte. Apesar da admiração de um dos tios dele, registrado no discurso machadiano ironicamente. Parodiando a fé científica da sua época, aquele que se diz o cronista desses fatos pesquisados, retomou, de crônicas de Itaguaí, a notícia da decepção de diagnósticos e prognósticos ginecológicos quanto à impossibilidade de D. Evarista ter fi-

lhos: *D. Evarista mentiu às esperanças do Dr. Bacamarte, não lhe deu filhos robustos nem mofinos.*(p. 9) No entanto, o persistente Dr. Bacamarte ainda esperou cinco anos. Confirmada a *extinção da dinastia dos Bacamartes*, ainda aviou uma prescrição de regime alimentício médico para a esposa. Como a *ilustre dama, nutrida exclusivamente com a bela carne de porco de Itaguaí, não atendeu às admoestações do esposo*, Dr. Simão Bacamarte *mergulhou inteiramente no estudo e na prática da medicina.*(p. 9) O próprio antropônimo da personagem central é caricatural. Simão é associado etimologicamente ao simiesco: *‘simão por “macaco” resulta de se querer imitar o latim ‘simius’* (MACHADO, S/D: *verbete Simão*). O médico imitou os procedimentos positivistas em voga. *Bacamarte* é uma antiga arma com cano que se alarga como boca de sino, ou seja, uma arma fora de moda.

Como sempre o poder público tratando com descaso a saúde. A loucura é uma doença relegada ao esquecimento. Assim, *a vereança de Itaguaí, entre outros pecados de que é argüida pelos cronistas, tinha o de não fazer caso dos dementes* (p. 10) Mas, dada a perseverança de Simão Bacamarte, instituiu-se *o uso de dois penachos nos cavalos dos enterros. Quem quisesse emplumar os cavalos de um coche mortuário pagaria dois tostões à câmara* – o que constituiria subsídio para a casa dos doidos. Em outras obras machadianas, vimos como o doente mental é ridicularizado pela multidão. Neste conto, delineia a antítese da grotesca loucura face à terrível morte, conjugação dos opostos, uma característica da sátira menipéia. A certeza de que a tentativa do empenhado médico esmorecesse no respeitoso magistrado é equivocada. O Dr. Bacamarte conseguirá tratar de *todos os doidos dentro da mesma casa*. Mas o perseverante médico inaugurou a sua obra prima com uma frase achada *no Corão* (que dizia) *que Maomé lhes (dos loucos) tira o juízo para que não pequem.*(p. 11) A ironia de Machado de Assis torna-se explícita pelo fato de o médico atribuir *o pensamento a Benedito VIII, merecendo com essa fraude aliás pia, que o padre Lopes lhe contasse, ao almoço, a vida do pontífice eminente.*(p. 11) Há ironia também a respeito das ações filantrópicas do próprio Simão Bacamarte que se considera o sal da terra porque busca descobrir a cura da loucura, neste ponto, parodia o seguinte: *um dito de São Paulo “Se eu conhecer quanto se pode saber, e não tiver caridade, não sou nada.”* (p. 10) Estudou e

classificou as várias manias *hospedadas na Casa Verde*. (p. 13)

No entanto, o conceito de demência de Simão Bacamarte não estava estabelecido. Estendeu-o além do muro da Casa Verde. Ilustrando com exemplos da história, expôs para o seu interlocutor Crispim como *a insânia abrangia uma vasta superfície de cérebros...*(p. 17) Na verdade, os exemplos, como o de Sócrates, Pascal, Maomé, Caracala e outros, corresponderiam a casos da própria cidade de Itaguaí, mas ocultou-se esse pensamento. Se a voz da mídia hoje em dia é a imprensa falada e escrita, naquele tempo era a matraca. o principal agente informativo. O boticário Crispim, hipocritamente, sugeriu a divulgação dos planos do médico através da matraca, um instrumento barulhento, tocado por uma pessoa contratada para despertar a atenção do próximo sobre certas informações. Seria o meio mais digno de divulgação do novo conceito de loucura do Dr. Bacamarte. Aliás, foi por tocar a matraca, que um dos vereadores, - *aquele justamente que mais se opusera à criação da Casa Verde*, - adquiriu a fama de *perfeito educador de cobras e macacos...* e afirmando que o vereador nunca fizera isso, a narração segue ironicamente com depoimentos de pessoas que viram *cascaéis dançando no peito do vereador* (p. 18) Depoimento falso, mas consolidado pela confiança do sistema de divulgação. O caso do vereador, que à primeira vista nos parece uma digressão, é nada menos que uma observação mordaz a respeito do senso comum. E o terror se instalou em Itaguaí, porque, se o prazer de um herdeiro, no caso o Costa, era distribuir o conteúdo da herança entre os amigos, ia para a Casa Verde condenado como louco; ou se uma pessoa intercedesse por este herdeiro, como a prima do Costa, alegando que o mesmo fora vítima de uma maldição de um homem sedento a quem um parente do Costa havia negado água, juízo que tem por base a opinião popular, ia também para a Casa Verde. E até mesmo D. Evarista, uma espécie de primeira dama, pois era a esposa do insigne médico e que havia se tornado a esperança do senso comum de Itaguaí, foi para a Casa Verde, porque ficou na dúvida durante vinte e quatro horas para escolher entre um colar de safira e um de granada... Quem estava seguro? Este último episódio que atestou a abnegação científica do seu honesto desempenho médico. Este seu procedimento excluiu quaisquer *intuítos alheios à ciência*.(p. 40) Contudo, o barbeiro liderou uma revolta contra o alienista: *se tantos homens em quem supomos juízo, são reclusos por*

*dementes, quem nos afirma que o alienado não é o alienista?* (p. 28) Como o líder fosse cognominado Canjica, o movimento se denominou a revolta dos Canjicas.

Alheio ao movimento de rebelião, compenetrado em princípios científicos, o comportamento do médico tornou-se paradoxal, porque soltou todos os dementes, alegando em relatório oficial à Câmara dos Vereadores que fundamentos estatísticos apontavam os pacientes com a faculdade mental desequilibrada como normal e exemplar e, *como hipóteses patológicas todos os casos em que aquele equilíbrio fosse ininterrupto...* (p. 40) Em resposta, a Câmara propôs uma emenda ao § 4º.: aceitou que o alienista agasalhasse na Casa Verde quem gozasse de perfeito equilíbrio mental, com duração de um mandato de ano, sendo que, por razões de ordem pública, a Câmara poderia fechar a Casa Verde a qualquer momento e, em nenhuma hipótese, os vereadores seriam recolhidos, o que foi aprovado por quase unanimidade, pois os protestos do vereador Galvão ecoaram na assembléia. Simão Bacamarte aceitou todos os dispositivos da câmara, mas internou o vereador Galvão, diagnosticando equilíbrio mental e moderação. A câmara acolheu unanimemente o procedimento novo do alienista. As pesquisas do Dr. Simão chegaram ao máximo grau da terapêutica e o narrador indicou o entusiasmo do médico com a expressão latina *Plus ultra!, muito além!*. Num caso como o de modéstia, ele aplicaria uma medicação que introjetaria no paciente um sentimento oposto. O processo era gradativo: criaria o novo costume de uma casaca, mais tarde de uma bengala, depois de uma cabeleira...até, se preciso, distinções honoríficas. O caso de um poeta doente obrigou Dr. Bacamarte a correr matraca, apregoando o poeta como rival de Píndaro, uma clara paródia do poema (*Ode IV, 2, 1-2*) de Horácio que afirma não existir êmulo para Píndaro: *Pindarum quisquis studet aemulari, / Iulle, ceratis ope Daedalea / nittur pennis, vitreo daturus / nomina ponto. // Aquele que pretende emular Píndaro / E se apóia em penas unidas com cera de Dédalo / Ó Iulo, há de dar seu nome ao brilho do espelho do mar!*

A conclusão é: *Simão Bacamarte achou em si os característicos do perfeito equilíbrio mental e moral; pareceu-lhe que possuía a sagacidade, a paciência, a perseverança, a tolerância, a veracidade, o vigor moral, a lealdade* (p. 48) – enfim tudo para ser definido como um mentecapto. Constatação a partir de *um cérebro bem orga-*

nizado (p. 42), sublinhada pela modéstia do alienista, reunião dos opostos, ou como diz o próprio médico “*Reúno a teoria e a prática.*” (p. 48). O seu lado vaidoso se alegrou, mas o seu bom senso ficou melancólico. Como melancólico, curvou a cabeça e entrou na Casa Verde, *entregou-se ao estudo e à cura de si mesmo.* Veio a falecer dentro da Casa Verde. Os cidadãos de Itaguaí efetuaram *o seu enterro com muita pompa e rara solenidade* (p. 48).

Num confronto entre o mundo biossocial e os nossos sonhos, fantasias, esperanças e alegrias, quantas vezes nos deparamos com a melancolia diante do imponderável. A tragédia elege a morte como solução dessas aporias, mas uma risada tirada da *sátira menipéia* desfigura o pavor da morte. Quanto mais o trágico criar poemas sobre a Segunda Guerra Mundial, seja em forma de filmes seja através de outros discursos, mais a imagem de Hitler se exacerba como sublime, espalhando admiradores pelas gerações futuras. No entanto, basta ver a paródia de Charles Chaplin, representando o ditador alemão num gabinete a brincar com uma grande esfera do globo terrestre, que a carranca nos parecerá ridícula. Eis uma risada iconoclasta, desvanecedora do terror: ela é a contra-indicação da tragédia, desmitificadora da morte, isto é, da autopiedade humana.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *O Alienista*. São Paulo: Ática, 1998.
- BALL, Martha Charlene. *Menippean Satire in More's Utopia and Erasmus's Praise of Folly*. Athens: Georgia, 1979.
- BAKHTIN, Mikail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Trad. Yara F. Vieira. São Paulo: Huicitec, 1987.
- . *Estética da Criação Verbal*. Maria E.G.G.Pereira, São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- CHEVALIER, J. & GHEERBRANT, a. *Dicionário de Símbolos*. Trad. Vera da Costa e Silva et alii. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

FOUCAULT, Michel. *Histoire de la Folie à l'Âge Classique*. France: Gallimard, 1972.

HARVEY, Paul. *Dicionário Oxford de Literatura Clássica: Grega e Latina*. Trad. de Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [s/d.].

HORACE. *Oeuvres Complètes: Satires – Épitres – Art Poétique* Tome II. Trad. nouvelle avec une introduction et des notes par François Richard. Paris: Classiques Garnier, 1950.

HUMBERT, Jules & BERGUIN, Henri. *Histoire Illustrée de la Littérature Grecque*. Paris: Didier, 1947.

MACHADO, José Pedro. *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Confluência, [s/d.].

———. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Confluência, 1967.

MOISÉS, Massaud. *Dicionário de Termos Literários*. São Paulo: Cultrix, 1974.

D'ÓNOFRIO, Salvatore. *Os Motivos da Sátira Romana*. Alfa, Marília, 1968.

PETRONIUS. SENECA, *APOCOLOCYNTOSIS*. Respectivamente with na english translation by Michael Heseltine & with na english translation by W.H.D. Rouse, M.A, Litt. D. London: Harvad University, 1975.

SÁ REGO, Enylton José. *O CALUNDU E A PANACÉIA: Machado, de Assis, a Sátira Menipéia e a Tradição Luciânica*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1989.

**A “VIDA DE SANTA PELÁGIA”  
COMENTÁRIOS MORFOSSINTÁTICOS (I)**

*Ruy Magalhães de Araujo (UERJ)*

**RESUMO**

A importância dos estudos linguístico-filológicos do galego-português é imprescindível para que se obtenha melhor entendimento dos textos arcaicos sob a óptica diacrônica. O texto estudado, — a “Vida de Santa Pelágia”, — documento essencialmente linguístico-filológico (e também hagiográfico) do século XIV, oferece, dentre outros, expressivos elementos de morfologia e sintaxe, a fim de podermos realizar esses estudos.

**PALAVRAS-CHAVE:** diacronia; português; Santa Pelágia

**INTRODUÇÃO**

Sem a pretensão de ser perfeito, este trabalho desenvolverá estudos morfofossintáticos em torno do texto que nos propusemos pesquisar: a “Vida de Santa Pelágia”, documento essencialmente linguístico-filológico (e também hagiográfico) do século XIV, quando da expansão do galego-português.

O galego-português, cujas origens históricas encontram base no latim vulgar, ou mais exatamente no latim lusitano, surgiu na Lusitânia do Norte ou na região abrangida pela Galiza e pela faixa lusa entre o Minho e Douro, e constituiu uma unidade linguística particular entre 1200 e por volta de 1350, aproximadamente.

No texto pesquisado enfocaremos os aspectos mais relevantes de morfologia e sintaxe, e daremos uma amostragem sucinta a respeito das diversas classes de palavras.

Para melhor critério e ordenamento metodológico, procederemos da seguinte maneira:

- a) seleção dos verbetes encontrados;
- b) transcrição do trecho onde os verbetes estão localizados;
- c) etimologia, significação, formas antiga e atual;
- d) regência (quando for o caso);

e) comentários e observações (quando necessários).

Por vezes aparecerão outras variantes de grafemas e vocábulos, que serão transcritos de acordo com o seu registro no livro-texto, elaborado por Clarinda de Azevedo Maia, *História do Galego-Português*.

Os verbetes selecionados serão dispostos tal qual se encontram no texto pesquisado, isto é, sem obedecerem a nenhuma ordem alfabética ou sequencial e à proporção que forem sendo encontrados.

Quanto às possíveis relações entre grafemas e fonemas, tornou-se impraticável estabelecê-las. É que os sistemas de escrita, na maioria dos casos de textos medievais, tornaram-se incompletos e/ou imperfeitos, quando se pretende relacionar o entendimento dos sons da fala com o entendimento visual dos símbolos gráficos desses mesmos textos. Esses sistemas de escrita, por não representarem os sons concretos da fala, fornecem os chamados sons-tipo, que não traduzem a realidade fonética dos textos antigos. Daí as dificuldades e porque procuramos justificar essa ausência.

#### BREVE NOTÍCIA SOBRE O GALEGO-PORTUGUÊS

A Romanização da Península Ibérica correspondeu, em termos lingüísticos, a uma latinização que pôs fim aos falares pré-latinos ali existentes, até meados do século II da era cristã. Nos primeiros séculos do Cristianismo, segundo José Leite de Vasconcelos, “Nas duas margens do rio Minho desenvolveram-se do latim vulgar, (...) o português e o galego, a princípio quase iguais, mas com o tempo discordantes um pouco um do outro” (VASCONCELLOS, 1966: 328).

Em face da tendência natural de qualquer idioma, essas duas vertentes do latim vulgar evoluíram e esse evolver implica uma periodização. Sobre o assunto, optamos por ouvir as palavras do professor Celso Cunha, enfocando desde o latim ao português atual:

Baseando-nos em parte numa conhecida periodização proposta pelo sábio lingüista José Leite de Vasconcelos, distinguiremos as seguintes etapas na evolução do latim ao português atual:

a) *latim lusitânico*, língua falada na Lusitânia, desde a implantação

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

do latim até o século V;

b) *romance lusitânico*, língua falada na Lusitânia, do século VI ao século IX, da qual, como da fase anterior, não temos nenhum documento escrito;

c) *português proto-histórico*, língua falada na Lusitânia, do século IX até fins do século XII, e da qual podemos vislumbrar algumas características nas palavras intercaladas em textos do latim bárbaro;

d) *português arcaico*, que vai de princípios do século XII (1211 ?) até a primeira metade do século XVI, quando a língua começa a ser codificada gramaticalmente;

e) *português moderno*, que se estende da segunda metade do século XVI até os dias que correm. (CUNHA, 1982: 21-24)

De acordo ainda com José Leite de Vasconcellos, aos períodos arcaico e moderno

Dever-se-iam atribuir outras subdivisões, pois que neles as mesmas encaixam-se perfeitamente. O professor Celso Cunha considerava

aconselhável distinguir duas épocas no período compreendido entre o século XII e a primeira metade do século XVI; uma a do português arcaico propriamente dito, que abarcaria a língua dos séculos XII e XIV; outra, a do português médio, que iria do século XV a fins da primeira metade do século XVI e representaria a fase de transição entre a antiga e a moderna do idioma. (*Ibidem*, p. 24)

Documentadamente sabemos que datam do século XIII os primeiros textos redigidos por inteiro em galego-português. Em consonância com Paul Teyssier,

Acreditou-se durante largo tempo que os mais antigos textos em galego-português datavam dos últimos anos do século XII. Estudos recentes mostraram, no entanto, que não foi exactamente nessa época, mas no começo do século XIII que esses textos apareceram. (TEYSSIER, 1982: 21)

O galego-português surgiu na Lusitânia do norte ou na região abrangida pela Galiza e pela faixa lusa entre o Minho e o Douro. Esse idioma formava uma unidade lingüística particular e que se manteve com uma certa homogeneidade até a metade do século XIV.

É provável que o galego-português tivesse delineamentos próprios desde o século VI, porém só a partir do século IX é que se pôde comprovar a sua existência por meio de vocábulos coletados do

latim bárbaro (língua dos tabeliães, escritvãs e usada em documentos forenses da Idade Média).

A despeito de ter sido bastante escassa a produção filológica de edições e estudos de documentos do português antigo, contamos hodiernamente com trabalhos de fôlego, haja vista o de Clarinda de Azevedo Maia, intitulado *História do Galego-Português*, onde encontramos uma excelente e criteriosa exposição do assunto.

Nesse trabalho, que acreditamos seja pioneiro, a autora catalogou fecundas fontes de pesquisa e mencionou a sua respectiva localização geográfica, espalhada por regiões da Galiza e de Portugal.

Transcrevemos suas próprias palavras:

Compõem esta coleção cento e sessenta e oito documentos de proveniência diversa, selecionados entre os fundos de vários arquivos portugueses e espanhóis: Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo Distrital de Braga, “Archivo Histórico Nacional” (Madrid), “Archivo Regional de Galicia” (La Coruña), “Archivo Histórico Provincial” de Orense e “Archivo Histórico y Universitario de Santiago de Compostela. (MAIA, 1986: 40)

(...) os documentos reunidos (...) distribuíram-se pelas quatro províncias galegas — La Coruña, Lugo, Pontevedra e Orense — e pelas duas províncias portuguesas da região compreendida entre o Minho e o Douro, ou seja, o Minho e o Douro Litoral. (*Ibidem*, p. 35)

## O TEXTO E SUA SITUAÇÃO LINGÜÍSTICA

O presente texto, — A VIDA DE SANTA PELÁGIA, — objeto de nossas pesquisas, é datado do século XIV e se insere no grupo dos chamados *textos não literários* (ou estritamente lingüísticos) do português antigo. Os originais encontram-se depositados no *Códice Alcobacense*, nº 771, do Arquivo da Torre do Tombo, de folhas 139 R. a 142 R. ou 149 a 152. Como dissemos, tem o caráter especulativo de um documento puramente filológico; em paralelo, propicia uma bela amostra de conversão religiosa, tratando-se, por conseguinte, também de um documento hagiográfico.

Embora despido daquele rigorismo gráfico dos textos do século XIII, quando se estava ainda no início da fixação gráfica, visto que eram escritos sistematicamente em latim, o presente documento

apresenta algumas dificuldades quanto às relações entre grafemas e fonemas, porquanto o sistema fonológico sofreu notórias modificações, permanecendo o hábito de usar-se a mesma grafia para fonemas diferentes, o que torna impossível obter-se de modo satisfatório um resultado de todas as mudanças lingüísticas. Isto quer dizer, em suma, que nem todas as alterações verificadas no sistema fonológico dizem respeito ao sistema grafemático, daí porque não ousamos tratar aqui do problema das possíveis relações entre grafemas e fonemas.

No que tange à grafia do texto, pode-se dizer que ela é, de um modo geral, informe e constante, como sói ser a dos textos arcaicos.

#### ASPECTOS MAIS SALIENTES DE MORFOSSINTAXE

Neste item, daremos, sempre que necessário, a origem etimológica de cada uma das classes de palavras agrupadas no respectivo estudo morfológico; exporemos, também, os mais expressivos fatos sintáticos. Essa pesquisa será feita de acordo com a localização dos verbetes no texto à proporção em que forem sendo examinados, isto é, sem a preocupação de ordem seqüencial e alfabética.

#### *0 artigo*

De forma específica, estudaremos apenas o artigo definido, posto que o indefinido encontra-se arrolado entre os pronomes indefinidos.

As formas do artigo definido em galego-português provêm das formas de acusativo singular e plural do pronome demonstrativo latino, conforme demonstração abaixo:

ILLUM > ello > elo > lo > o

ILLAM > ella > ela > la > a

ILLOS > ellos > elos > los > os

ILLAS > ellas > elas > las > as

Segundo explicação de Clarinda de Azevedo Maia,

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

A evolução destas formas está profundamente condicionada pela sua atonicidade: esta característica explicará não só a perda da vogal inicial de *elos* como, mais tarde, a da consoante inicial de *los*. (Ibidem, p. 644)

Vestígios da forma castelhana *El* registram-se em alguns textos dos séculos XV e XVI.

A concordância com o substantivo é feita em gênero e número.

Ainda de acordo com a autora, quanto às formas do artigo definido,

(...) há uma diferença bastante sensível entre os textos de Galiza e Portugal. Nestes últimos aparecem apenas formas muito idênticas às actuais, ainda que, nalguns casos, com distinta configuração gráfica: *o*, *ho*, *a*, *ha*, *os*, *as*. Nos documentos da Galiza, a par de formas deste tipo (cf. *o*, *ho*, *a*, *ha*, *aa*, *aha*, *os*, *as*) — que são as mais frequentes — existem alguns exemplos das mais antigas com *l*- conservado: *lo*, *la*, *los*, *las*. (Ibidem, p. 645)

Passemos agora aos exemplos pesquisados dentro do texto que nos coube:

No singular:

fol. 75r 5. “*O* / qual logo abriu sua boca”

fol. 74v 1. “Aquy se começa *a* vida de Sancta Pellagya.”

No plural:

fol. 75r 4. “Junctados asy *os* / dictos bispos,”

fol. 75r 4. “(...) santo honrrado No / no bispo entre *as* portas da dieta igreja.”

### *O nome*

#### **Substantivo**

O latim possuía o substantivo flexionado em, gênero, número e caso. Com o desaparecimento do neutro e a redução gradual dos casos, ficaram em português apenas resquícios do acusativo (chamado caso lexicogênico ou gerador) e os substantivos ficaram somente com a flexão de gênero e número. Embasados nestes fatos históricos, vejamos alguns aspectos filológicos, mais exatamente etimológicos, a respeito dos substantivos, selecionados de acordo com a sua localização no texto.

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

Por uma questão de metodologia, adotaremos o seguinte critério:

- a) distinguiremos os verbetes selecionados, situando-os antes de sua
- b) localização no texto, quando lhes
- c) faremos os respectivos comentários filológicos.

### *Pellagya; Paya*

fol. 74v **1**. “Aqy se começa a vida de Sancta *Pellagya*.”

fol. 79v **31**. “Em mynha nacença o meu nome foy *Pa'ya*,”

S.f. Nome de mulher. Do gr. **Πελαγία**, através do lat. *Pelagia*. No masculino, Pelágio, do gr. **Πελάγιος**, de **Πελάγιος**, “marinheiro”, “que vem do mar”, através do lat. *Pelagiu*. De *Pelágio* provém Paio, com a seguinte evolução: *Pelágio* > *Pelayo* > *Palayo* > *Palaio* > *Paayo* > *Paio*, o mesmo acontecendo com a outra forma feminina *Paya* > *Paia*. Existe a forma proclítica *Paai* e também *Paay* > *Pay*. Deste substantivo, tem-se o patronímico *Pais*, do baixo latim *Pelagici*, que evoluiu para *Pelagizi* > *Pelaizi* > *Pelaici* > *Pelaiz* > *Paaiiz* > *Paez* > *Paes*. *Paio* é ainda o nome de um santo, de grande devoção dos portugueses, falecido no século III. Temos então: *São Paio* > *Sampaio*.

### Jacobo

fol. 74v **2**. “Nobre e honesta cousa pareceo (a) m' *Jacobo* pecador”

S.m. Nome de homem. Do hebraico *Iakob*, (o mesmo que *Jacó*, “Deus segue”, isto é, “recompensa”, existindo, entretanto, outras hipóteses); através do lat. *Iacobu*. Esta forma é a que aparece no Novo Testamento para designar os Apóstolos cristãos São Tiago Maior e São Tiago Menor. Porém, *Tiago*, s.m. nome de homem, advém do falso corte da locução Sant’Iago, explicável pela existência da forma apocopada *San*, de *Santo*.

### Hyrmaão

fol. 77r **15**. “Oo Jacobo hyr/maão, vy hũu sonho do qual som muy

turbado”

S.m. Irmão. Do lat. *germanu*, de origem desconhecida. Sobre a evolução do verbete, ouçamos as explicações de Antenor Nascentes, que nos propicia uma visão global a respeito:

(...) scilicet *frãte*, irmão do mesmo gérmem, inteiro; esp. *hermano*, asturiano *hirmanu*. O lat. *fratre* (it. *fratello*, fr. *frère*) fol sobrepujado por *germanu* e passou a designar o irmão espiritual (cfr. em gr. *adelphós*, e *phrátor*, v. Bréal, Dic. etym. lat., M. Lübke, REW, 3742). Cornu, Port. Spr. § 219, entende que o *g* passou a *i* semivogal em ligações como *meo tuo suo germano*. G. Viana, Ortografia Nacional, 97, considera o fato, que é antigo, mal explicado. João Ribeiro, Gram. Port., 306, diz ser provavelmente a forma espanhola e, se não for, o som do *g* é igual ao de *j* e conseqüentemente uma semivogal: *jermão*, *iermão*, *irmão*. Ora, espanhol não pode ser porque língua nenhuma toma de empréstimo palavras essenciais como os nomes de parentesco; *g* brando ou *j* não são semivogais, são consoâncias palatais e *ie* dá *e* (cfr. *pariete*, *parede*). M. Lübke, Gram., I, 350, depois de explicar a transformação espanhola do *g* em *yerno*, *yente* (arc.) *yeso*, *hielo*, acha a transformação portuguesa proveniente de grupos como *meu irmão*. Pidal, Gram. Hist. Esp., §38, explica a perda da fricativa pelo acento. Nunes, Gram. Hist. Port., 158, explica a queda do *g* por um caso de fonética sintática: a junção do artigo *illu*, formando corpo com *germanu*, determinou a queda normal do *g*, que passou a ser médio. Segundo Leite de Vasconcelos, *Lições de Filologia Portuguesa*, 94, em um documento altino-bárbaro do Mosteiro de Pedroso, do século IX, já se lê *iermana* (*Diplomata et Chartae*, p. 7). Cortesão dá: *Sua mater aut suos ermanos* (Leges, p. 837-A. 1188-1230). Etimologicamente se deveria escrever *ermão*, mas houve uma adaptação da grafia à pronúncia do *e* átono inicial como *i*. (NASCENTES, 1952-55: .vol. 1, p. 280-81)

Cabenêssio

fol. 75r 3. (...) no mosteiro de *Cabenêssio*.

S.m. Nome de um mosteiro. J.J. Nunes dá a seguinte explicação, inserida à pág. 20 do texto em estudo, a VIDA DE SANTA PELAGIA, ao registrar a forma *Tabenêssio*: “ ‘Tabenensiotarum’ diz o texto latino, o qual ficava na Thebaida superior.” É possível que tenha havido erro do copista, ao escrever á palavra com /C/.

Sam Gião

fol. 75 r 4. “(...) tomassê e ouvessem hospício e pousada na igreja do bem / aventureado mártir *Sam Gião*.”

S.m. Nome de São Juliano. O substantivo Gião é raro. Forma antiga de Julião, restaurou-se por influência eclesiástica em Juliano, [do lat.

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

*Julianu*, do adj. *julianus*, de Júlio, cognome romano]. Também existe a forma arcaica em *Juyão*.

### Hospício

fol. 75r 4. “(...) tomasse e ouvessem *hospicio* e pousada na igreja do bem/ aventureado mártir Sam Gião.”

S.m. Do lat. *hospitiu*. Casa religiosa onde se hospedavam peregrinos e viajantes. Mais tarde, passou a designar asilo para alienados mentais.

### Jogressa

75r 5. “(...) e passou perdante elles hũa *jogressa* /”

S.f. O mesmo que *jogresa*, feminino de *jogral*, do prov. *jogular*, (ou *juglar*) e *jograr*, através do lat. *joculare*. Segundo J. Leite de Vasconcelos, o termo proveio do lat. *joculator*, ‘zombador’, e na Idade Média passou a significar “histrião” e depois “jogral”. Todavia, em consonância com J.P. Machado, o vocábulo

(...) não pode, evidentemente, ter origem no latim *joculator*, como pretendeu Leite de Vasconcelos, (...) mas sim em *joculare*, substantivação do adjetivo *jocularis*, ‘divertido’, ‘engraçado’, ‘ridículo’, cf. também o it. *giocolare* e o cast. *Juglar*. (MACHADO, 1955-59, s.v.)

### Molher

(...) *molher* pubrica que sse lança aos homeês, //

S.f. Mulher. Do lat. *muliere*, mulher; mulher casada. No esp. *mujer*; it. *moglie*; fr. ant. *moillier*. Quanto à explicação fonológica, ouçamos Antenor Nascentes:

Sendo breve o *u*, deu *o* no port. arc.: assim é que temos: *Maria Peliz*, *moler* (l = lh) que foy de *Fernam Ermigit* ( Inquisitiones, p. 304). *D’om’* ou *de molher* (*Canc. de Ajuda*, 421). O *o* depois mudou-se em *u* por influência da palatal *lh*. (Leite de Vasconcelos, *Lições de Filologia Portuguesa*, 76, G. Viana, *Ortografia Nacional*, 93, Nunes, *Gram. Hist.*, 57, Pidal, *Gram. Hist. Esp.*, § 20, Bourciez, *Ling. Rom.*, p. 155. O acento do latim clássico deslocou-se (M. Lubke, *Gram. I*, 522, Nunes, op. cit., 33, Bourciez, *Ling. Rom.* p. 38). *Molher* aparece até o século XVII (*Pro-sódia e Tesouro da Língua Portuguesa*, de Bento Pereira). Cornu, *Port. Spr.*, § 130, dá um arc. *moyer*. (Op. cit. p. 346)

No texto, a frase “molher pubrica” significa prostituta; cortezã.

### *Giolho(s)*

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

fol. 75v. 7. e pôs/ sua face sobre seus *giolhos*, chorando muitas/ lagrimas,

S.m. Joelho. Do lat. *genuc(u)lu*, dimin. de *genu*. Em Portugal, a forma primitiva foi *geolho* e também *giolho*. Em esp. *hinoho*, it. *ginocchio*, fr. ant. *genouil*, mod. *genou*. Sobre a evolução do termo, veja-mos A.R. Gonçalves Viana, citado por J.P. Machado:

A forma moderna *joelho* ou provém de outro diminutivo de *genu*, *genic(u)lum*, como *cuido*, ou foi refeita pela *metátese* de *ajeolhar* por *ageolhar* < *geolho*, como é o aprezer de quase todos os etimologistas. (*Op. cit.*, p. 1263)

### SSudayro

fol. 75v 7. “(...) que nom o ssudayro sso, que em suas m/aaõs tiinha,”

S.m. Sudário. Do lat. *sudariu*, de *sudare*, ‘suar’, ‘transpirar’; ‘estar úmido’. A forma com *metátese* é própria do português arcaico. No texto, a palavra refere-se à tela que representa o rosto ensangüentado de cristo e/ou à mortalha de Cristo.

### Põõba

fol. 77r 15. E disse: vy / ã cabo do altar hũa *põõba* de collar negra

S.f. Pomba. Do lat. *palumbu*, ao lado de *palumbis*, ‘pombo bravo’. No Appendix probi, (99) *Palumbes* nom *palumbus*. No esp. *palomo*, *a*; it. *palombo*, *a*. No século XIV, surgiu a forma *poombo*, *poomba*, com assimilação. O emprego do sinal (~) é outra maneira de nasalização do português arcaico.

### Cathecumynos

fol. 77r 16. “E quando o diacono, segundo seu costume, lançou fora os *cathecumynos*,”

S.m. Catecúmeno. Do gr. **Κατεχούμενος**, pelo lat. *catechumenu*. Pessoa que se prepara e instrui para receber o batismo; noviço. Com flexão de número.

### Poblicanos

fol. 78r 21. “(...) e participou com muytos *poblicanos* e pecado/res.”

S.m. Publicano. Do latim *publicanu*. Antigo cobrador de impostos públicos no Império Romano. Pej. Comerciante.

### Nono

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

fol. 75r **3.** “(...) foy o sancto bispo *Nono* meu senhor, baron/ nobre, sancto, justo, directo.”

S.m. Nome de homem. Do gr. **Νόννος**, nome de um poeta. Do lat. *nonu*, o nono filho (cf. *Quintus*, *Septimus*, *Octavius* etc.). Depois foi usado sem qualquer relação com o número.

### *Olivete*

fol. 82r. **45.** “(...) e ainda m/uyta gente e monjes junta veerom a monte *Olivete*.”

Top. O Monte das Oliveiras, nas proximidades de Jerusalém. Do lat. *Olivetum*.

### *Fremosura*

fol. 75v. **8.** “(...) e vos delectastes na / grande *fremosura* desta mo-lher,”

S.f. Formosura; beleza. Do lat. *formosu*, mais o sufixo *ura*. *Fermosura*, por dissimilação, e *fremosura*, por metátese.

### *Cibo*

fol. 79v. **2.** “(...) e coimamos e tomemos *cibo* e manjar cõ todo / pla-zer spiritual.”

S.m. Ant. Cibo; comida; pequena porção de alimento. Do lat. *cibu*.”

### *Dellecto*

fol. 76r. **8.** “(...) na fremosura desta mo/lher, nom ouvestes prazer e *dellecto*?”

S.m. Possivelmente, *deleite*, dev. de *deleitar*, do lat. *delectare*, Gozo íntimo e suave. || Prazer inteiro, pleno, completo; delícia, deleitação. Deu-se a vocalização do /C/ em /I/.

### *Hestoria*

fol. 75r. **3.** “(...) porque esta *hestoria* he comprida”

S.f. História. Do gr. **ἱστορία**, informação, pesquisa, conhecimento; relação verbal ou escrita do que se aprendeu; narrativa; provém do vocábulo grego **ἵστωρ**, ‘o que sabe’; pelo lat. *historia*. Ao lado da forma encontrada, havia também no português arcaico as formas *estorea* e *estoria*. O grafema <h> é dispensável por não ter valor fonético.

### *Turpididades*

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

fol. 79r. 27. “(...) e faça ca/hir em *turpidades*.”

S.f. Torpeza, torpidade. É formado com o adj. lat. *turpe* mais o sufixo *dade*. Originalmente, significava feio, disforme; desagradável ao ouvido. Com flexão de número.

### *Nimigalha*

fol. 76v. 13. “(...) que formaste e fezeste todas as/ cousas de *nimigalha*,”

S.f. O mesmo que migalha. Quanto à explicação do verbete, vejamos J.P. Machado:

*Migalha* de um lat. hispânico *micālea* (vj. esp. *migaja*); séc. XIV: ‘... que apanhavam so a mynha messa as *migalhas*, e os ossos’, nos *Inéditos de Alcobça*, II, p. 190; a forma composta *nem migalha*, ou *nemigalha*, já se documenta em D. Afonso Sanches: ‘Mais aquele que nos manda | sei tanto, se Deus me ualha, | que, pero conuoso, manda | por uos pouc ou *nemigalha*’, C.B.N., n° [356];” (*Ibidem*, p. 1503)

O vocábulo provém do lat. *mica*, ‘parcela’, ‘grão’, mais o sufixo *alha*, por via culta.

### *Abisso*

Fol. 75v. 25. “Eu som *abisso* e alta profundeza de perdi/com.”

S.m. O mesmo que *abismo*. Existe a forma p.us. *abisso*, daí o adj. 2 g. *abissal*. O vocábulo provém do gr. ‘*ἄβυσσος*, ‘sem fundo’; ‘inferno’, ‘abismo’, pelo lat. *abyssu*.

### *Obprobrio*

Fol. 80v. 35. “(...) e nom seja feyto *oprobrio* e doesto aos cristãos.”

S.m. Opróbrio. Do lat. *opprobriu*. Abeção extrema. || Ignonímia, desonra. || Afronta infamante; injúria.

### *Bito*

Fol. 81r. 39. “(...) Paia se / levantou e tirou de sy as ditas vestiduras / brancas e vestio hũa saia e hum *bito*.”

S.m. Anjo. Do gr. ‘*ἄγγελος*, ‘mensageiro’, pelo lat. eclesiástico *angelu*. Com flexão de número.

### *Scano*

Fol. 82v. 45. “E quando tirarom o corpo e o poserom (em) hum *scano*”

S.m. Escano. Do lat. *scamnu*. Espécie de estrado alto.

*Iherusalem*

Fol. 81v. 41. “(...) fiz eu voto de ir a *Iherusalem*”

Top. A cidade de Jerusalém, na Palestina. Do hebraico, *Ierusalaim*, ‘casa, cidade ou habitação da paz’, pelo gr. **Ἱεροσόλυμα**, depois pelo lat. *Hierosolyma*. Para menor enfoque, ouçamos Antenor Nascentes:

(...) Do hebr. *Ierusalaim*, a posse da paz (ST, 261), Casa, cidade ou habitação da paz (Gesênio, apud Saraiva). Visão da paz, visão perfeita (Apêndice da Vulgata). Posse da felicidade (Ledrain). Cidade da paz (Century). *Ierusalem*, que quer dizer visão da paz... (Fr. Heitor Pinto, *Imagem*, I, 320). Porque Jerusalém quer dizer vista de paz: visio pacis... (Vieira, *Sermões*, ed. de 1907, XII, 133). Ledrain viu na terminação uma desinência de dual que marcasse as duas partes da cidade. A cidade aparece no Velho Testamento com os nomes *Jebus*, lugar trilhado,... *Josué*, XV, 8, Juízes, XIX, 10 (...) e *Salem* (Gênese, XIV, 18, Salmos, LXXV, 3). Só depois da vitória de Davi sobre os jebuseus, de quem era a capital (II Reis, V, 6, 7), aparece como *Jerusalém*, que talvez por etimologia popular resulte da junção dos dois nomes anteriores. Tornou-se então o amparo do judaísmo; daí ‘morada da paz’. (*Op. cit.*, p. 161)

E continua o autor:

A forma grega dos *Setenta*, *Hierosalém* e a outra forma grega *Hierosóluma*, lembram, por etimologia popular, um composto de *hierós*, sagrado, (Jerusalém era e ainda é uma cidade santa), no primeiro caso com *Salem* e no segundo com o nome dos *solimos*. Os sólimos era um povo da Ásia Menor, a que se referem Homero, *Ilíada*, VI, 283, 204, Tácito, *Histórias*, V, 2, HN, 94, 127. *Hierosolyina* aparece em *Atos*, I, 4, e em Plínio, Cícero. Aparece em Camões, Lus. III, 27, 2, VII, 6, 2, em Vieira, *Sermões*, ed. de 1907, XI, 176, sob a forma *Jerosólimas*. (*Ibidem*, p. 161)

## Adjetivo

Em comparação com os substantivos, os adjetivos apresentam “uma concordância quase perfeita” no que concerne ao gênero e número.

Mas existem algumas particularidades, como as dos terminados em *-dor*, que apresentam, para os dois gêneros, a mesma forma, sendo invariáveis por isso. Outros, hoje em dia invariáveis, como é o exemplo de *quite*, podiam ser variáveis no português arcaico: *quito*, *qujto*, *quitos*; *quita*, *quyta*, *quitas*, *quita*], *quytas*.

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

Por outras vezes, alguns adjetivos aparecem substantivados, em razão de estarem elididos aos substantivos que os acompanham, mantendo o gênero do substantivo elidido.

Do texto que pesquisamos, selecionamos os seguintes, relacionados abaixo.

### *Simplezes*

fol. 77v. **19.** “(...) confortava os *simplezes* / e fracos,”

Adj. 2 g. e 2 num. Simples. Do lat. *simplice*. Esp. *simple*, it. *semplíce*, fr. *simple*. Registra-se também a forma *simprez*.

### *Onesto*

fol. 82.v **46.** “(...) o sancto corpo foy per os santos padres levado / e em logar lino e *onesto* e com nuyta hõ/rra posto e tumulado.

Adj. Honesto. Do lat. *honestu*. O grafema <h> é dispensável por não ter valor fonético.

### *Myngado*

fol. 77v. **14.** “me / vejo nuu e de todo *myngado* e desfallecido //”

Adj. m. Minguado, ‘tornado menor, diminuído, reduzido’. Do lat. *minuare* por *minuere*, ‘diminuir’. Também part. de *miungar*, com metátese. Também havia a forma *menguar*.

### *Êcravelhadas*

fol. 79v. **33.** “(...) o diaboo apareceo nuu com as mãos *êcravelha/das* sobre sua cabeça”

Adj. Formado com o prefixo arcaico ê(=en), mais o substantivo feminino *cravelha*, do lat. *clavicula*, ‘pequena chave’, e o sufixo *-ada*. Com flexão de número.

### *Tumulado*

fol. 82v. **46.** “(...) com muyta hõ/rra posto e *tumulado*.”

Adj. O mesmo que *sepultado*. Formado do lat. *tumulu*, ‘eminência, elevação’ e mais *-ada*, sufixo.

### *Semelhavel*

fol. 80r. **34.** “Por certo tu seguiste e es *semelhavel* a / Judas.”

Adj. 2 g. Semelhável, i.e., que se pode semelhar, do lat. *\*similaire* <

lat. tardio *similare*.

*Ëcovados*

fol. 82r. **42.** “(...) por/que os olhos d’el por a grande abstinência e/ram muyto *ëcovados*”

Adj. Encovado. Part. de *encovar*. No texto, com o sentido de *profundo*. O processo de nasalização é idêntico ao verificado com a palavra *ëcravelhadas*. Com flexão de número.

*Emcolheya*

fol. 82r. **43.** “A sua face era muy magra e muyto *ëverr/rugada* e *emcolheya*.”

Adj. Encolhido. Part. de *encolher*. No texto, com o sentido de diminuído, contraído.

## **Pronomes**

### **Pessoais**

Em busca de melhores palavras introdutórias, recorreremos outra vez às coerentes explicações de Clarinda de Azevedo Maia:

Os pronomes pessoais, cuja função essencial é a de indicar a pessoa gramatical, caracterizam-se, no português actual, por um lado, pela conservação da estrutura heterónima latina com *eu, tu, nós, vós* e, por outro, pela introdução de uma série de terceira pessoa (*ele, ela, eles, elas*) que, à maneira das formas nominais, tem o feminino em *-a* e o plural em *-s*. Essas formas, chamadas rectas, usam-se isoladamente ou como sujeito de uma forma verbal. Algumas delas — *nós, vós, ele(s), elas(s)* —, precedidas de preposição, empregam-se na expressão de vários complementos (cf. *por nós, de nós, a nós*, etc.). Ao lado dessas, há as chamadas formas oblíquas: por um lado, as formas tônicas da primeira e segunda pessoas do singular (*mim, ti*) que, subordinadas a uma preposição, se usam na expressão de vários complementos; por outro, as formas átonas, *me, te, lhe, nos, vos, lhes*, usadas, como enclíticas ou proclíticas de forma verbal de que dependem, para expressar um complemento. (*Op. cit.*, p. 662-63)

Em sua transformação histórica do latim ao português, condensamos de E.B. Williams essencialmente as seguintes explicações:

Ao passo que somente o caso acusativo sobreviveu nos substantivos e adjetivos em português, o nominativo e o acusativo e por vezes também o dativo dos pronomes pessoais sobreviveram. Esses casos não são

sempre restritos à sua função original, já que algumas formas do acusativo são usadas como dativo e algumas de nominativo e dativo são usadas como objeto de preposições. (WILLIAMS, 1973: 148)

Quanto ao processo de acentuação, diz o autor que: “Algumas formas se desenvolveram em posição acentuada, algumas em posição não acentuada.” (Ibidem, p. 148)

#### *Formas Acentuadas*

1. Os pronomes sujeitos, que geralmente se desenvolveram sob acento tônico, e as formas do latim clássico de que são derivados são os seguintes:

<b>latim clássico</b>	<b>português</b>
ego	eu
tū	tu
ille	ele
el (arc. e pop.) illa	ela
nōs (nom.)	nós
uos (nom.)	vós
	eles
	eis (arc. pop.)
	elas

(Ibidem, p. 148)

#### *Formas não Acentuadas*

Essas formas se desenvolveram como proclíticas ou enclíticas ao verbo ou a alguma outra palavra que levava acento. Como nunca ocorrerem no português arcaico como primeira palavra da oração e raramente como última palavra, elas parecem ter-se desenvolvido mais comumente na posição intertônica, isto é, entre duas sílabas acentuadas, mas não necessariamente adjacentes a uma dessas duas sílabas; uma das duas sílabas podia ser tônica secundária. Essa é sua posição quando usadas como infixos do futuro do indicativo e no condicional. (Ibidem, p. 152-3)

#### **Formas não Acentuadas que não Recebem Influência de Sons Adjacentes**

As formas de alguns pronomes não acentuados em português não foram influenciadas em seu desenvolvimento pelos sons das palavras adjacentes.

<b>latim clássico</b>	<b>português</b>
mē	me

tē	te
sē	se
nōs	nos [nus]
uōs	vos [vus]

(*Ibidem*, p. 153)

Formas não acentuadas  
que recebem influência de sons adjacentes.

1. As formas de alguns pronomes não acentuados e, português foram influenciadas no seu desenvolvimento pelos sons dos verbos adjacentes de outros pronomes ou de outras partes do discurso.

latim clássico	latim vulgar	português
illum (acus.)	lo	o -lo -no
illud (acus.)	lo	o -lo -no
illam	(acus.)	la a -la -na
illōs	(acus.)	los os -los -nos
illās	(acus.)	las as -las -nas
illī	(dat.)	li li (arc.) e lhe
illīs	(dat.)	lis lis (arc.) e lhes
tē		che (arc.)
sē		xe (arc.)”

(*Ibidem*, p. 154)

“Terceira pessoa do plural: *eles, eis e elas* não provieram diretamente do latim, mas foram formados analogicamente pela adição da terminação do plural a *ele, el e ela*, formas do nominativo singular.” (*Ibidem*, p. 149)

2. Os pronomes usados como objeto de preposições desenvolveram-se sob acento tônico. São dados abaixo, com as formas do latim clássico e do latim vulgar de que derivaram:

latim clássico	latim vulgar	português
mī		mi (arc.) mim
tibi	tī	tí
sibi	sī	si
ille		ele el
illa		ela
illud (neut.)		ello (arc.)
nōs		nós
uos		vós
		eles
		eis (arc. e pop.)
		elas

(*Ibidem*, p. 149)

Terceira pessoa do plural teve a mesma formação de *eles, eis e elas*,

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

mencionada acima (nº 1)

3. A preposição *cum* se juntou com enclítica ao ablativo dos pronomes pessoais e reflexivos:

latim clássico	português arcaico	português moderno
mēcum	mego, comego, migo, comigo	comigo
tēcum	teco, contego, tigo, contigo	contigo
sēcum	sego, consego, sigo, consigo	consigo

latim clássico	latim vulgar	português arc	português moderno
nōbīscum	noscum	nosco	conosco
uōbīscum	uoscum	bosco	convosco”

(*Ibidem*, p. 150)

4. A preposição *en* ou *em* foi juntada como proclítica às formas preposicionais do pronome pessoal da terceira pessoa (...) e às formas dos pronomes e adjetivos demonstrativos *este* e *esse*. Essas combinações desenvolveram-se no início em maneira fonológica regular, mas finalmente apareceram com n inicial (*nele, neste, nesse*), que devem ser devidas a alguma influência não fonológica. (*Ibidem*, p. 151)

A guisa de igual procedimento com os substantivos, situaremos os pronomes dentro do texto de acordo com sua ordem seqüencial, não importando pertencerem às três pessoas do singular e do plural, ou que se encontrem nas formas retas e oblíquas, tônicas e átonas.

(a) *my*

fol. 74v. 2. “Nobre e honesta cousa pareceo (a) *my* Jacobo pecador”

Oblíquo, tônico, 1ª pessoa do sing.

(a) *vos* (=vós)

fol. 74v. 2. “(...) y screpver a *vos* sanctos hyrmaaos,”

Reto, tônico, 2ª p. pl. Por lapso do copista, não se acentuou o verbete, provavelmente.

*me*

fol. 75v. 8. “Rrogo-vos que *me* digades / se ouvestes algũu prazer”

Oblíquo, átono, 2ª p. do sing.

*nos*

fol. 76r. 9. “(...) esta molher *nos* ha-de preçeder”

Oblíquo, átono, 1ª p. do pl. O verbo haver, como auxiliar, jun-

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

to de infinitivo e precedido da preposição *de*, forma um tempo composto futuro.

*nos* (= nós)

fol. 76r. **10.** “E *nos* que / avemos nosso poder eternal nos ceeos”

Reto, 1<sup>a</sup> p. pl. Outra vez, por lapso do copista, provavelmente se omitiu o acento grave.

*de nos* (= nós)

fol. 76r. **10.** “(...) nã tiramos *de nos* os pecados / e çugidades e maldades”

Reto, tônico, 1<sup>a</sup> p. pl. Igual ao caso anterior, presume-se o mesmo erro do copista.

*El*

fol. 76v. **12.** “(...) nem mercedor de servir mo / teu santo / altar e ministro e servo em *el*”

Reto, 3<sup>a</sup> p. sing.

*Eu*

fol. 76v. **14.** “*Eu* Senhor, assy no çeeo como na terra, me / vejo nuu e de todo myngado e desfallecido / ”

Reto, 3<sup>a</sup> p. sing.

*Ella*

fol. 77r. **14.** “(...) e *ella* o que prometeo aos homeês comprio”

Igual definição do pronome *el*, porém feminino.

*A*

fol. 77v. 17. “(...) e tomey-*a* e meti-*a* ã hũa / piia”

Oblíquo, átono, 3<sup>a</sup> p. feminino sing.

*Sy*

fol. 77r. **17.** “(...) e tirou de *sy* toda çugidade”

Oblíquo, reflexivo, tônico, 3<sup>a</sup> p. sing. No texto, com referência a nome feminino

*Se*

fol. 77v. **18.** “O qual *se* alevantou (...)”

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

Possui a mesma classificação do pronome anterior, porém átono.

*Tu*

fol. 78r. **23.** “Qual quer que *tu* es e quem es / ao Senhor Deos claro, certo e manifesto he.”

Reto, 2<sup>a</sup> p. sing.

*Te*

fol. 78r. **23.** “E por em / *te* rogo e amoesto”

Oblíquo, átono, 2<sup>a</sup> p. sing.

*Lhe*

fol. 78v. **26.** “O santo bispo Nono por força a fez levantar / de terra e / *lhe* disse (...)”

Oblíquo, átono, 3<sup>a</sup> p. sing.

*Contigo*

fol. 80r. **33.** “E agora sobretudo tiraste a mynha muy grãde sper/anca Paaya e a tees *contigo*”

Oblíquo, tônico, 2<sup>a</sup> p. sing.

**(Continua no próximo número)**

**ANA MARIA MACHADO:  
O ADJETIVO COMO ELEMENTO DE COMPARAÇÃO**  
*Anete Mariza Torres Di Gregorio (UERJ)*

**RESUMO**

Este artigo tem por propósito, além de revelar a subjetividade criativa do estilo de Ana Maria Machado, analisar o potencial expressivo-comunicativo da Língua Portuguesa, manifestado por meio da adjetivação. Partindo de reflexões em torno das conceituações tradicionais e modernas do adjetivo, apresentamos a perspectiva ampla da Estilística sobre a classe dos adjetivos através dos usos artísticos inéditos ou ressignificados pela autora. Dentre as particularidades expressivas da obra não-infantil de Ana Maria, no tocante ao adjetivo e suas representações, elegemos para o momento o recurso lingüístico-estilístico da comparação. Em diversas passagens de sua obra, a autora facilita a apreensão da mensagem, oferecendo ao leitor imagens através da comparação – elemento caracterizador por excelência – que retratam a sua visão de mundo sob o aspecto da afetividade. Usa o adjetivo como imagem condensada, explorando o seu poder visualizador, comunicando cor, nuance e vivacidade à expressão e despertando a sinestesia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Adjetivação; Leitura; Expressividade.

A *comparação*<sup>1</sup> é, sem dúvida, um *elemento caracterizador* que favorece a organização do quadro mental, atuando pictoricamente no texto, sugerindo a visualização da cena.

Ana Maria Machado explora esse recurso estilístico, empregando-o de vários modos.

Nos fragmentos seguintes, observamos que a comparação é instaurada através do verbo *ser*, marcando equivalência entre dois termos, em que o objeto modelo (comparante) funciona como “predicativo” do objeto comparado:

---

<sup>1</sup> No presente artigo, o termo comparação é usado no sentido lato. Alguns autores estabelecem a distinção entre os conceitos de comparação e similitude, dentre eles, Le Guern, que diz: “o termo *comparação* se destina às expressões em que intervém uma apreciação quantitativa, como por exemplo, ‘Pedro é forte como seu pai’, enquanto *similitude* se reserva para a expressão de um julgamento qualitativo, como em ‘Pedro é forte como um leão’. Do ponto de vista apenas formal, os enunciados são idênticos”. (CASTRO, 1978: 26). Como observamos, trata-se da *comparação stricto sensu ou gradativa* – a que “introduz categoria de grau explícito”, e da *assimilativa ou simile* – “em que se põe em cotejo formas de significação diversa”, de acordo com os ensinamentos de Mattoso (1984: 75, 220).

Marcelo ficou calado, pensando. Na certa percebeu que podia ser uma *mula teimosa*, mas não tinha vocação nenhuma para carneiro. (TSL, 66)

– Gostou? Eu tinha que te mostrar. Essa mangueira é igual a você— disse Nicolau. Ela estranhou a comparação que o amigo repetia. Mas ele já estava explicando:

– É uma *árvore sólida, bem plantada*, buscando no fundo da terra essa seiva que vai alimentar tanta vida. *Alta, bonita, elegante. E generosa, ampla...* Até as raízes são bonitas, olha, como os seus pés, Leonora. (Saturno, 94)

O melhor cão de caça não pode fazer nada além de levar a peça ao alcance da espingarda do caçador. Se este não atira, a culpa não é do cachorro. O romancista é uma *espécie de cachorro do herói*. Cão de caça de meus personagens, mais uma vez insisto em levar Virgílio para junto de Bia. Mas começo a ter dúvidas sobre a pontaria dela. E até sobre a sua vontade de atirar. (Audácia, 135)

Cada planta era uma *história que ela sabia ler*. Não apenas plantada na terra, mas na memória. Cada caminho era uma *melodia que sabia assoviar*. (Audácia, 205)

Já dava para ter aprendido que a vida não é *conto de fadas*, não é *poema de Drummond*, não é também essa *situação ridícula de fotonovela*, é só *seiva* subindo da terra pelo tronco da árvore, *esterco* virando flor, (A &U, 101)

A modalidade de comparação em que estão presentes o objeto de que se fala, o objeto modelo (comparante) e a qualidade comum (elementos facilmente depreensíveis dos exemplos) é bastante usual na obra da autora, como verificamos a seguir:

Gostaria de aprender a envelhecer com a mãe. Cheia de dignidade e plenamente ativa, atualizada, ligada no mundo, com pique para insistir em arrancar tiririca do jardim mesmo sabendo que o mato rasteiro nasce de novo, rápido e com vigor. Metáfora incorporada ao cotidiano. Uma mulher *forte* —como as mulheres bíblicas do Velho Testamento. (TSL, 159)

A casa era sólida e ensolarada, com suas janelas abertas ao vento e suas varandas cheias de redes. *Acolhedora* como uma gali-

nha abrindo as asas para abrigar os pintinhos na hora da chuva .  
(TSL, 11)

Mas chega uma hora em que barcos e pranchas recolhem as velas e vão para a garagem. E as garças pousam e se revelam *esquisitas*. *Deslocadas e traídas*. Como a lagoa . Como a cidade. Como esta sociedade perversa neste país maluco, de fartura e desperdício. Minha terra, que adoro e queria diferente. (Ventos, 134)

Ao mesmo tempo, sinto que não pode ser nada racional e predeterminado. Qualquer ordenação consciente anterior ao ato de escrever é mero *artifício*, inteiramente *postiça*. De um artificialismo que ressalta logo, como um sujeito que pinta o bigode ou sai na rua de peruca . (Ventos, 73)

Era sempre assim, quando menos esperava Fabrício irrompia, *abrupto e forte*, um jorro *incontrolável*. Como esguicho de fonte, brotando súbita do subsolo, em meio a uma paisagem desolada. E ela que o imaginava enterrado debaixo de uma pedra, tão adormecido, sem forças no máximo apenas latente, pulsando sob tudo o que fazia... (Audácia, 56)

E acredita num amor *latente e latejante*. *Implícito e vivo* como um filho no ventre ou uma semente na terra. Como um gene. Ou uma memória – (Audácia, 224)

Dentro desta modalidade – o comparado, o comparante e a qualidade comum presentes no texto – encontramos fragmentos em que há variantes do “como” comparativo:

Era o braseiro da saudade, ela sabia. (...) Olhou novamente no caderno, procurando as anotações referentes a Paulo, tão querido, que carregava seu braseiro *aberto*, feito moleque vendendo amendoim torrado pelas esquinas, levando pela alça aquela lata cheia de carvões em brasa para não deixar os cartuchos de papel esfriarem. (TSL, 179)

E os raios de sol que furavam aquele telhado de folhas e conseguiam vir cá para baixo eram *tão poucos, tão definidos, fios retos de luz brilhante*, igualzinho às ilustrações do missal da primeira comunhão, mostrando Deus na Eucaristia. (TSL, 340)

Na comparação em que os três elementos estão presentes,

Ana Maria Machado ora coloca a *qualidade comum antecedendo* o objeto modelo (*comparante*) – como os exemplos anteriormente citados – ora desloca-a para a *posição posterior*, deixando o leitor participar do jogo com suas inferências que, logo a seguir, são confirmadas. Vejamos as ocorrências do segundo caso:

Vai ver, estava inventando um jeito inconsciente de não poder escrever sem se sentir culpada. Até que aprendesse a tecer no texto uma trama como a do sonho. *Uma coisa no lugar de outra, um personagem somando vários, outro se desdobrando em uma porção...* (TSL, 162)

Os antigos ficavam pintando Saturno como o grande Deus *devorador* de seus próprios filhos, aquela figura *tremenda* do quadro do Goya, por exemplo, mas acho que devia ter também um Saturno jardineiro, *deus da fertilidade* junto com Ceres<sup>2</sup>, só ele amadurece, germina, faz brotar e florescer. (Saturno, 169)

Esse exemplo oferece-nos duas comparações. A primeira com o termo comparativo explícito: *Saturno como o grande Deus*, tendo em comum a qualidade *devorador*; a segunda é feita de modo especial, atribui a *Saturno* a especificação de *jardineiro*, em vez de desmembrar os dois elementos: *Saturno como um jardineiro*. Neste caso, a qualidade comum a *Saturno = jardineiro* é perceptível pelo contexto, pois a autora acrescenta a figura de estilo *antonomásia*, cuja origem é um aposto especificativo: *deus da fertilidade*.

E a mulher Lena pensava consigo mesma que era isso mesmo o que ela precisava ser, uma fênix. Em algum momento, teria que fazer isso, renascer integral. Como a cobra que sai inteira da pele velha, deixa para trás a casca vazia, e brota de dentro de si mesma, *nova*, guardando aquilo que era essencialmente. Não como a borboleta que sai do casulo sem conservar nada da lagarta que tinha sido antes. Renascer sem metamorfose, *fiel a si mesma*. Um desafio permanente. O de conseguir estar viva. Sobreviver e se organizar, como tanto falava Marcelo. (TSL, 234)

---

<sup>2</sup>Ceres, nome latino de *Deméter*, “deusa da terra cultivada, dos campos de cereais e das colheitas. Foi ela quem ensinou aos homens os segredos da agricultura. Em grego, seu nome significa ‘terra-mãe’. Divindade da terra que nutre e acolhe; também aparece na lenda como mãe amorosa e afita”(GANDON, 2000: 269/91).

O fragmento é bastante interessante. De início, deparamo-nos com uma metáfora: *mulher fênix*, cujo sentido é lembrado pela seqüência posterior (renascer integral), pois na página antecedente a autora explica a significação de fênix<sup>3</sup> vegetal. Só depois, surgem as comparações, seguidas das respectivas qualidades comuns: *mulher fênix como a cobra (nova)*; *mulher fênix não como a borboleta (mas, fiel a si mesma)*.

Encerramos, demonstrando uma variante da modalidade de comparação. Há os três termos, sendo que a qualidade comum ao comparado e ao comparante é sugerida ao leitor estrategicamente através do gerúndio, posposto ao objeto modelo:

Podemos ter uma cena com lavadeiras na beira de um rio ou em volta de um chafariz, batendo roupa e comentando o que acontece nas casas... Uma coisa assim meio como um coro teatral, *pontuando* a ação em alguns momentos. (Audácia, 32)

(pontuando = pontual; cena/coro teatral pontual)

– Eu não sei o que está acontecendo comigo, moça. Mas é alguma coisa assim como um terremoto, um cataclisma, uma hecatombe. Está me *abalando* todo. (Saturno, 118)

(abalando = abaladora; coisa/terremoto, cataclisma, hecatombe abaladora)

No nível do enredo, chegava até a ser cansativo, de tanto que ele se repetia; o que salvava mesmo era um estilo nervoso todo pessoal, uma linguagem descarnada em que a câmara e a maviola funcionavam como bisturi, *reduzindo* tudo ao núcleo do nervo exposto a céu aberto. Não fosse essa linguagem cirúrgica e Ulisses não seria o artista que é. (A &U, 70)

(reduzindo = redutor porque cortante; câmara e maviola/bisturi redutor porque cortante)

Como Stephen Ullmann (1987: 283) afirma: “a comparação e a metáfora são dos mais notáveis artifícios utilizáveis para a expressão do significado emotivo”.

---

<sup>3</sup> *Fênix*. [Do gr. *phoinix*, pelo lat. *phoenix*]. S.f. Mit. Ave fabulosa que, segundo a tradição egípcia, durava muitos séculos e, queimada, renascia das próprias cinzas, conforme Ferreira (1999).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de lingüística e gramática*. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

CASTRO, Walter de. *Metáforas Machadianas*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S/A, 1978.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GANDON, Odile. *Deuses e heróis da mitologia grega e latina*. Tradução de Mônica Stabel. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MACHADO, Ana Maria. *Alice e Ulisses*. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

———. *Tropical sol da liberdade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

———. *Canteiros de Saturno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

———. *Aos quatro ventos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

———. *A audácia dessa mulher*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

ULLMANN, Stephen. *Semântica. Uma introdução à ciência do significado*. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

**DOS GRAFITEIROS DE POMPÉIA  
AOS PICHADORES ATUAIS**

*Alfredo Maceira Rodríguez (UCB)*

**RESUMO**

Valor filológico e histórico das inscrições descobertas em Pompéia e localidades vizinhas, sepultadas pelo Vesúvio no ano 79 de nossa era. Análise de diversos tipos de textos que tinham como suporte as paredes dessas cidades e como característica a efemeridade comunicativa. Motivos pelos que os pompeanos escreviam e desenhavam nas paredes. Continuação da comunicação pictográfica até os dias de hoje, porém com motivos, pretextos e materiais diversos. Seus objetivos e conseqüências.

**PALAVRAS-CHAVE:** grafiteiros; Pompéia; pichadores

**INTRODUÇÃO**

Além da comunicação pictográfica formal, sempre existiu comunicação informal ou alternativa, como atualmente se diz. A comunicação para o público em forma escrita em qualquer suporte (muro, pedra, madeira, etc.) geralmente manifestava idéias ou atividades da camada predominante de uma comunidade. Desta forma obedecia aos conceitos tidos como verdadeiros e devia pautar-se por padrões condizentes, moral e lingüisticamente, com a sociedade. Mas em qualquer sociedade há indivíduos que não concordam com essas normas ou que não as aceitam em tudo ou em parte e, às vezes, manifestam-se contra elas por diversos meios. No caso da manifestação escrita, alguns não o fazem por não ter o suficiente conhecimento das normas vigentes ou por assim se considerarem e, outras vezes, por temor à reação que suas idéias podem desencadear. Assim, muitas vezes se escondem no anonimato, mas não faltam casos em que mostram sua rebeldia (com ou sem causa) com a intenção de agredir, manifestando-se contra tudo e contra todos.

Essa escrita (não-oficial, alternativa, marginal, contestatária, de protesto ou como mais se queira chamar) existe desde que o homem dispõe de algum tipo de comunicação visual (gravuras, pinturas, símbolos pictóricos, ideogramas e, principalmente, com a representação escrita da linguagem humana; portanto, os grafitos de Pom-

péia não são as primeiras manifestações de escrita alternativa. Eles revestem-se de importância para ajudar a conhecer aspectos de uma sociedade não conservados na literatura nem em documentos convencionais. Podemos verificar que essa prática era comum antes e depois do soterramento de Pompéia e localidades circunvizinhas, chegando a nossos dias com nomes e pretextos diversos, mas pelas mesmas causas e por autores semelhantes.

Atualmente, com o nome de pichadores (de piche), deixam suas mensagens com material bem mais daninho que o carvão usado pelos grafiteiros pompeanos, que só foi preservado pela lava do Vesúvio.

### IMPORTÂNCIA DOS GRAFITOS DE POMPÉIA

Os *graffiti* (grafitos em italiano e assim dados a conhecer) têm grande importância para a história da sociedade romana do século I, mas para a Filologia estas inscrições foram importantes porque contribuíram para o conhecimento do latim vulgar. Sabemos que se preservaram muitos documentos do latim, o que permitiu que se conhecesse relativamente bem esta língua, devido à contribuição dos grandes escritores e de outros textos não-literários, porém estes textos eram escritos em latim culto (clássico), o que tem permitido que não falte material para que o latim se possa estudar até nos dias de hoje.

Sabe-se que as línguas românicas, também chamadas neolatinas ou novilatinas (português, espanhol, francês, italiano, romeno, catalão, sardo e outras) não se originaram no latim clássico, mas no latim vulgar ou corrente (língua falada em toda a România, mas com variantes em cada região). Esta língua era a falada ou vulgar, mas ao escrever usava-se, ou pretendia-se usar, a língua clássica, por isso quase não há nada escrito nessa língua falada. Para ter idéia de como seria, procuraram-se meios diretos ou indiretos: as chamadas *fontes* do latim vulgar. Nessas fontes destacam-se as inscrições que se conservaram em diversos suportes (pedra, chapas de metal, paredes, mosaicos, etc.).

Os grafitos de Pompéia, Herculano e Estábias são rabiscos nos muros dessas cidades que, de alguma forma, retratam a vida cotidiana dos cidadãos romanos do primeiro século de nossa era.

A escrita que se pôde e ainda se pode resgatar da época da erupção do Vesúvio tinha como suporte os muros da cidade assim como grandes mosaicos, nos que também se representavam figuras diversas. Havia casas decoradas com mosaicos com figuras e texto nas paredes, no teto e até nas calçadas.

As paredes da parte nobre da cidade (Fórum) funcionavam como jornais murais para informar a comunidade. Estavam cobertas de grafitos com temas diversos: slogans eleitorais, comerciais e anúncios dos próximos eventos no anfiteatro.

## A CIDADE

Pompéia tinha oito portões de entrada, 11 elevatórias de água, fórum, teatro ao ar livre para 5.000 pessoas, para apresentações dramáticas, um teatro coberto (Odeon), para música e poesia, um anfiteatro para 20.000 espectadores sentados, para realização de jogos e combates de gladiadores, três banhos públicos com calefação por ar aquecido, toaletes públicas e piscinas. Desempenhavam o papel de centros sociais. Depois da siesta<sup>16</sup>, os moradores podiam ir a esses banhos públicos. Dos 20.000 moradores de Pompéia, 8.000 eram escravos, que realizavam algum trabalho manual ou desempenhavam funções de tutores, contadores, etc.

Na erupção do vulcão do ano 79, calcula-se que pereceram 2.000 pessoas.

O fórum era rodeado por numerosos templos e edifícios administrativos. Existem naquela área as ruínas dos templos de Vênus, Apolo, Vespasiano, Júpiter, os dos deuses do lar, a basílica (destinada à Administração pública e à Economia) e o mercado. Era a área de maior atividade da vida pública da cidade. Noutras partes da cidade encontravam-se as casas e palácios particulares, muitos dos quais interessantes por sua riqueza arquitetônica e artística. Ocupavam grande espaço e tinham no seu interior um átrio e grandes jardins. Nas paredes havia afrescos, geralmente influenciados pela cultura e arte gregas. Entre estas casas destaca-se a do Poeta trágico, com um

---

<sup>16</sup> Costume mantido em alguns países do Mediterrâneo, principalmente na Espanha, de parar as atividades para dormir um pouco depois do almoço.

mosaico com figura e a legenda *Cave cane* (Cuidado com o cachorro), a Vila dos Mistérios, com ricos afrescos, a Casa do Fauno, com uma estatueta de um Fauno dançante e muitas outras.

As ruas da cidade tinham de 2,5 a 7 metros de largura e estavam pavimentadas com blocos de lava do Vesúvio. As calçadas eram altas e, nos cruzamentos, havia blocos altos de pedra no meio da rua para atravessar. Não havia sistema de esgotos e o lixo ficava no meio da rua para ser carregado pela chuva.

A maioria das pessoas morava em pequenos apartamentos em cima das lojas. Não tinham fogão nem água. As pessoas podiam comprar as refeições quentes nas lojas de alimentos e obter água potável nas fontes públicas dos cruzamentos das ruas.

O fórum era o centro político, comercial e religioso da cidade.

Pompéia tinha um aqueduto que trazia água dos morros próximos. Os canos passavam por baixo das calçadas para as casas dos ricos, os banhos públicos e os chafarizes. Uma elevatória de água com um tanque de chumbo em cima estava próxima a cada chafariz existente em cada cruzamento de ruas.

## DINHEIRO

O ás era uma moeda de cobre de pouco valor.

O sestércio era de prata e valia um ás meio.

O denário era de prata e valia dez asses.

## FIM DE POMPÉIA, HERCULANO E ESTÁBIAS

Nos dias 24 e 25 de agosto do ano 79 (d. C.) estas localidades foram sepultadas sob uma camada de lava do Vesúvio de cerca de três metros de altura e assim permaneceram por 1.700 anos e ainda estão em grande parte. Nessa erupção pereceu Plínio, o Velho<sup>17</sup>, ten-

---

<sup>17</sup> Plínio, o Velho. Seu nome era Caio Plínio Segundo. (c. 23-79). Do muito que escreveu conserva-se sua enciclopédia *História Natural*, 37 volumes. Era almirante e pereceu tentando ajudar o povo na erupção do Vesúvio do ano 79.

tando ajudar a salvar pessoas desde um navio. Seu sobrinho, Plínio, o Moço<sup>18</sup>, também presente, fez o seguinte relato da tragédia:

Você podia ouvir mulheres queixando-se, crianças chorando, homens gritando. Havia alguns com tanto medo de morrer que até imploravam a morte. Muitos erguiam as mãos aos deuses, e até acreditavam que não havia mais deuses e que aquela era uma noite interminável para o mundo.<sup>19</sup>

Desde o século XVIII vêm-se fazendo escavações para desenterrar a cidade. Dos 67 hectares cobertos pela lava, só 44 foram explorados, dos quais só 15 foram abertos à visitação. Em 1997 reduziu-se esta área a 12% por problemas de manutenção.

Até 50 anos atrás Pompéia, só era visitada por arqueólogos e pesquisadores de outras áreas, mas atualmente há uma média de 6.000 visitantes por dia, o que vem prejudicando aquela relíquia histórica. Alguns turistas deixam suas pichações por cima das inscrições preservadas. Outros levam “lembranças” como pedaços de mosaicos e partes de monumentos. Diariamente chegam pacotes de devoluções remetidos por turistas que se arrependem de retirar essas preciosidades. Só os passos de tantas pessoas já danificam o ambiente. Algumas obras valiosas já foram retiradas para o museu de Nápoles, porém, se não houver alguma providência sem demora, já se fala de uma segunda morte de Pompéia. Os 140 guardas ali destacados não conseguem fiscalizar tantas pessoas em todo o território.

## OS GRAFITOS

Nas paredes que funcionavam como jornais murais eram escritos os anúncios que podiam interessar à comunidade como lutas de gladiadores no anfiteatro:

Vinte pares de gladiadores de Decimus Lucretius Satrius Valens, sacerdote vitalício de Nero filho de César Augusto, e dez pares de gladiadores de Decimus Lucretius Valens, seu filho lutarão em Pompéia nos dias 8, 9, 10, 11 e 12 de abril. Haverá um programa

---

<sup>18</sup> Plínio, o Moço, sobrinho de Plínio, o Velho. Seu nome era Caio Plínio Cecílio Segundo (62-113). Exerceu vários cargos públicos. Foi homem de letras. São conhecidas suas *Epistolae*.

<sup>19</sup> Plínio o Moço, testemunha da erupção.

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

completo de lutas com feras e toldos (para os espectadores) Aemilius Celer (pintou) sozinho ao luar.

Nas campanhas eleitorais, procuravam-se realçar as qualidades dos candidatos. Vejamos alguns desses grafitos:

Os quitandeiros, todos juntos com Helvius Vestalis, querem a eleição de Marcus Holanius Priscus para duúnviro com poder judicial.

Peço seu voto para eleger Gaius Julius Polybius vereador. Ele tem bom pão.

Os almocreves querem a eleição de Gaius Julius Polybius duúnviro.<sup>20</sup>

Os adoradores de Isis unanimemente querem a eleição de Guacus Helvius Sabinus vereador.

Proculus faz Sabinus vereador e ele fará mais por você.

Os vizinhos de Lucius Staius Receptus pedem seu voto para elegê-lo duúnviro com poder judicial, ele merece. Aemilius Celer, um vizinho, escreveu isto. Você pode ficar doente se apagar maldo-samente.

Datia e Petronia apóiam Marcus Casellius e Lucius Albucius para vereadores e pedem seu voto. Possamos sempre contar com cidadãos assim na nossa colônia!

Peço seu voto para eleger Epi dius Sabinius duúnviro com poder judicial. Ele merece, e na opinião do meritíssimo juiz Suedius Clemens com a concordância do conselho, devido a seus serviços e probidade, digno da municipalidade. Eleja-o!

Peço-lhe que eleja Marcus Cerrinius Vatia para a vereança. Todos os beberões noctívagos o apóiam. Flores e Fructus escreveram isto.

Os ladrõezinhos apóiam Vatia para vereador.

Peço-lhe eleger Aulius Vettius Firmus vereador. Ele merece a municipalidade. Elejam-no, jogadores de bola, elejam-no!

---

<sup>20</sup> Duúnviro. Pessoa que no Império Romano exercia funções administrativas e judiciárias em uma localidade (duunvirato).

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

As paredes suportavam todo tipo de escrita, desde a puramente informativa como a divulgação dos dias e locais de feiras livres, passando por anúncios comerciais e de espetáculos e propaganda política até os textos jocosos, geralmente de caráter sexual. Até há quem reclame da banalidade dos textos rabiscados nas paredes:

*Admiror, paries, te non cecidisse ruinis*

*qui tot scriptorum taedia sustineas.*

Oh parede, admira-me que sustentas tantas bobagens sem desmoronar.

### CORPUS INSCRIPTIONUM LATINARUM (CIL)

O Corpus Incriptionum Latinorum (CIL) é uma obra importantíssima para os estudos da Antigüidade Clássica. Consta de 17 volumes, alguns com suplementos. Para a realização desta obra foi criada uma Comissão em Berlim em 1847 com a finalidade de recolher e publicar as inscrições latinas nos territórios que compõe a România. Para isso, vários estudiosos estudaram *in loco* as inscrições. Quando houve necessidade, algumas foram reconstituídas, por meio de estudos comparativos, de acordo com as mais avançadas técnicas filológicas. O máximo cuidado foi observado na impressão, com reprodução de desenhos e tudo o que pudesse servir para o estudo do latim e da civilização romana. A obra é escrita em latim.

A Berlin-Brandenburgische Akademie der Wissenschaften continua atualizando e reimprimindo o CIL.

No volume IV encontram-se as inscrições de Pompéia, Herculano e Estábias.

IV: *Inscriptiones parietarie Pompeianae, Herculanaenses, Stabianae.*

A seguir, alguns grafitos bastante conhecidos dos estudiosos:

*Pompeianis ubique salutem.*

Saudações aos pompeanos onde quer que se encontrem.

*Lucrum gaudium.* – O lucro é felicidade.

*Circulo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

*Pecunia non olet.* – O dinheiro não cheira.

*Pituuta me tenet.* – Peguei um resfriado.

*Marci Iuni insula sum* – Sou a ilha de Marcus Iunius.

*Oppi, emboliari, fur, furuncule.*

Oppius, palhaço, ladrão, ladrãozinho!

*Virgula Tertio suo: indecen es.*

Virgula ao seu Tertius: Você é (um) inconveniente.

*Suspirium puellarum Celadus thraex.* (No quartel dos gladiadores) – Celadus, o trácio, faz as garotas suspirar.

*Luci Istacidi, at quem non ceno, barbarus ille mihi est.*

Lucius Istacidius, com quem não janto, é um bárbaro para mim.

*Miximus in lecto. Fateor, peccavimus, hospes.*

*Si dices: Quare? Nulla fuit matella.*

Mijamos na cama. Hospedeiro, reconheço que procedemos mal.

Se me pergunta: por quê? (Porque) não havia penico.

*Cacator cave malum, aut si contempseris, habeas Iovem iratum.*

Cagão, olha o mal (que fizeste), ou então, se o ignoras, terás a ira de Júpiter

*Arphocras hic cum Drauca bene futuit denario.*

Aqui Harphocras transou bem com Drauca por um denário.  
(Em um bordel.)

*Hic ego cum veni futui, deinde redei domi.*

Quando eu vim aqui transei, depois voltei para casa. (Em um bordel.)

*Hic ego me memini quodam futuisse puellam.*

Eu me lembro de que uma vez transei com uma garota aqui.  
(Em um bordel.)

*Marcus Spendusam amat.* – Marcus ama Spendusa.

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

*Cornelia Hele amatur ab Rufo.* – Cornelia Hele é amada por Rufus.

*Secundus Prima suae ubi que isse salute rogo domina ut me ames.*

Secundus cumprimenta a sua Prima onde quer que esteja e imploro à senhora que me ame.

*Myrtis bene felas – Myrtis chupa bem.*

*Epaphroditus cum Thalia hac.* – Epaphroditus (esteve) aqui com Thalia .

*Venimus hoc cupidi, multe magis ire cupimus*

*Sed nostros illa puella pedes.*

Vimos aqui de boa vontade, vamo-nos com muita mais vontade, mas reteve-nos (nossos pés) aquela garota.

*Amantes ut apes vitam mellitam exigunt. – vellem.*

Os amantes, como as abelhas, vivem uma vida melíflua (melosa) - Eu acho!

*Mussius hic nihil futuit.* – Mussius nunca transou aqui.

*Quisquis amat valeat* – Boa sorte a quem quer que ame!

### OS PICHADORES

O homem desenhava nas paredes já no tempo das cavernas. Desde então tem se tentado comunicar valendo-se dos recursos de que dispunha. Ao aprender a utilizar a escrita, passou a usá-la para transmitir suas mensagens, aproveitando os suportes e instrumentos que lhe eram acessíveis. Detivemo-nos em Pompéia, já no início da era cristã, onde, por um golpe do destino, foi-nos permitido o acesso a comunicações escritas nessa época em paredes ou em mosaicos. Essas comunicações podiam ter finalidade comercial e por isso tinham lugares conhecidos para serem exibidas para que as lesse a maior quantidade de pessoas possível.

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

As mensagens eram geralmente escritas a carvão ou outro material de curta duração para que esses suportes pudessem ser reaproveitados, como ainda ocorre hoje com o quadro-negro. Frequentemente, também se pintavam figuras e, às vezes, seus autores informavam seus nomes, como geralmente fazem os pintores assinando seus trabalhos.

Paralelamente a estas informações convencionais, outros autores, anônimos ou não, rabiscavam suas mensagens com finalidades diversas: deixar constância de sua presença no lugar, expor suas idéias, fazer críticas a alguém, fazer denúncias, comentários jocosos geralmente de natureza sexual, etc. São estes escritos, já na época conhecidos como *graffiti*, os que despertam mais curiosidade nos estudiosos porque, de certa forma, retratam melhor a realidade, mascarada pela linguagem e hábitos da sociedade convencional. Esta escrita alternativa costuma ser espontânea, sem concessões aos eufemismos, ocultando-se muitas vezes o autor no anonimato, daí, no caso do latim, assim como em inscrições de vários tipos em todo o mundo românico, conter elementos lingüísticos do latim falado ou vulgar, bastante diferente do usado pelos intelectuais do orbe romano.

Acredita-se que as pichações, que atualmente sujam e danificam as grandes cidades do mundo ocidental, tenham origem na Nova Iorque de há mais de trinta anos, quando começaram a aparecer em transportes públicos e em alguns edifícios rabiscos, muitas vezes ilegíveis, com os quais diversas gangues marcavam seu território e usavam esses suportes para manifestar suas opiniões por meio de mensagens políticas, humorísticas, sexuais ou, mais comumente, sua total falta de idéias. A moda do *graffiti* (pichação) logo se espalhou por todo o mundo ocidental e, em algumas cidades do Brasil, pegou talvez da pior maneira possível.

A presença de casais de namorados em determinados lugares pouco frequentados tem sido tradicionalmente motivo para gravar seu nome à ponta de canivete em árvores ou em outros suportes perduráveis, porém esta prática pouco mal pode causar. Os rabiscos em banheiros públicos (as famosas latrinárias) também já se tornaram um hábito, servindo até de tema para trabalhos de pesquisa acadêmica de ordem psicológica.

De essas e outras manifestações alternativas de comunicação ou manifestação do ego, a realmente prejudicial é a pichação. Se fossem escritas a carvão como faziam os colegas pompeanos, pouco dano causariam porque são fáceis de apagar, mas dentre a imensa gama de material de escrita de que se dispõe na atualidade, os pichadores escolhem o *spray* para deleite de fabricantes e comerciantes de tintas e desespero de donos de imóveis, que não sabem mais o que fazer para evitar a pichação e conseqüente desvalorização de suas propriedades.

Não se trata de falta de local para escrever suas mensagens nem exibir sua “arte”. Parece haver apenas disputa de gangues locais competindo para causar o maior dano possível. Os rabiscos quase sempre indecifráveis e os grosseiros erros de ortografia nas poucas palavras legíveis dão bem idéia dos ideais artísticos destes “grafiteiros”. É claro que também se pode manifestar arte ou transmitir mensagens escritas em paredes, muros ou suportes semelhantes, mas para isso são liberados espaços onde podem surgir verdadeiros artistas. Estes merecem que se lhes conceda espaço e até ajuda para desenvolver sua capacidade e exercitar sua vocação. Para os outros, os do *spray*, punição severa, que não precisa ser cadeia, mesmo porque dariam ainda mais prejuízo à sociedade, que tanto desprezam. Basta que se punam com a limpeza das paredes emporcalhadas (com perdão dos suínos) com suas pichações. Nada mais justo. Vassoura e balde d’água na mão, à vista de seus colegas e do público em geral serviria como desestímulo para todos os que picham no lugar mais alto e visível que podem e para os que pretendem enveredar por esse caminho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ELIA, Silvio. *Preparação à lingüística românica*. 2. ed. ver. e aum. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

SILVA NETO, Serafim. *História do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1957.

TAGLIAVINI, Carlo. *Orígenes de las lenguas neolatinas. Introducción a la filología romance*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993

REFERÊNCIAS INFORMATIVAS DA INTERNET

*Corpus Inscriptionum Latinarum (CIL)*. Finding Aid (October 2002). <http://www.princeton.edu/~rlindau/cil.htm>

*LA CITTÁ – Il risveglio dopo diciannove secoli*:  
[http://spazoinwind.libro.it/popoli\\_antichi/altro/pompei-nocera.html](http://spazoinwind.libro.it/popoli_antichi/altro/pompei-nocera.html)

*Pompei - A Walkthrough by Witcher = 0* (July 2000).  
<http://gameboomers.com/wtcheats/pcPp/pompei.html>

Noctes Gallicanae - Graffiti de Pompéi  
[http://perso.wanadoo.fr/alain.canu/Pompei/graffiti\\_1.htm](http://perso.wanadoo.fr/alain.canu/Pompei/graffiti_1.htm)

Antonio Ramón Navarrete Orcera. I.E.S. “San Juan de la Cruz”, Ubeda, Jaén. (Octubre 2002). *La cultura clásica a través de imágenes*. <http://usuarios.iponet.es/ddtculturaclásica.htm>

Isabel Velázquez. *Breve historia de la escritura: soportes, materiales, técnicas*.  
<http://147.96.1.15/info/archiepi/aevh/guia/escritura^tecnicas.html>

*Ancient Graffiti on the Walls of Pompeii*. (This page is part of *Orbis Latinus* © Zdravko Batgarov.)  
[www.orbital.com/Languages/Latin\\_Vulgar/texts/Pompeii/Graffiti.html](http://www.orbital.com/Languages/Latin_Vulgar/texts/Pompeii/Graffiti.html)

*Graffiti - Um pouco de história*. Por: Geio  
[www2.uol.com.br/manuscrito/materias/materias004.shtml](http://www2.uol.com.br/manuscrito/materias/materias004.shtml)

*História do graffiti*. [www.alemdaart.hp.ig.com.br/histograff.htm](http://www.alemdaart.hp.ig.com.br/histograff.htm)

*Sobre Pompéia e os Graffiti*.  
<http://geocities.com/pichronos/latikugler/pompeia.htm>

Jorge Bacelar. *Notas sobre a mais velha arte do mundo*.  
<http://bocc.ubi.pt/pag/bacelar-jorge-notas-mais-velha-arte-mundo.html>

## FILOLOGIA E PESQUISAS LITERÁRIAS

*José Pereira da Silva (UERJ)*

### RESUMO

As pesquisas literárias, além de serem objeto da preocupação dos filólogos, não podem dispensar a sua atuação porque não seriam seguras as informações básicas para o seu desenvolvimento sem a atuação filológica direta, através da explicação e interpretação dos textos e das diversas formas de edição cientificamente preparadas.

Considerando que à Filologia interessam todos os textos, com prioridade para os textos literários, também estão no campo de sua investigação os problemas que deles se deduzem, como a sua autoria, a sua datação (cronológica e topológica), assim como a sua classificação e valorização, não se desprezando as possibilidades de desenvolvimento de projetos e pesquisas que tenham tais textos como base de informação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Filologia; Crítica Textual; Bibliografia; Literatura

### INTRODUÇÃO

Sem a pretensão de originalidade, desejo apresentar-lhes as principais formas de contribuição filológica para o desenvolvimento das pesquisas literárias, tomando como base e roteiro a tradução da introdução aos estudos de filologia românica feita por José Paulo Pares para a Editora Cultrix sob o título de *Introdução aos Estudos Literários* (AUERBACH, 1972).

Na verdade, o texto que aqui orienta esta falação não é de minha autoria, mas uma simples atualização contextual de parte do primeiro capítulo do livro escrito por Auerbach para orientar o curso de Filologia Românica oferecido aos turcos de Estambul em 1943.

Trataremos da bibliografia e da biografia, da crítica estética e literária, da história literária e da literatura e da edição e explicação de textos, relembrando principalmente algumas contribuições de colegas nossos do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos e da Academia Brasileira de Filologia.

## BIBLIOGRAFIA E BIOGRAFIA

A história literária é uma ciência moderna. As formas de estudos literários que se conheceram e praticaram antes do séc. XIX são a bibliografia, a biografia e a crítica literária.

### *Bibliografia*

A bibliografia, instrumento indispensável da ciência literária, compila relações de autores com suas obras da maneira a mais sistemática possível. Tal trabalho, antes do surgimento das bibliotecas virtuais e respectivas redes, podia ser mais facilmente executado numa grande biblioteca, onde grande parte, por vezes mesmo a totalidade do material se encontra reunida. Hoje é possível baixar das bibliotecas virtuais um grande número de catálogos que já seriam as bases para um catálogo especializado. Assim, foi em Alexandria, na célebre biblioteca dessa cidade, que se desenvolveu a bibliografia antiga. A atividade bibliográfica sempre foi e continua a ser uma parte importante do domínio das letras.

A bibliografia de um autor deve conter primeiramente a lista de suas obras autênticas, com todas as edições que delas se fizeram; a seguir, as obras duvidosas que se lhe atribuem; por fim, os estudos que outros autores lhe consagraram, se a lista assim compilada contiver manuscritos, será mister assinalar o local onde se encontra o manuscrito e dar uma descrição exata de sua forma; para os livros impressos, é preciso indicar, ao lado do título exato, o local e o ano da publicação, o número da edição (p. ex. *5ª ed. revista e corrigida*), o nome de quem fez a edição crítica ou comentada ou a tradução, o nome do impressor ou da editora, o número de volumes e de páginas de cada volume, o formato; algumas bibliografias dão outras indicações suplementares, que variam segundo as necessidades do caso. No Brasil, Associação Brasileira de Normas Técnicas – Fórum Nacional de Normalização, que funciona na Av. Treze de Maio, 13 – 28º andar – Centro – 20003-900 – Rio de Janeiro – RJ e atende pelos telefones (21) 2210-3122, 2532-5272, 2544-6167 e 2544-6191 e pelo correio eletrônico [abnt@abnt.org.br](mailto:abnt@abnt.org.br), com uma série de informações disponibilizadas em sua página [www.abnt.org.br](http://www.abnt.org.br), é a instituição reconhecida para estabelecer as normas oficiais relativas às referências bibliográficas em qualquer trabalho técnico ou acadêmico.

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

A organização moderna da bibliografia é bem mais vasta e variada que a da Antiguidade. Há muitos trabalhos interessantes nesta linha de pesquisa, entre eles, o que foi realizado pelo professor baiano Benedito Veiga e publicado no ano passado (VEIGA, 2003). A par de catálogos impressos das grandes bibliotecas (British Museum, de Londres, Biblioteca Nacional de Paris, Bibliotecas alemãs, Library of Congress em Washington), que podem servir de bibliografias universais, existem bibliografias especiais para cada ciência, para cada ramo, para todas as grandes literaturas nacionais, para os periódicos, como é o caso do projeto do índice das revistas filológicas brasileiras em que estão empenhados atualmente o Professor Antônio Martins de Araújo, a Professora Leonor Lopes Fávero e outros, para muitos escritores célebres (Machado de Assis, Mário Barreto, Carlos Drummond de Andrade, Dante, Shakespeare, Voltaire, Goethe etc.); as organizações de livreiros ou do Estado, na Inglaterra, na França, na Alemanha, nos Estados Unidos etc., publicam para cada dia, cada semana, para cada mês e cada ano, listas de tudo quanto apareceu em seu país; os periódicos científicos dão a bibliografia das publicações recentes de seu ramo, amiúde seguida de uma notícia descritiva resumida; a maioria das disciplinas científicas dispõem de um ou de vários periódicos consagrados exclusivamente à bibliografia e aos resumos.

É exemplar o catálogo do Portal Brasileiro de Informações Científicas ([www.periodicos.capes.gov.br/](http://www.periodicos.capes.gov.br/)), com 7236 títulos disponibilizados, assim como o seu banco de teses ([www.capes.gov.br/Servicos/Indicadores/TesesDissertacoes.htm](http://www.capes.gov.br/Servicos/Indicadores/TesesDissertacoes.htm)) com 125 mil teses apresentadas nas universidades brasileiras desde 1987, assim como o excelente acervo virtual da Biblioteca Nacional ([www.bn.br](http://www.bn.br)).

### ***Biografia***

A biografia se ocupa da vida dos autores célebres, ou melhor, dos homens célebres em geral. A Academia Brasileira de Filologia, por exemplo, está elaborando o seu dicionário biográfico, que está à espera de um editor. Trabalho idêntico, mas de menor extensão, fez o Professor João Alves Pereira Penha sobre os *Filólogos Brasileiros* (PENHA, 2002). Outro trabalho biográfico de uma colega nossa é a

*Contribuição à Historiografia dos Estudos Científicos da Linguagem no Brasil*, da Professora Hilma Ranauro (RANAURO, 1997). Ela também foi cultivada pelos antigos gregos, desde o século V a.C.; e na época helenística, no séc. III, os dados acerca da vida de poetas e escritores foram metodicamente coligidos e registrados por escrito. De uma coletânea de biografias bem organizada, pode-se desenvolver uma verdadeira história da literatura; parece, entretanto, que a civilização antiga não a produziu; ela não compilou senão dicionários e relações de biografias, como ainda se faz nos tempos modernos. Veja-se como um bom exemplo o trabalho de Maximiano de Carvalho e Silva, *Sousa da Silveira: o homem e a obra*, sua contribuição à crítica textual no Brasil (SILVA, 1984). Bem entendido, a biografia contém também, pelo menos na imensa maioria dos casos, informações bibliográficas, como é, entre tantos outros, o citado trabalho sobre Sousa da Silveira; quase que não se poderia falar da vida de um autor sem mencionar-lhe as obras, sua data e maneira de publicação. Na medida em que se limite a reunir e classificar noções acerca da vida exterior dos autores, a biografia permanece, como a bibliografia, uma ciência auxiliar; biografia e bibliografia, embora exigindo do erudito que delas se ocupe toda a preparação técnica necessária para o trabalho erudito, não lhe permitem pôr em evidência suas próprias idéias e sua própria força criadora, se as tiver.

## A CRÍTICA ESTÉTICA E HISTÓRIA LITERÁRIA

A situação é muito diversa no que respeita à crítica estética, que é, por si própria, obra individual e criativa de quem a faz, única maneira de enfocar as obras de arte literárias até o final do Renascimento. Excetuados alguns esboços anteriores, a história literária propriamente dita é um produto dos tempos modernos, que, entretanto, não abandonaram de forma alguma a crítica estética, apesar de ser, hoje, muito diversa da que se fazia antigamente; é influenciada pela história literária, vale dizer, por considerações históricas relativistas e subjetivas. A antiga crítica estética perdurou até o fim do século XVIII, dogmática, absoluta e objetiva, como se pode ver teoricamente no trabalho de tese de doutorado de Luiz Antônio Lindo defendido em 1998, onde fez um estudo crítico dos conceitos que envolve essa idéia de estética.

Na prática, a crítica literária se faz mais freqüentemente de forma de polêmica, em artigos de ataques ou de louvações descabidas, apesar de serem numerosíssimos os trabalhos sérios que podem ser apresentados como exemplos, como *As artes de enganar*, de Adriano Espínola (ESPÍNOLA, 2000), rerepresentando Gregório de Matos sob uma faceta jamais analisada profundamente ou como *Drummond*: a estilística da repetição, de Gilberto Mendonça Teles (TELES, 1970). A crítica literária sempre indagou sobre forma que uma obra de arte de um determinado gênero devia ter para ser perfeitamente bela; até o século XVIII, tendia a estabelecer, para cada gênero, um modelo imutável, e julgava as obras segundo o grau com que se aproximavam desse modelo; procurava fornecer preceitos e regras para a poesia e para a arte da prosa e encarava a arte literária como a imitação de um modelo – modelo concreto se existisse uma obra ou um grupo de obras consideradas perfeitas – ou simplesmente um modelo imaginado. É mister não acreditar, todavia, que a antiga crítica estética desconhecesse ou deixasse de admirar a inspiração e o gênio poético; era precisamente na alma do poeta inspirado que se realizava o modelo perfeito, de sorte que sua obra se tornava perfeitamente bela; é verdade que nas épocas muito racionalistas, esta estética quis por vezes reduzir a poesia a um sistema de regras que se podia e devia aprender. Por conseguinte, a antiga crítica estética era, em geral, uma estética dos gêneros poéticos. Subdividia a poesia em gêneros poéticos e fixava para cada gênero o estilo que lhe convinha, compreendendo a poesia dramática (tragédia, comédia), a épica e a lírica, cada uma das quais se subdividia ainda em várias partes. Vale a pena ler a este respeito, por exemplo, os *Conceitos Fundamentais da Poética*, de Emil Staiger (STAIGER, 1974), traduzidos pela Professora Celeste Aída Galeão, que bem sintetizam este assunto. A prosa artística foi também subdividida em gêneros: história, tratado filosófico, discurso político, discurso judiciário, conto etc. – e para cada um desses gêneros se procuravam fixar as regras e a forma ideal. Atribuía-se-lhes também um estilo de linguagem mais ou menos elevado: a tragédia, por exemplo, da mesma maneira que a grande epopéia, a história e o discurso político, se enquadrava no estilo sublime; a comédia popular, a sátira etc., no estilo baixo; e entre os dois havia o estilo médio, que compreendia, entre outras, a poesia bucólica e amorosa, em que os grandes sentimentos deviam ser temperados por uma certa dose de jovialidade, de intimidade e de rea-

lismo. A antiga crítica estética é dogmática pelo fato de estabelecer regras fixas segundo as quais a obra de arte deve ser feita e julgada; é aristocrática não somente porque institui uma hierarquia dos gêneros e dos estilos mas também porque, procurando impor um modelo imutável de beleza, considerará necessariamente feio todo fenômeno literário que não se lhe conforme. Finalmente, é estática, vale dizer, anti-histórica, porque o que acabo de dizer concernente a uma obra contemporânea, mas estrangeira (Shakespeare), se aplica também aos fenômenos literários do passado, sobretudo aos chamados primitivos e às origens. Um francês do séc. XVII ou do séc. XVIII desprezava por bárbara e feia a antiga poesia francesa que não seguia o modelo de beleza que ele se havia forjado, que ele considerava como absoluto, e que não era, na verdade, senão o ideal da boa sociedade de seu país e de sua época.

A partir do fim do séc. XVIII, na Alemanha, a antiga crítica estética se desmorona, com o surgimento do Romantismo, que se interessava pela arte e pela literatura populares e antigas, sobretudo pelas origens: acabou introduzindo na crítica o sentido histórico, o que queria dizer que não reconhecia mais uma só beleza, um ideal único e imutável, mas se dava conta de que cada civilização e cada época tinham sua própria concepção particular de beleza, que era mister julgar cada qual segundo sua própria medida, e compreender as obras de arte em relação com a civilização de que haviam surgido; com os novos fatos ocorridos a partir do século XIX e o horizonte alargado, a antiga crítica estética não podia mais ser mantida, e é indubitável que o sentido histórico que permite compreender e admirar a beleza das obras de arte estrangeiras e os monumentos do passado constitui uma aquisição preciosa do espírito humano. Por outro lado, a crítica estética perdeu, por via desse desenvolvimento, toda regra fixa, toda medida estabelecida e universalmente reconhecida pelos seus julgamentos; tornou-se anárquica, mais sujeita à moda do que nunca, e no fundo não sabe alegar outra razão para as suas aprovações ou condenações que não seja o gosto do momento ou o instinto individual do crítico. Mas isto nos leva à crítica estética moderna; só se pode falar dela expondo a forma nova que o séc. XIX encontrou para tratar as obras literárias: a história da literatura. É o que faremos no parágrafo seguinte.

Quem desejar uma visão mais ampla da crítica deverá procu-

rar o livro *Da Crítica e da Nova Crítica*, de Afrânio Coutinho (COUTINHO, 1957), onde é apresentada uma bibliografia excelentemente selecionada sobre teoria e crítica literária, suficiente para orientar o estudioso sobre as teorias críticas no passado e no presente.

## HISTÓRIA DA LITERATURA E EDIÇÃO DE TEXTOS

A partir do séc. XVI, pode-se comprovar a existência, entre os eruditos, de um crescente interesse pela história da civilização de seus países, e isso os levou a recolher materiais para uma história literária. Encontram-se esboços em França, por exemplo, podendo ser levadas a cabo metodicamente no século XVIII. A enorme *História Literária da França*, iniciada pelos beneditinos e continuou sendo compilada no séc. XIX com métodos mais modernos, e, na Itália, Tiraboschi redigiu a sua *História da Literatura Italiana*. Como a História é uma tentativa de reconstrução dos fenômenos no seu desenvolvimento, no próprio espírito que os anima, deseja-se que o historiador da literatura explique como determinado fenômeno literário pôde nascer, seja por influências antecedentes, seja pela situação social, histórica e política de onde se originou, seja pelo gênio peculiar de seu autor; como já estava nas duas obras acima referidas.

Foi só depois dos primórdios do séc. XIX que se escreveu a História no sentido moderno: não como ajuntamento de materiais de erudição nem como crítica estética, a julgar os fenômenos e as épocas em função de um ideal pretendidamente absoluto, e sim procurando compreender cada fenômeno e cada época em sua própria individualidade, e buscando, ao mesmo tempo, estabelecer as relações que existem entre eles, compreender como uma época emergiu dos dados da que a precedia e como os indivíduos se formam por via da cooperação das influências de sua época e meio com seu caráter peculiar.

Ora, a tarefa de escrever a história literária sobre estas bases pode ser concebida e executada de muitas maneiras diferentes, como se fez nos séculos XIX e XX, que exibem as tendências mais diversas no trabalho de seus eruditos, entre as quais se identificam dois grupos:

- 1) O grupo da escola romântica ou histórica da Alemanha,

que foi o predecessor de todo o movimento e que exerceu grande influência em toda a Europa, considerava as atividades do espírito humano, e em particular tudo quanto fosse poesia e arte, como uma emanção quase mística do *gênio dos povos*. Por conseguinte, interessava-se sobretudo e em primeiro lugar pelo estudo da poesia popular e das origens; tinha certa tendência a divinizar a História e a ver no seu curso a lenta evolução de *forças* obscuras e místicas cujas manifestações, em cada época e em cada grande indivíduo, constituíam uma revelação, perfeita em seu gênero, de um dos inúmeros aspectos da divindade; e a tarefa do historiador consistia em descobrir e fazer ressaltar plenamente o caráter peculiar de cada uma delas; o fenômeno individual é o objetivo visado pelos eruditos desse grupo.

2) O grupo positivista, que se liga à obra de Auguste Comte, rejeita todo misticismo na concepção da História e intenta aproximar tanto quanto possível os métodos das pesquisas históricas das das ciências naturais; visa menos ao conhecimento das formas históricas individuais que das leis que governam a História. Na história literária (da mesma maneira que na História geral), seu primeiro representante foi Hippolyte Taine (1828-1893). Para a explicação exata dos fenômenos históricos e literários, a tendência positivista recorreu a duas ciências presumivelmente exatas que o positivismo francês do séc. XIX prezava e que desenvolveu em particular: a Psicologia e a Sociologia; todos sabem do impulso que essas duas ciências tiveram no século XIX. As explicações psicológicas (e psicanalíticas) dos fenômenos literários, tais como as fizeram por vezes os estudiosos positivistas, atalham de uma maneira quase brutal o espiritualismo dos românticos; por seu espírito de análise e por sua concepção sobretudo biológica do Homem, eles chocaram amiúde o espírito daqueles que consideram a alma humana como algo de sintético, não analisável e, por último, livre, e cujas profundezas são inacessíveis à investigação exata. O mesmo acontece no tocante à explicação sociológica: os motivos espirituais pelos quais os românticos explicavam, por exemplo, as cruzadas não como por um ímpeto de entusiasmo religioso, mas pelo interesse que alguns grupos poderosos, feudais e capitalistas, tinham por uma expansão em direção do Oriente.

Em geral, a grande maioria dos estudiosos modernos combina as duas correntes de maneira diversa, de sorte que os estudos de história literária na Europa e nos Estados Unidos apresentam no século

XX um aspecto de riqueza e variedade extremas.

A história literária pode ser classificada de acordo com as diferentes tarefas a que se propõe, porque elas são assaz variadas. Escreveram-se histórias da literatura mundial; histórias de literaturas nacionais (inglesa, francesa, italiana etc.); histórias das literaturas de diferentes épocas, do século XVIII, por exemplo, tanto para a Europa como para um só país. Escrevem-se também monografias, consagradas a uma personagem importante, como por exemplo, Machado de Assis, Manoel Bandeira, Dante, Shakespeare; tais monografias se distinguem da biografia simples pelo fato de que não dão somente os fatos exteriores da vida a personagem em questão, mas procuram fazer compreender a gênese, o desenvolvimento, a estrutura e o espírito de suas obras; amiúde, as monografias têm a ambição de dar mais do que seu título promete; muitas monografias acerca de Camões ou Dante querem fazer reviver a época inteira na qual viviam seus heróis. A seguir, é mister citar a história dos gêneros literários: da tragédia, do romance etc.; ela pode especializar-se – e é a regra geral – num país ou numa época; como gênero literário, pode-se também tratar a crítica, e numerosas pesquisas que a preparavam já foram publicadas e há de fato pelo menos um livro importante sobre a história da historiografia geral. Ao lado da história dos gêneros literários, cumpre mencionar a história das formas literárias; da métrica, da arte da prosa, das diferentes formas líricas. Por fim, não se deve esquecer a história literária comparada, cujo objeto é a comparação das épocas, das correntes, e dos autores.

Além das numerosas publicações em periódicos, encontram-se muitas outras coisas ainda. Em primeiro lugar, são numerosas publicações de textos inéditos, como é o caso do códice inédito de Gregório de Mattos publicado por Fernando da Rocha Peres e Silvia La Regina (PERES, 2000), cartas, como as de Mário de Andrade publicadas por Matildes Demétrio dos Santos (SANTOS, 1998), fragmentos, como os que Sebastião Gonçalves de Souza publicou, de Névio e de Ênio (SOUZA, 1989), esboços, como os de Pedro Nava, apresentados por Maria Antônia da Costa Lobo em sua tese de doutorado (LOBO, 1997), encontrados em bibliotecas, arquivos, com parentes, herdeiros e amigos do autor em questão.

Isto pertence antes ao domínio da edição de textos, em que

labutam, entre outros, Leodegário A. de Azevedo Filho e Maximiano de Carvalho e Silva e que seria assunto para uma outra conferência muito mais interessante. Outro trabalho exemplar, com as mesmas preocupações genéticas presentes no livro da Professora Maria Antônia é o da Professora Marlene Gomes Mendes, na preparação de uma edição crítica do romance *As três Marias*, de Rachel de Queiroz (MENDES, 1998). Mas, como não cabe aqui uma reflexão maior sobre a crítica textual e a edição de textos, acrescentarei simplesmente uma remissão às referências bibliográficas do final desse texto, onde indicamos o *Manual de Bibliologia*, de Antônio Houaiss (HOUAISS, 1983); a *Iniciação em Crítica Textual*, de Leodegário A. de Azevedo Filho (AZEVEDO FILHO, 1987) e a *Introdução à Edótica*, de Segismundo Spina (SPINA, 1994) como guias teóricos e, como exemplos de edição crítica: HENRIQUES, 2001; TOPA, 1998; BARRETO, 1997 e CUNHA, 1999. Ainda são encontrados trabalhos a respeito da questão das fontes: onde, por exemplo, encontrou Goethe o tema de Fausto, ou Shakespeare o de Hamlet? Em que se baseou Dante ao representar César com olhos de ave de rapina ou Homero com um gládio na mão? As diferentes fontes são investigadas, comparadas, julgadas de acordo com a possibilidade de o autor ter ou não podido conhecê-las e utilizá-las; a isso se vincula a questão das influências: que influência exerceu Rousseau sobre as obras de juventude de Schiller, ou pôde a poesia amorosa dos árabes influenciar o ideal do amor cortês nos poetas provençais do século XII? *Fontes e influências* fornecem matéria inesgotável aos eruditos, como são os numerosos existentes sobre a obra de Camões; o mesmo acontece no tocante à questão dos *motivos*, como o que escreveu Leodegário sobre *As Cantigas de Pero Meogo* (AZEVEDO FILHO, 1981), que é quase do mesmo gênero: o motivo da mulher inocente, caluniada, morta por um marido ciumento, os inúmeros motivos de ardis de mulheres que enganam seus maridos: de onde procedem todos esses motivos, onde foram tratados pela primeira vez, como vieram de um país para outro, quais são as variantes das diferentes versões, e como se influenciaram umas às outras? Um outro gênero de artigos, antes estéticos, que o leitor encontrará nos periódicos, fala da arte dos autores, muitos deles, ultrapassando a extensão de artigos, passam a ser divulgados em livros; sua maneira de compor uma obra, sua arte de caracterizar as personagens, de pintar as paisagens, seu estilo o emprego que fazem das metáforas e comparações, sua versificação, o

ritmo de sua prosa; podem-se realizar tais pesquisas para um único autor, com ou sem comparação com outros (cf. GUERRA DA CAL, 1969), e para toda uma época. Entre os trabalhos dessa natureza podemos indicar, ainda, entre outros, o já citado trabalho de Adriano Espínola, sobre a arte de Gregório de Matos (ESPÍNOLA, 2000), o *Autoritarismo e Solidão*, de Francisco Venceslau dos Santos, modestamente dado como um esboço crítico (SANTOS, 1990). Outros artigos se ocuparão de algum problema de fundo, particularmente interessante para um autor ou uma época: por exemplo, a questão do plágio em Gregório de Matos, as questões políticas nos sermões de Vieira, o pensamento religioso de Montaigne, ou o exotismo do séc. XVIII; outros, ainda, de particularidades sobretudo estilísticas (a formação de novas palavras na obra de Rabelais), que podem ter uma repercussão profunda na maneira de compreender o autor em questão. Grande número de artigos fala de pormenores biográficos, de relações entre duas pessoas, por exemplo, no caso de tais relações serem de interesse no tocante à gênese de uma obra; vários eruditos fizeram investigações acerca da estada de Goethe em Wetzlar, onde ele conheceu pessoas que lhe serviram de modelo para seu Werther.

Não é preciso dizer que a história literária se serve frequentemente, nas suas pesquisas, de noções linguísticas. Delas necessita em todas as investigações concernentes ao estilo de um autor ou de uma época. Em relação aos estilos característicos das diversas épocas ou períodos da literatura, é bom que se veja livro de Domício Proença Filho, inicialmente destinado ao ensino básico, mas bastante útil nos cursos de Letras (PROENÇA FILHO, 1973). As questões linguísticas são particularmente importantes nas discussões a respeito da autenticidade das obras de atribuição duvidosa, como é o caso das *Cartas Chilenas*, cuja atribuição de autoria só foi resolvida graças aos estudos estilísticos. Quando escasseiam as provas documentais, tais discussões podem decidir-se amiúde por considerações de ordem linguística: será que o vocabulário, a sintaxe, o estilo da obra duvidosa se assemelham mais ou menos aos das obras autênticas do escritor em questão? Mas a importância da Linguística em história literária não se limita a essa espécie de problemas. As obras de arte literária são obras compostas em linguagem humana; o desejo de se aproximar delas o mais possível, de alcançar-lhes a própria essência, deu, nestes últimos tempos, novo impulso à análise dos textos literá-

rios, análise cuja base é lingüística; não é mais unicamente para compreender-lhes o conteúdo material, mas para apreender-lhes as bases psicológicas, sociológicas, históricas e sobretudo estéticas, que se pratica atualmente a análise ou explicação de textos. Como ela se situa a meio caminho entre a história literária e a Lingüística, e como seu desenvolvimento moderno me parece muito importante, consagro-lhe um parágrafo à parte.

### A EXPLICAÇÃO DE TEXTOS

A explicação de textos se impôs desde que existe a Filologia; quando nos encontramos diante de um texto difícil de compreender, cumpre tratar de aclará-lo. Às vezes, pelo menos para os iniciantes, é necessário uma ajuda de um leitor mais experiente para se compreender melhor o que escreveu determinado autor. E não é por outro motivo que Castelar de Carvalho escreveu *Para Compreender Saussure* (CARVALHO, 1997), inspirador da coleção “Para Compreender”, da Editora Vozes, que já inclui *Para Compreender Labov* e *Para Compreender Mattoso Câmara*.

As dificuldades de compreensão podem ser de várias espécies: ou bem puramente lingüísticas, quando se trate de uma língua pouco conhecida, ou fora de uso, como pode se dar na leitura de um texto de Gil Vicente, por exemplo (Cf. SILVEIRA, 1973) e outros textos de nossa literatura medieval, ou de um estilo peculiar de emprego de palavras em sentido novo, como é o caso da produção literária de Guimarães Rosa, por exemplo, e de textos com construções arbitrárias ou artificiais; ou então dificuldades que digam respeito ao conteúdo do texto; este contém, por exemplo, alusões que não compreendemos ou pensamentos difíceis de interpretar, cuja compreensão exige conhecimentos especiais como é o caso de *Os Lusíadas*, carregado de alusões a fatos históricos, geográficos, mitológicos etc.; o autor pode, outrossim, ter ocultado o verdadeiro sentido de seu texto sob uma aparência enganosa; isso concerne sobretudo (mas não exclusivamente) à literatura religiosa (Por que tantos livros explicando a *Bíblia*?): os livros sagrados das diferentes religiões, os tratados de mística e de liturgia contém, quase todos, ou presume-se que contenham, um sentido oculto, e é pela explicação alegórica ou figurativa que cumpre interpretá-lo., como é o caso do *Apocalipse*.

A explicação de textos, denominada também *comentário*, quando se trata de uma explicação continuada de uma obra inteira, foi praticada desde a Antiguidade e adquiriu importância particularmente grande na Idade Média e na Renascença; uma grande parte da atividade intelectual da Idade Média se exerceu sob a forma de comentário. Se abrirmos um manuscrito ou uma edição antiga impressa de livros religiosos do Cristianismo ou de Aristóteles, ou mesmo de um poeta, não encontraremos amiúde, em cada página, senão umas poucas linhas de texto, em caracteres graúdos; e essas poucas linhas são rodeadas, à direita, à esquerda, acima e abaixo da página por um comentário abundante, escrito ou impresso, na maior parte dos casos, em caracteres menores. Existem também muitos manuscritos e livros que contêm somente o comentário sem o texto, ou que inserem as frases deste, sucessivamente, como títulos de parágrafos no comentário. O comentário pode conter toda sorte de coisas: explicações de termos difíceis; resumos ou paráfrases do pensamento do autor; remissões a outras passagens onde o autor diga algo de parecido; referências a outros autores que falaram do mesmo problema ou empregaram um torneio de estilo semelhante; desenvolvimento do pensamento, em que o comentador faz entrar suas próprias idéias ao explicar as do autor; exposição do sentido oculto, se o texto for, mesmo presumidamente, simbólico. Leia-se, por exemplo, *Uma forma provençalesca na lírica de Camões*, que constitui um trabalho exemplar do saudoso Emmanuel Pereira Filho (PEREIRA FILHO, 1974) ou a obra citada de Marlene Gomes Mendes. A partir da Renascença, o comentário alegórico cai pouco a pouco em desuso, e o desenvolvimento que dá as idéias próprias do comentador desaparece; doravante, os eruditos preferem outras formas para enunciar suas próprias idéias. O comentário se torna mais claramente filológico, e assim permanece até hoje. Um comentador moderno fornece, em primeiro lugar, explicações lingüísticas das passagens em que uma palavra ou uma construção as exijam; discute as passagens cujo teor seja duvidoso; dá esclarecimentos sobre os fatos e personalidades mencionadas no texto; tenta facilitar a compreensão das idéias filosóficas, políticas, religiosas, assim como das formas estéticas que a obra contém. É bem de ver que um comentador moderno se servirá do trabalho daqueles que o precederam no mesmo afã, e os citará amiúde textualmente.

Entretanto, conforme acabo de dizer no parágrafo precedente, a explicação de textos, há já algum tempo, vale-se de outros procedimentos e visa a outros fins. Quanto aos procedimentos, sua origem deve ser procurada, ao que me parece, na prática pedagógica das escolas, que continua entre nós em séries didáticas como “Português através de Textos”, por exemplo e outros (Cf. PROENÇA FILHO, 1973). Faz-se com que os alunos procedam à análise de algumas passagens dos escritores lidos em classe; analisam eles poemas ou passagens escolhidas, raramente uma obra inteira. A análise serve para propiciar a compreensão gramatical, para o estudo da versificação ou do ritmo da prosa, de modo que se possa compreender ou exprimir, com suas próprias palavras, a estrutura do pensamento, do sentimento ou do acontecimento que a passagem contém; por fim, faz-se com que se descubra o que havia no texto de particularmente característico do autor ou de sua época, tanto no que concerne ao conteúdo como no que concerne à forma. Pedagogos inteligentes logram até mesmo fazer compreender aos seus alunos a unidade de fundo e forma. Tal procedimento tem a vantagem de substituir o estudo puramente passivo dos manuais e das lições do professor pela espontaneidade do aluno, que descobre por conta própria o que faz o interesse e a beleza das obras literárias. Ora, esse método, consideravelmente desenvolvido e enriquecido por alguns filólogos modernos, serve-lhes para finalidades que ultrapassam a prática escolar; serve para uma compreensão imediata e essencial das obras; não se trata mais, como nas escolas, de um método de averiguar e ver confirmado o que já se sabia de antemão, mas de um instrumento de pesquisas e de novas descobertas. A explicação literária se aplica de preferência a um texto de extensão limitada, e parte de uma análise por assim dizer microscópica de suas formas lingüísticas e artísticas, dos motivos do conteúdo e de sua composição; no curso dessa análise, que deve servir-se de todos os métodos semânticos, sintáticos e psicológicos atuais, é mister fazer abstração de todos os conhecimentos anteriores que possuímos ou acreditamos possuir acerca do texto e do escritor em questão, de sua biografia, dos julgamentos e das opiniões correntes a seu respeito, das influências que ele pode ter sofrido etc.; cumpre considerar somente o texto propriamente dito e observá-lo com uma atenção intensa, sustentada, de modo que nenhum dos movimentos da língua e do fundo nos escape – o que é muito mais difícil do que o poderiam imaginar aqueles que nunca tenham praticado

o método; observar bem e distinguir bem as observações feitas, estabelecer-lhes relações e combiná-las num todo coerente, constitui quase uma arte e seu desenvolvimento natural é entravado, outrossim, pelo grande número de concepções já formadas que temos em nosso cérebro e que introduzimos em nossas pesquisas. Todo o valor da explicação de textos está nisso: é preciso ler com atenção fresca, espontânea e sustentada, e é preciso guardar-se escrupulosamente de classificações prematuras. Somente quando o texto em exame estiver inteiramente reconstruído, em todos os seus pormenores e no conjunto, é que se deve proceder às comparações, às considerações históricas, biográficas e gerais; nisso, o método se opõe francamente à prática dos estudiosos que despojam um grande número de textos para neles buscar uma particularidade que lhes interesse. Através de uma boa análise de um texto bem escolhido, chegar-se-á quase sempre a resultados interessantes, por vezes a descobertas inteiramente novas; e quase sempre, os resultados e descobertas terão um alcance geral que poderá ultrapassar o texto e propiciar informações sobre o escritor que o escreveu, sobre sua época, sobre o desenvolvimento de um pensamento, de uma forma artística e de uma forma de vida. Não há dúvida de que se a primeira parte da tarefa, a análise do texto propriamente dito, é assaz difícil, a de situar o texto no desenvolvimento histórico e bem avaliar o alcance das observações feitas, o é ainda mais. É possível adestrar um principiante na análise de textos, ensiná-lo a ler, a desenvolver sua faculdade de observação; isso lhe dará até prazer, pois o método lhe permite desenvolver desde o começo de seus estudos, antes de ter colhido nos manuais, a duras penas, grande número de conhecimentos teóricos, uma atividade espontânea e pessoal. Mas desde que se trate de situar e avaliar o texto e as observações feitas sobre ele, será mister, evidentemente, uma erudição muito vasta e um faro que só raramente se encontra, para fazê-lo sem cometer numerosos erros. Como as explicações de texto fornecem muito amiúde novos resultados e novas maneiras de formular um problema – é precisamente por isso que elas são preciosas –, o filólogo deseioso de bem discernir e de fazer ressaltar o alcance de suas observações só de raro em raro encontra, nos trabalhos anteriormente realizados, pontos de apoio para auxiliá-lo em sua tarefa, e vê-se então obrigado a levar a cabo uma série de novas análises de textos para comprovar o valor histórico de suas observações; quando ele parte de um único texto, os erros de perspectiva são quase que inevitáveis,

assim como freqüentes.

A explicação de textos, malgrado seu método muito claramente circunscrito, pode servir a intenções as mais diversas, segundo o gênero de textos que escolhamos e a atenção que prestemos às diferentes observações que neles podemos fazer. Ela pode visar unicamente ao valor artístico do texto e à psicologia peculiar de seu autor; pode-se propor a aprofundar o conhecimento que temos de toda uma época literária; pode também ter como objetivo final o estudo de um problema específico (semântico, sintático, estético, sociológico etc.); neste último caso, distingue-se dos antigos processos pelo fato de que não começa por isolar os fenômenos que lhe interessam de tudo quanto os rodeia, isolamento que dá a tantas investigações antigas um ar de compilação mecânica, grosseira e destituída de vida, mas os considera antes no meio real em que e encontram envolvidos, só os destacando a pouco e pouco e sem lhes destruir o aspecto peculiar. No conjunto, a análise de textos me parece o método mais sadio e mais fértil entre os processos de investigação literária atualmente em uso, tanto do ponto de vista pedagógico quanto do das investigações científicas.

## CONCLUSÃO

A Filologia traz enorme contribuição às pesquisas literárias, não somente por meio da crítica textual, da explicação e da interpretação de textos, mas também, como foi mostrado por Carlos Eduardo Falcão Uchôa, na organização de coleções; por Rosalvo do Valle, na revisão técnica dos textos e por Maria Antônia da Costa Lobo, nos estudos de crítica genética e em diversas outras atividades que não foram apresentadas ou postas em destaque neste evento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUERBACH, Erich. *Introdução aos estudos literários*. 2ª ed. Tradução de José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, [1972].

AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de. *Iniciação em crítica textual*. Apresentação de Antônio Houaiss. Rio de Janeiro: Presença; [São Paulo]: Edusp, 1987.

———. *As cantigas de Pero Meogo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981.

BARRETO, [Afonso Henriques de] Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Edição crítica coordenada por Antônio Houaiss e Carmem Lúcia Negreiros. Texto estabelecido por Francisco Venceslau dos Santos. Madrid; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Lima; Guatemala; São José de Costa Rica; Santiago de Chile: ALLCA XX, 1997.

CAL, Ernesto Guerra da. *Língua e estilo de Eça de Queiroz*. Rio de Janeiro: 1969.

CARVALHO, Castelar de. *Para compreender Saussure: fundamentos e visão crítica*. 7ª ed. revista e ampliada com exercícios e um estudo sobre as escolas estruturalistas. Petrópolis: Vozes, 1997. [Há outras edições mais recentes]

CUNHA, Celso. *Cancioneiros dos trovadores do mar*. Edição preparada por Elsa Gonçalves. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1999.

ESPÍNOLA, Adriano. *As artes de enganar: um estudo das máscaras poéticas e biográficas de Gregorio de Mattos*. Apresentação de Ronalde de Melo e Souza. [Rio de Janeiro]: Topbooks, [2000].

HENRIQUES, Claudio Cezar. *Atas da Academia Brasileira de Letras: Presidência Machado de Assis (1896-1908)*. Apresentação de Evanildo Bechara. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2001. (Coleção Austregésilo de Athayde, 2).

HOUAISS, Antônio. *Elementos de bibliologia*. Reimpressão fac-similar. São Paulo: HUCITEC, 1983.

LINDO, Luiz Antônio. *De “ΑΙΣΘΗΣΙΣ” a “estética”*: um estudo

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

*crítico de conceitos*. Tese apresentada ao Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, com vistas à obtenção do título de doutor, sob a orientação do Prof. Dr. Bruno Fregni Bassetto. São Paulo: USP, 1998.

LOBO, Maria Antônia da Costa. *Chão de ferro: a gênese textual de uma obra de Pedro Nava*. Rio de Janeiro: Edição da Autora, 1997.

MENDES, Marlene Gomes. *As três Marias, de Rachel de Queiroz: edição crítica em uma perspectiva genética*. Niterói: EDUFF, 1998.

PENHA, João Alves Pereira. *Filólogos brasileiros*. Franca: Ribeirão, 2002.

PEREIRA FILHO, Emmanuel. *Uma forma provençalesca na lírica de Camões*. Rio de Janeiro: Gernasa, 1974.

PERES, Fernando da Rocha; LA REGINA, Sílvia (org.). *Um códice setecentista: inédito de Gregório de Mattos*. Salvador: EDUFBA, 2000.

PROENÇA FILHO, Domício. *Estilos de época na literatura (através de textos comentados)*. 4ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro ; São Paulo: Linceu, 1973. [Há edições mais recentes].

RANAURO, Hilma. *Contribuição à historiografia dos estudos científicos da linguagem no Brasil*: Sílvia Elia e João Ribeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileira; FEUC, 1997.

SANTOS, Francisco Venceslau. *Autoritarismo e solidão: O roteiro da conciliação. Esboço crítico para uma teoria do mandonismo na literatura brasileira*. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1990.

SANTOS, Matildes Demétrio dos. *Ao sol carta é farol: a correspondência de Mário de Andrade e outros missivistas*. São Paulo: Annablume, 1998.

SILVA, Maximiano de Carvalho e. *Sousa da Silveira: o homem e a obra; sua contribuição à crítica textual no Brasil*. Rio de Janeiro: Presença; Brasília: INL, 1984. (Coleção Linguagem, 24)

SILVEIRA, Sousa da. *Dois autos de Gil Vicente (o da Mofina Mendes e o da Alma) explicados por Sousa da Silveira*. 3ª ed. acrescida

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

com o fac-símile dos autos na edição príncipe de 1562. Prefácio de Maximiano de Carvalho e Silva e estudo prévio de Cleonice Berardinelli.

SOUZA, Sebastião Gonçalves de. *Fragmentos de Névio e Ênio*. Tese de doutorado em Língua e Literatura Latina, apresentada à Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob a orientação de Olmar Gueterres da Silveira. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989.

SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica: Crítica textual*. 2ª ed. rev. e atual. São Paulo: Ars Poetica; Edusp. 1994.

STAIGER, Emil. *Conceitos fundamentais da poética*. Tradução de Celeste Aída Galeão. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1974.

TELES, Gilberto Mendonça. *Drummond: a estilística da repetição*. Prefácio do Prof. Othon Moacyr Garcia. Edição comemorativa do jubileu de esmeralda do escritor C. D. A. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970. [Há edições mais recentes];

TOPA, Francisco. *Edição crítica da obra do poeta setecentista Manuel Inácio de Sousa Faialense*. Porto: Edição do Autor, 1998.

VEIGA, Benedito. *Memórias da vida literária baiana: década de 60 (Indexação do Suplemento Dominical do Diário de Notícias: 1956-1971)*. Salvador: UNEB / Quarteto, 2003.

**O TEXTO BIZANTINO NA TRADIÇÃO  
MANUSCRITA DO NOVO TESTAMENTO GREGO**

*Paulo José Benício (CPAJ)*

**RESUMO**

Hoje em dia sustentam-se diversas versões quanto à história e utilidade do tipo de texto representado pelo imenso volume de manuscritos mais recentes do Novo Testamento. Por isso, para todo estudante que está em busca de meios no intuito de avaliar a evidência externa de certas variantes, é essencial trazer-se à baila a discussão concernente ao tipo de texto bizantino. Seu juízo a respeito do valor e utilidade dessa forma textual pode, muitas vezes, efetuar uma acentuada diferença em termos da preferência dada à versão impressa no texto ou a uma variante posta nas notas de pé de página das edições gregas do Novo Testamento. A pesquisa em que se alicerça este artigo objetiva evidenciar razões válidas para empregar o tipo de texto bizantino, como testemunho antigo e independente das fontes neotestamentárias gregas, na elaboração das atuais edições críticas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Crítica textual; Grego; Bizantino; Testemunho; Variante

**INTRODUÇÃO**

Os historiadores, arqueólogos e teólogos dispõem hoje de aproximadamente 5.500 manuscritos do Novo Testamento, quer parciais, quer completos, que podemos classificar em quatro modalidades básicas de texto. São eles o cesarense, o ocidental, o alexandrino e o bizantino. Os críticos textuais que buscam recuperar os autógrafos (documentos originais) do Novo Testamento grego têm lançado mão de dois tipos centrais de texto, a saber: o alexandrino e o bizantino.<sup>21</sup>

No século XIX, vários foram os estudiosos que deram continuidade aos esforços de Brooke Foss Westcott e Fenton John Anthony Hort, privilegiando o texto alexandrino, não obstante a ferrenha oposição de John William Burgon, principal defensor do tipo de texto bizantino. A teoria de Westcott-Hort (WH, daqui em diante) ba-

---

<sup>21</sup> Os principais manuscritos do Novo Testamento grego são: (1) unciais letrados: Álefe - Sinaitico (séc. IV); A - Alexandrino (séc. V); B - Vaticano (séc. IV); C - Ephraemi Syri Rescriptus (séc. V); D - Bezae Cantabrigiensis (sécs. V e VI); (2) papiros: p<sup>45</sup> - Chester Beatty (séc. III); p<sup>46</sup> - Chester Beatty (c. 200 d.C.); p<sup>47</sup> - Chester Beatty (séc. III); p<sup>66</sup> - Bodmer II (c. 200 d.C.); p<sup>75</sup> - Bodmer XIV-XV (séc. III).

seia-se em argumentos divididos em cinco grupos, a saber: a genealogia, a confluência, o silêncio dos Pais, a recensão luciânica e a evidência interna de variantes. Propomo-nos aqui a avaliar essas bases, aproveitando principalmente as pesquisas de Burgon.

Não pretendemos defender nenhum posicionamento inflexível, seja a favor, seja contra qualquer tipo de texto. O que desejamos, ao questionar as teorias de WH, é despertar a atenção do estudioso para a utilização do texto bizantino na avaliação das diferentes variantes dos textos gregos atualmente publicados.

### OS DIFERENTES TIPOS DE TEXTO DO NOVO TESTAMENTO GREGO

No decorrer do trabalho, serão vistas diversas opiniões que têm sido sustentadas quanto à classificação da imensa quantidade de manuscritos disponíveis do Novo Testamento. Daí considerarmos o texto bizantino essencial para qualquer estudioso atento às pesquisas mais recentes.

Antes de mais nada, é necessário entender que *bizantino* diz respeito ao tipo mais recente de texto, caracterizado em sua grande maioria pelos *unciais* (maiúsculos), *semi-unciais* e *minúsculos* gregos do Novo Testamento<sup>22</sup>. Ele também é o tipo de texto encontrado na Peshitta Siríaca, nas versões góticas e nas extensas citações dos pais da igreja<sup>23</sup>, a partir de Crisóstomo.

Seu nome provém de onde se origina a maioria dos manuscritos desse tipo - o Império Bizantino. É nele que se baseia, entre outras, a versão da Bíblia para a língua portuguesa feita por João Ferreira de Almeida e publicada pela Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil.

O texto bizantino nem sempre tem gozado de prestígio, em especial pelo seu principal representante: o *textus receptus* (a segun-

---

<sup>22</sup> O texto *bizantino* recebe diferentes denominações, entre elas: *siríaco* (WH), *oriental* (Semler), *asiático* (Bengel) e *tradicional* (Burgon).

<sup>23</sup> Enquanto a tradição católica usa o termo *Padres da Igreja*, o cristianismo protestante chama de *Pais* os antigos escritores cristãos, especialmente aqueles situados até o séc. V d.C.

da edição impressa do Novo Testamento grego preparada por Boaventura e Abraão Elzevir, na Holanda, em 1633). A maior parte dos estudiosos concorda em afirmar ser o *textus receptus* oriundo de manuscritos gregos medievais, em sua maioria bizantinos. Contudo, eles o criticam por acharem que se encontra demasiadamente distante dos autógrafos.

A quebra da hegemonia atribuída ao *textus receptus* ocorreu no século XIX, através dos trabalhos de *colação* (confrontação ou comparação de determinado tipo de texto com outro) e edição efetuados por L. Konstantin von Tischendorf. As pesquisas de WH<sup>24</sup> constituíram o clímax desta ruptura, assumindo, desde então, o seu texto o lugar do *Textus Receptus*.<sup>25</sup>

A rejeição ao *textus receptus*, porém, não foi unânime entre os eruditos, sendo que algumas vezes, como a de John William Burgon,<sup>26</sup> levantaram-se e criticaram veementemente as teorias de WH. A partir de então, destacaram-se duas linhas principais e diametralmente opostas com relação ao texto bizantino: aquela partidária de WH e a que acatava os posicionamentos de Burgon.

Uma terceira atitude envolve o que se poderia chamar de *abordagem eclética* — a não preferência por nenhum tipo particular de texto e o não favorecimento de qualquer manuscrito. Aqueles que lançam mão desse método tendem a considerar as diversas variantes existentes, independentemente de sua origem. O julgamento é feito no nível das variantes, com base em critérios internos, tencionando identificar o texto mais próximo do original. Este tipo de abordagem, ainda que tente incluir as diversas variantes existentes, revela-se certamente subjetivo, pois, de certa forma, fica a critério do exegeta a

---

<sup>24</sup> F. J. A. Hort e B. F. Westcott foram líderes anglicanos de grande influência nas últimas décadas do século XIX. Westcott foi bispo em Durham e Hort lecionou em Cambridge. Os comentários, na área do Novo Testamento, escritos por Westcott, são considerados, ainda hoje, clássicos da literatura cristã (Cf. PICKERING, 1980: 212). Embora a discussão das teorias de Westcott-Hort não ocorra em larga escala no Brasil, recomendo a leitura do artigo de ANGLADA, 1996: 15-30.

<sup>25</sup> Um resumo deste período de transição e da suplantação do *textus receptus* pode ser examinado em COLWELL, 1969: 16-39.

<sup>26</sup> Decano de Chichester, foi um dos grandes defensores do texto bizantino, dedicando-se ao seu estudo, especialmente nas últimas décadas do século XIX (Cf. METZGER, 1992: 135).

escolha das variantes.

Todavia, mesmo em meios ecléticos, o texto bizantino não tem sido levado em consideração pela maior parte dos críticos. Considere-se, a título de exemplo, a posição de J. Harold Greenlee, o qual, mesmo admitindo a possibilidade de, em alguns casos, as leituras bizantinas não deverem ser rejeitadas automaticamente (sem um exame acurado), escreve: "...a impressão geral dada por variantes fundamentalmente bizantinas é de caráter inferior e, provavelmente, não original". (GREENLEE, 1964: 91.)

A crescente ascensão da abordagem eclética, vinculada à também crescente ênfase nos critérios internos para escolha de variantes, tem feito surgir uma boa dose de desencanto com relação aos principais elementos das teorias de WH, não obstante o texto bizantino ainda continuar sendo genericamente desconsiderado.

#### AS TEORIAS DE WESTCOTT E HORT

Ao que tudo indica, há um consenso geral, entre os modernos críticos do Novo Testamento grego, no que diz respeito à inutilidade do texto bizantino para a recuperação dos autógrafos do livro sagrado. Essa posição encontra seu fundamento em uma teoria consagrada, que afirma ser o texto bizantino oriundo de manuscritos mais recentes.

WH, os principais mentores dessa postura, defendiam a idéia da restauração do melhor texto do Novo Testamento grego, sedimentados em dois manuscritos maiúsculos do séc. IV d.C. — o Sinaítico (Álefe) e o Vaticano (B). (WESTCOTT, B.F. e HORT, 1882: 150-151). Eles o denominaram de texto *neutro*, destacando a sua (suposta) ancestralidade, pureza e preeminência. Além disso, partiam do pressuposto de que ocorrera uma revisão erudita desse texto; alcuñharam-no de *alexandrino* (*Ibid.*, p. 210-212.). Em nossos dias, os críticos neotestamentários, em geral, não sustentam essa diferença entre os textos neutro e alexandrino, procurando reunir os manuscritos de ambos em um só grupo. Afirmam que a coleção completa de *testemunhos* (manuscritos, versões ou citações patrísticas que confirmam ou contrariam determinada variante) representa uma modalidade de texto alexandrino, também chamado de *egípcio*. A existência

desse texto na Antigüidade é comprovada por citações de Orígenes, pelas versões egípcias e, mais particularmente, pelo papiro de número 75.

Um outro tipo de texto também considerado antigo por WH (e por outros estudiosos da área) é o denominado *occidental*. Muito embora esse texto seja menos homogêneo do que o alexandrino, a sua idade não é questionada, pelo fato de haver uma ampla atestação, proveniente da patrística, que apresenta um número ainda maior de testemunhos, e ainda mais antigos do que aqueles do alexandrino. WH pouco valorizaram o texto ocidental e asseveravam ser ele corrupto e indigno de confiança, salvo em alguns casos de omissão.<sup>27</sup> Atualmente a opinião dos eruditos varia consideravelmente. Muitos se dispõem a conceder um espaço mais amplo às variantes do texto ocidental, contrapondo-se a WH; outros estão convictos de que esse tipo de texto preserva os autógrafos mais fielmente do que o egípcio. De qualquer forma, a maioria dos estudiosos do Novo Testamento grego assevera que as variantes de ambos os textos são mais antigas do que as do bizantino.<sup>28</sup>

WH apresentaram alguns argumentos fundamentais, que, de uma forma ou de outra, continuam sendo utilizados, com o intuito de demonstrar que o texto bizantino é oriundo dos outros tipos de texto. Esses argumentos serão expostos e discutidos a seguir.

## O ARGUMENTO CONCERNENTE À GENEALOGIA

Esta hipótese reivindica que todos os manuscritos de um mesmo tipo de texto, não importando quão numerosos possam ser, descendem de um único *arquétipo* (exemplar padrão). Em consequência, somente a forma do arquétipo deve ser levada em consideração, tornando-se assim um único testemunho, que concorre somente com os testemunhos-modelo únicos dos outros tipos de texto. Esse

---

<sup>27</sup> WH cognominaram estas omissões de "interpolações não-ocidentais". Para um aprofundamento nesse assunto, cf. WESTCOTT e HORT, 1882: 234-237.

<sup>28</sup> Um outro grupo de estudiosos ainda fala de um quarto tipo de texto, o chamado cesareense. Descoberto mais tarde do que os anteriores a partir do estudo do grupo de manuscritos de Lake ou família 1, essa forma textual possui um número reduzido de variantes próprias e apresenta afinidades com os textos alexandrino e ocidental (cf. METZGER, 1992: 214-215).

argumento, fundamentado em um suposto diagrama genealógico, elimina, efetivamente, na visão de WH (WESTCOTT e HORT, 1982: 57) o problema da superioridade numérica do texto bizantino, defendendo a prática da classificação dos numerosos testemunhos manuscritológicos existentes em quatro grupos principais: neutro, alexandrino, ocidental e siríaco.

### **O argumento da conflagração**

*Conflagração* é a combinação de leituras de duas ou mais fontes documentais. Ela era reputada como prevalecente entre manuscritos da era bizantina, não ocorrendo, todavia, em documentos alexandrinos e ocidentais. Esse argumento supõe ser o texto bizantino de idade recente, havendo surgido das combinações de leituras dos tipos de texto mais antigos.

WH listaram oito exemplos de leituras de conflagração (*Ibid*, p. 93-104.), sendo quatro em Marcos e quatro em Lucas.<sup>29</sup> Em tais exemplos, as leituras dividem-se em três variantes. Uma variante é atestada por testemunhos alexandrinos; uma outra, por ocidentais; e a terceira combina as duas leituras menores, originando assim uma leitura maior, que é a dos testemunhos bizantinos. O último dos oito exemplos citados (Lucas 24.53) pode ser usado como ilustração (PICKERING, 1980: 180).

Assim, de acordo com o argumento e o exemplo expostos, os editores bizantinos possuíam manuscritos com a variante do texto ocidental “ainoûntes” (“louvando”) e também manuscritos do texto alexandrino “eulogoûntes” (“abençoando”). Uma vez que nada se desejava perder, combinavam-se as duas leituras. Assim, a variante mais longa parecia demonstrar a época menos remota do texto bizantino e o método de seus editores.

VARIANTES TEXTUAIS	TESTEMUNHOS	TIPOS DE TEXTO
ainoûntes (louvando)	D it <sup>pt</sup>	Ocidental
eulogoûntes (abençoando)	p <sup>75</sup> Álefe B C L cop sy <sup>s</sup> , pa <sup>l</sup>	Alexandrino
ainoûntes kai eulogoûntes (louvando e abençoando)	Byz A C <sup>2</sup> K W X Θ P Y 063	Bizantino

<sup>29</sup> As oito passagens dos Evangelhos são: Mc 6.33; 8.26; 9.38,49; Lc 9.10; 11.54; 12.18; 24.53.

### ***O argumento referente ao silêncio dos pais da igreja***

Há citações nos escritos dos pais da igreja que fundamentam o texto alexandrino (especialmente as de Orígenes), e muitos pais da igreja também dão testemunho do texto ocidental. WH sustentaram que nenhum testemunho há (por parte dos Pais) referente ao texto bizantino antes da metade do quarto século d.C. (WESTCOTT e HORT, 1982: 115). E, se não foi usado ou citado, conclui-se logicamente que ele não pode ter existido naquela época.

### ***O argumento da recensão luciânica***

O texto bizantino, de acordo com WH, foi alvo de um processo deliberado de crítica efetuado entre os anos 250 e 350 d.C. (*Ibid.*, p.137.). Como se sabe, a recensão refere-se a um trabalho de revisão e edição textual. O argumento diz respeito às correções empreendidas por Luciano de Antioquia, especialmente acréscimos textuais, visando o seu aperfeiçoamento.

### ***O argumento da evidência interna de variantes***

Tal evidência se acha alicerçada em dois tipos de probabilidade — a *intrínseca* e a *de transcrição*. A probabilidade intrínseca orienta-se na direção do autor: que variante mais lhe parece fazer sentido e mais se adequa ao contexto, conformando-se ao seu estilo e propósito. A probabilidade de transcrição diz respeito ao copista: que variante pode ser atribuída ao seu descuido ou à sua ineficiência. Não levando em consideração os erros involuntários, presumivelmente, foram as mudanças deliberadas que originaram os dois mais importantes cânones da crítica textual: *brevior lectio potior*, isto é, “a leitura mais curta deve ser a preferida”, assumindo-se a propensão do escriba para adicionar material ao texto; e *proclivi lectioni praestat ardua*, ou seja, “a leitura mais difícil deve ser a preferida”, assumindo-se a tendência do escriba para tentar simplificar o texto ao ser confrontado com uma suposta dificuldade.

Com fundamento nessas considerações, WH declaram ser o texto bizantino caracterizado por lucidez e inteireza, aparente simplicidade e assimilação harmônica, uma vez que as suas leituras, com raras exceções, correm lisa e facilmente, produzindo um sentido aceitável para o leitor (*Ibid.*, p.115-116).

Ao rejeitarem o texto bizantino, conseqüentemente, os seguidores de WH, almejando restaurar o texto verdadeiro do Novo Testamento grego, realizam sua tarefa procurando combinar os testemunhos não-bizantinos. Se tais testemunhos se dividem, o texto verdadeiro deve ser encontrado no tipo de texto alexandrino. Se neste há descordo, ela pode ser encontrada onde Álefe e B coincidem. Em caso de divergência, a leitura correta será aquela em que B e pelo menos um outro testemunho estão de acordo. E, em certas ocasiões, somente B é seguido. Contudo, uma variante não pode ser atestada, sob hipótese alguma, considerando-se somente o volume de manuscritos bizantinos, mesmo se forem eles o único recurso disponível.

## A CRÍTICA ÀS TEORIAS DE WESTCOTT E HORT

### *A genealogia*

Já mencionamos alhures não somente a definição de WH (*Ibid.*, p. 57) com respeito à genealogia, como também a suposta utilização desse método por eles. Eruditos, como E. C. Colwell, (COLWELL, 1969: 111-112) não aceitaram, todavia, o método da genealogia, nem mesmo acreditaram que WH o tivessem aplicado na restauração dos escritos do Novo Testamento, uma vez que a maior parte dos seus argumentos, nesse sentido, foi de caráter hipotético. Assim, como poderiam falar de simples “ambigüidades ocasionais na evidência das relações genealógicas”, ou ainda afirmar que “os resultados textuais advindos destas relações são perfeitamente certos”, quando não demonstraram a existência de quaisquer das alegadas relações — muito menos com “perfeita certeza”? (WESTCOTT e HORT, 1982: 63).

Um outro desafio à aplicação do método genealógico aos manuscritos do Novo Testamento grego surge da presença quase universal da chamada *mistura*, isto é, a combinação de variantes de tipos de texto diferentes nestes manuscritos.

Apesar das dificuldades, o método genealógico, desde WH até os nossos dias, tem sido canonicamente empregado na reconstituição dos livros do Novo Testamento.

### *A conflação*

Variantes de conflação têm sido um dos principais sustentáculos das teorias de WH para demonstrar que o texto siríaco é mais recente do que os outros tipos de texto (METZGER, 1992: 131).. Essas confluções levaram à conclusão de que as mudanças textuais haviam ocorrido em uma direção, a saber, na do texto siríaco que, na sua inteireza, seria resultado de manuscritos alexandrinos e ocidentais, e, por isso, um texto de variantes mais recentes (WESTCOTT e HORT, 1982: 106). Aliás, para os defensores das teorias de WH, quando o texto bizantino se apresenta mais longo, isso sinaliza uma conflação; quando se mostra mais curto caracteriza uma redução ou resumo. Foi elaborada ainda uma terceira conclusão: já que os editores siríacos usaram os manuscritos alexandrinos e ocidentais na elaboração das confluções, eles devem ter feito um uso livre deles na editoração dos seus textos.

J. W. Burgon (1883: 258) recusou esses argumentos com vigor, por não dizerem respeito àquilo que realmente poderia ser classificado como conflação, sem se mencionar o fato de os exemplos serem muito poucos para sustentarem uma teoria tão abrangente.

Em linhas gerais, a crítica de John William Burgon possui seu valor, mas ela também não justifica, por outro lado, assumirmos uma posição inflexível, afirmando que as variantes de conflação sejam necessariamente as originais.<sup>26 30</sup> A evidência existente, no momento, patenteia que tais leituras não são uma prova de edição recente, devendo, na verdade, remontar ao segundo século d.C. Se aceitarmos isso como verdadeiro, mesmo para algumas variantes de conflação, torna-se inválida a utilização de alguns dos exemplos apontados, na intenção de provar ser o texto siríaco resultado de um recente processo editorial. Algumas confluções bizantinas têm demonstrado ser

---

<sup>30</sup> Estudando os exemplos de conflação dados por WH, J. W. Burgon procurou provar que os textos alexandrino e ocidental seriam um resumo do texto tradicional (Cf. *Ibid.* p. 258-265).

de idade antiga. Ainda que não seja tão comum encontrarmos variantes semelhantes ao exemplo de confluência no texto siríaco, na realidade existem outras, além das reconhecidas por WH.

Em João 10.19, por exemplo, a divisão de manuscritos que atestam as diversas leituras constitui um corte tão evidente, em termos de tipos de texto, quanto em Lucas 24.53, um dos exemplos dados por WH (PICKERING, 1980: 180).

Analisemos esse exemplo a partir do quadro a seguir (STURZ, 1984: 84, 151):

Variantes Textuais	Testemunhos	Tipos de Texto
skhísma/oûn (divisão/portanto)	D 1241 r <sup>1</sup> sy (bo)	Ocidental
skhísma/pálin (divisão/de novo)	p <sup>45</sup> p <sup>75</sup> Álefe B L W X 33 157 213 249 lat sa arm; WH	Alexandrino
skhísma/oûn/pálin (divisão/portanto/de novo)	p <sup>66</sup> A G D Q L P y unc <sup>7</sup> I f pl (bo) sy <sup>P</sup> Chr Cyr KH	Bizantino

Em João 10.31, há outra divisão dos textos, não menos clara, na qual estão envolvidos quatro tipos (*Ibid*):

VARIANTES TEXTUAIS	TESTEMUNHOS	TIPOS DE TEXTO
ebástassan (pegaram)	p <sup>45</sup> Q (co) (vg)	Cesarense
ebástassan/oûn (pegaram/portanto)	D f 1780 pc (lat) (co)	Ocidental
ebástassan/pálin (pegaram/de novo)	(p <sup>75</sup> ) Álefe B l W 33 go (sa) (sy) Ath Aug; WH	Alexandrino
ebástassan/oûn/pálin (pegaram/portanto/de novo)	p <sup>66</sup> A X P unc <sup>re11</sup> l 565 pl (sy) Kj	Bizantino

Casos como esses teriam sustentado as teorias de WH referentes à confluência se eles tivessem sido trazidos à tona na sua época. Hoje em dia, não mais auxiliam esse tipo de teoria, pois cada uma destas variantes de confluência já possui seu suporte em papiros antigos. No texto de João 10.19, enquanto p<sup>45</sup> e p<sup>75</sup> abalizam a variante alexandrina, o que se lê no p<sup>66</sup>, o papiro mais antigo, é: “*skhísma/oûn/pálin*”. Em João 10.31, a variante de confluência é fundamentada por p<sup>66</sup>, e a menor, “*ebástassan*”, por p<sup>45</sup>. Se p<sup>75</sup> alicerça qualquer uma destas variantes, aparentemente será a alexandrina: “*ebástassan/pálin*”.

A confluência também não se limita ao texto bizantino, como

afirmaram WH (WESTCOTT e HORT, 1982: 106). Colossenses 3.17 até poderia ser um exemplo daquilo que eles chamariam de confluência — encontrado no texto siríaco; contudo, este exemplo se acha no maiúsculo Álefe (STURZ, 1984: 85):

VARIANTES	TESTEMUNHOS
Kyríou Iessoû ( <i>do Senhor Jesus</i> )	B <i>pl Byz</i>
Iessoû Khristoû ( <i>de Jesus Cristo</i> )	A C D <sup>8f</sup> F <sup>8f</sup> G <sup>8f</sup>
Kyríou ( <i>do Senhor</i> )	L
Kyríou Iessoû K hristoû ( <i>do Senhor Jesus Cristo</i> )	Álefe vg <sup>c</sup> (Cl) Ant

Colossenses 1.12 é mais um trecho que evidencia o fenômeno da confluência fora do texto siríaco; desta feita, o exemplo encontra-se no maiúsculo B (*Ibid.*, p. 87):

VARIANTES	TESTEMUNHOS
tôi hikanóssanti ( <i>aos que qualificou</i> )	p <sup>46</sup> Álefe A C D <sup>e</sup> E K L P <i>pl</i> ; W H
tôi kaléssanti ( <i>aos que chamou</i> )	D * F G <i>pc d e f m</i>
tôi kaléssanti/kai/hikanóssanti ( <i>aos que chamou/e/qualificou</i> )	B

Daí, ao aplicar os princípios de WH a estas passagens, o exegeta terá que admitir: uma vez que um texto representado pelos principais unciais (Álefe e B) posiciona-se em linha de confluência com outros, eles teriam de ser mais recentes; e os outros, mais antigos do que eles.

### *O silêncio dos pais*

Um dos argumentos mais veementes de WH diz respeito à ausência de evidência patrística no texto bizantino. Na verdade, a aparente omissão dos mais antigos pais, não citando o texto siríaco até a época de Crisóstomo,<sup>31</sup> foi tomada como prova irrefutável da não existência desse tipo de texto. Todavia, é preciso considerar que algumas dessas citações têm sido encontradas mais recentemente como suporte de leituras bizantinas. O problema é que, ao serem analisa-

<sup>31</sup> João Crisóstomo (o Boca de Ouro), falecido em 407 d.C., foi até 397 pregador na Igreja de Antioquia (Cf. ALTANER, B., STUBIER, A., 1972: 324-325).

das, elas geralmente têm sido rejeitadas como evidência para a antiga existência, seja do texto siríaco, seja da variante em questão. Afirma-se que os textos dos pais foram assimilados à norma bizantina por escribas bizantinos, à medida que estes copiavam os manuscritos (WESTCOTT e HORT, 1982: 110-111). Conseqüentemente, argumenta-se ainda que a citação de um antigo Pai só pode ser considerada segura se ela não concordar com a *koiné*.

Ainda que alguma assimilação dos textos dos pais à norma bizantina tenha de fato ocorrido, não existe a menor dúvida de que leituras bizantinas foram atestadas pela patrística antes de Nicéia (325 d.C.). Vários exemplos disto podem ser arrolados: Lucas 10.21, Clemente de Alexandria; Lucas 12.5, Tertuliano; Lucas 12.22, Clemente de Alexandria; Lucas 12.31, Clemente de Alexandria e Marcião; João 2.24, Orígenes. Orígenes também atesta João 4.31 e João 13.26. Nas epístolas é possível identificar os seguintes exemplos de evidência patrística: Romanos 10.14, Clemente de Alexandria; 1 Coríntios 4.11, Clemente de Alexandria e Orígenes; 1 Coríntios 5.10, Orígenes; 1 Coríntios 7.5, Orígenes; 1 Coríntios 7.7, Orígenes; 1 Coríntios 9.21, Orígenes; Efésios 2.12, Orígenes e Tertuliano; Filipenses 1.14, Marcião; Hebreus 11.32, Clemente de Alexandria; 1 Pedro 2.5, Clemente de Alexandria e Orígenes (STURZ, 1984: 79).

Diante disso, mesmo admitindo ser Crisóstomo o mais antigo pai da igreja, cujos escritos contêm substancial citação antioquena, algumas considerações devem ser feitas no que se refere ao argumento sobre o silêncio dos mesmos.

Em primeiro lugar, esse argumento não pode ser considerado relevante com base exclusivamente no próprio *silêncio*, ou seja, na ausência de citações. A lógica clássica nos permite concluir que se A é B, e C é A, então C é B. Mas se C não é A, não se pode concluir, com certeza, que C não seja B.

Em segundo lugar, invocam-se Pais de localidades não-siríacas. Ora, um dos valores fundamentais de um Pai da Igreja é justamente correlacionar o tipo de texto corrente ao seu local de origem, uma vez que sua época e residência sejam conhecidas. Assim, Irineu morava na Gália e usava o texto ocidental; Orígenes é um dos pilares para os textos alexandrino e cesarense, já que ele viveu em ambos os lugares. Não é, pois, de se esperar que esses Pais dêem testemunho

de um tipo de texto usado (ou não usado) em Antioquia, quando eles provinham de locais relacionados com outros tipos de texto. Em outras palavras: se Irineu viveu no segundo século d.C., e Orígenes no terceiro, o fato de as citações de Irineu não abalizarem os textos utilizados por Orígenes, mais tarde no Egito, não pode ser prova de que esse tipo de texto alexandrino não existisse antes de Orígenes.

Em terceiro lugar, esse argumento está em estreita relação com Antioquia. Defensores da teoria de WH afirmam que Crisóstomo é o Pai mais antigo a usar o texto bizantino. Contudo, eles normalmente esquecem não haver Pais antioquenos antigos cujos remanescentes literários sejam suficientemente extensos, a ponto de suas citações do Novo Testamento serem analisadas no que se refere ao tipo de texto que abalizam.

O argumento vinculado ao silêncio dos Pais tem recebido mais peso do que ele realmente pode suportar. Como poderiam Pais de outras áreas, usando outros tipos de textos locais, ter condições de testemunhar o texto antioqueno (bizantino)? Como se poderia esperar que o texto antioqueno fosse atestado por Pais que nos legaram poucos escritos (ou mesmo nenhum)? Pode-se acrescentar ainda: já que o objetivo das citações era teológico (e não crítico), os Pais frequentemente alteravam leituras que não se moldavam aos seus propósitos dogmáticos. Assim, dificilmente se pode ter certeza de que determinado Pai está citando um manuscrito fiel ao texto posto diante dele.

Finalmente, deve-se deixar claro que os papiros que fundamentam variantes bizantinas e os *alinhamentos bizantino-ocidentais*<sup>32</sup> fornecem testemunho mais confiável da existência destas variantes na antiguidade do que as alegadas citações de cópias recentes dos “antigos pais”.

---

<sup>32</sup> No sexto capítulo de sua obra (p. 70-76), Sturz defende a tese de que “alinhamentos bizantino-ocidentais” remontam, independentemente, ao século II d.C., havendo-se originado no Oriente; ou seja: papiros egípcios atestam a existência de variantes no lado oriental do Império Romano, nas quais testemunhos bizantinos e ocidentais concordam e, ao mesmo tempo, opõem-se às alexandrinas. A defesa de WH de que tais alinhamentos bizantino-ocidentais não são evidências de peso, porque o texto bizantino foi parcialmente formado por manuscritos ocidentais, tem, de fato, sido revertida, pelo fato de tais alinhamentos evidenciarem que este texto preservou uma forma bastante antiga e usada no Oriente, antes mesmo de adotada no Ocidente.

### *A recensão luciânica*

Johann Leonhard Hug postulou três recensões no século III d.C.: uma efetuada por Orígenes, na Palestina; outra realizada por Hesíquio, no Egito; e outra ainda, encabeçada por Luciano, em Antioquia (METZGER, 1992: 123) WH rejeitaram certos aspectos da teoria de Hug — especialmente o da recensão hesiquiana (incluindo Álefe e B). Todavia, aceitaram que Luciano, de fato, submeteu o texto siríaco a um trabalho de revisão crítica (*Ibid.*, p. 141).

B. Metzger dá algum crédito a essa teoria, embora admita ser *nebulosa* sua ligação com o texto bizantino. Pela carência de evidências históricas, informações tangentes à recensão luciânica restringem-se aos “manuscritos que, supostamente, a contêm”. Quanto a isto, ele afirma:

Nada nos é dito quanto à importância da revisão que ele levou a cabo quer no Velho, quer no Novo Testamento, no que concerne à natureza dos manuscritos por ele consultados, no que se refere à relação deste trabalho com a Hécaxpla e outros problemas similares. Para termos informação sobre tais problemas, devemos voltar para os manuscritos que se pensa que contêm a recensão luciânica. (*Ibid.*, p. 6-7)

O silêncio da história tem sido uma importante evidência externa de que tal recensão nunca ocorreu. Diante da ausência de testemunhos coerentes, diz J. W. Burgon: “É simplesmente impossível que um acontecimento de tal grandeza e interesse não deixasse qualquer vestígio na história” (BURGON, 1975: . 293).

O argumento do silêncio é frágil por várias outras razões. Primeiramente, tal silêncio é *inexplicável*: não se esperaria uma forte reação pela reposição de todo o Novo Testamento grego? Em segundo lugar, ele é *total* — não há qualquer registro de uma recensão que tenha como resultado a superação do texto de Antioquia.

### *A evidência interna de variantes*

No que tange à evidência interna de variantes, fator predominante para a opção pelo texto neutro, em detrimento do ocidental e do alexandrino, os próprios WH reconheceram os empecilhos. No

seu parecer, a busca de um fundamento original pode levar a conclusões contraditórias, uma vez que se pode partir de fontes diversas.

As dificuldades concernentes à evidência interna também têm sido alvo de atenção, quando se discute o ecletismo. Entre outros estudiosos, W. N. Pickering (PICKERING, 1980: 78), no que diz respeito ao uso da probabilidade intrínseca e à utilização daquela concernente à transcrição, também concorda em afirmar que estes critérios geralmente se chocam, porque antigos escribas e modernos editores têm evidenciado preferência pela leitura que melhor se acomoda ao contexto. Isso, obviamente, deixa o crítico textual livre para escolher as variantes, de acordo com o seu próprio julgamento. J. W. Burgon (BURGON, 1075: 67), aludindo a considerações internas, afirmou que, em geral, elas são de caráter subjetivo e não poucas vezes contraditório.

#### *A variante mais curta*

Provavelmente o cânon mais largamente utilizado contra o texto bizantino seja *brevior lectio potior*, ou seja, “a leitura mais curta deve ser a preferida”. A própria base desse cânon se encontra em WH (WESTCOTT e HORT, 1982: 235), ao dizerem que, tanto no Novo Testamento, como em quase todos os escritos prosaicos copiados, há corrupções por interpolação muitas vezes mais numerosas do que corrupções por omissão. Sendo assim, eles afirmavam que o *textus receptus* era caracterizado por interpolações, o que não acontece com B e Álefe.

Contudo, até que ponto é realmente verdadeiro afirmar-se que interpolações são muitas vezes mais numerosas do que omissões na transmissão do Novo Testamento? Já na época de WH, J. W. Burgon (1975: 156) destacou o fato de que as omissões voluntárias ou involuntárias dos escribas eram mais prováveis do que acréscimos a um estilo conciso, em uma época posterior, visando à inteireza e lucidez.

E. C. Colwell (1969: 112, 116, 118, 119, 123), o qual publicou um tratado ímpar sobre os hábitos dos escribas, particularmente dos antigos papiros p<sup>45</sup>, p<sup>46</sup> e p<sup>75</sup>, concordaria inteiramente com isso. Colwell demonstrou que nunca se poderia fazer generalizações sobre os hábitos dos escribas. Afirmou ainda que idéias sobre variantes

textuais e tipos de texto fundamentadas em tais generalizações são totalmente inválidas.

### *A variante mais difícil*

Outro cânon usado contra o texto bizantino é *proclive lectioni praestat ardua*, o qual dá preferência à variante mais difícil. A base para este cânon acha-se na suposta propensão de escribas para simplificar ou modificar o texto, quando eles se deparavam com uma dificuldade ou com algo que não entendiam.

São oportunas, nesse sentido, as observações de B. Metzger, na sua nota referente a Jerônimo:

Jerônimo queixou-se de copistas que anotavam não aquilo que encontravam, mas aquilo que pensavam ser o significado e, enquanto tentavam retificar os erros de outros, simplesmente acabavam expondo os seus próprios (METZGER, 1992: 195).

Percebe-se, por esta observação, que é possível fazer conjecturas sobre o que parecem ser leituras mais difíceis; na verdade, tais leituras acabam sendo avaliadas como espúrias. O mesmo erudito, após narrar um incidente ocorrido na Assembléia dos Bispos de Chipre, em 350 d.C., conclui:

Apesar do cuidado de autoridades eclesiásticas da índole do Bispo Esperidião, parece que, mesmo através de um exame casual do aparato crítico, escribas, diante de erros reais ou imaginários de ortografia ou de fatos históricos, deliberadamente introduziram mudanças naquilo que estavam transcrevendo (*Ibid.*, p. 196).

De qualquer modo, o fato de muitos, no séc. II d.C., terem deliberadamente efetuado mudanças no texto, levanta uma certa gama de problemas. Isto é: uma vez que alguém se acha no direito de adulterar o texto, inclusive por razões de ordem doutrinária, não nos parece possível avaliar o grau de dificuldade desse resultado, pelo próprio fato de não podermos detectar que fatores influenciaram o originador da variante. Um outro problema desse cânon é sua vulnerabilidade à manipulação de uma imaginação habilidosa — com suficiente engenhosidade, praticamente qualquer variante pode ser preparada no intuito de ser convincente.

J. W. Burgon chamou a atenção para o perigo relacionado com o uso de um sistema rígido de cânones, pelo simples fato de, comu-

mente, os seus usuários tornarem-se escravos dele (BURGON, 1975: 66).

## CONCLUSÃO

Examinando-se o aparato crítico relacionado com as duas principais variantes textuais encontradas em 1 Timóteo 3.16, depara-se o exegeta, nas atuais e mais manuseadas edições do Novo Testamento grego<sup>33</sup>, com o seguinte problema: uma vez que os editores deram preferência à variante “hós” (“quem”), de gênero masculino, como efetuar a concordância com os antecedentes: “*eussebeías mystérion*” (“mistério da piedade”), sendo o primeiro termo de gênero feminino e o segundo neutro?

Esse exemplo aponta para as duas linhas básicas por nós expostas e, atualmente, em debate no campo da crítica textual do Novo Testamento. A primeira refere-se aos seguidores de WH, os quais — firmados nos unciais gregos mais antigos, especialmente em B, bem como na regra referente à evidência interna de leituras (“a partir da variante preferida devem ser as outras variantes explicadas”) — afirmam ser “hós” (“quem”) o texto original. Além disso, acrescentam que as letras gregas maiúsculas OS e QS se diferenciam somente pelo traço dentro do O e pelo traço sobre as duas letras, como sinal da abreviatura do nome sagrado QEOS. Percebe-se claramente que “hós” (“quem”) foi corrigido para “theós” (“Deus”). Os Westcott-Hortianos afirmam ser a segunda parte de 1 Timóteo 3.16 uma citação direta de um primitivo hino cristológico que, como tal, em sua forma poética, possui liberdade para a imprecisão gramatical — “hós” (“quem”) referir-se-ia à pessoa de Cristo (ZIMMERMANN, 1982: . 49, 203, 204).

Já os seguidores de J. W. Burgon, ao apelarem para a grande quantidade de documentos minúsculos gregos menos antigos asseveraram ser “theós” (“Deus”) a leitura original.<sup>34</sup> Dizem que o trecho possui, simplesmente, qualidades poéticas, não dando direito a qual-

---

<sup>33</sup> *Novum Testamentum Graece*, 1993 (Nestle-Aland <sup>27</sup>) e *The Greek New Testament*, 1994 (UBS<sup>4</sup>).

<sup>34</sup> M (gótico) em *Novum Testamentum Graece*. Jakob van Bruggen dá-nos, aliás, boas razões para a utilização desses manuscritos minúsculos (Cf. BRUGGEN, 1975: 22-29).

quer espécie de incongruência gramatical: “*theós*” (“*Deus*”), sendo do gênero masculino e estando no caso nominativo, iniciaria a segunda parte do versículo 16, atribuindo à pessoa do Senhor Jesus Cristo a deidade que lhe é devida. Nesse caso, o copista, involuntariamente, ter-se-ia enganado ao escrever “*hós*” (“*quem*”) em lugar de “*theós*” (“*Deus*”), já que, em caracteres maiúsculos, a diferença podia facilmente passar despercebida.

Com esse exemplo, almejamos exemplificar que, muito embora não seja essa uma dificuldade textual crucial para a compreensão do versículo em pauta, o teólogo responsável pela exegese ou pela tradução desse texto terá de abraçar, de início, uma das correntes crítico-textuais.

À guisa de conclusão, poderíamos propor o seguinte: as variantes bizantinas são antigas e o texto bizantino, no sentido de WH, é *ineditado* (independente). A saber: não sendo produção dos textos alexandrino e ocidental, não depende deles, no que respeita à sua atestação de variantes antigas.

Em decorrência disso, o texto bizantino constitui um testemunho adicional, ao lado dos tipos de texto alexandrino e ocidental, remontando ao século II d.C. as suas variantes. Parece razoável concluir que ao texto bizantino deva ser dado o mesmo peso concedido aos textos alexandrino e ocidental, no processo de avaliação da *evidência externa de variantes*.

Em outras palavras, muito trabalho em torno da restauração do texto original do Novo Testamento ainda há de ser levado adiante. Certamente, intenso debate tem havido desde as últimas décadas do século passado, quando WH desafiaram a supremacia do *textus receptus*. Por outro lado, o questionamento de suas teorias, em seus pressupostos teológicos e no emprego dos métodos manuscritológicos, também tem enriquecido os labores da crítica textual, estimulando contínuas pesquisas e, conseqüentemente, o surgimento de novas discussões acadêmicas. Isso tem evitado a supremacia de quaisquer das principais linhas em confronto, a saber, os seguidores de Westcott-Hort e os discípulos de Burgon.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALAND, K. e ALAND, B. *Der Text des Neuen Testaments*. 26. Aufl. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 1982, pp. 60-81;
- ALTANER, B., STUBIER, A. *Patrologia - Vida, Obras e Doutrina dos Padres da Igreja*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1972, pp. 324-325).
- ANGLADA, Paulo. *A Teoria de Westcott e Hort e o Texto Grego do Novo Testamento: Um Ensaio em Manuscritologia Bíblica, Fides Reformata*, vol. 1: 2, 1996, pp. 15-30.
- BRUGGEN, J. van. *De Tekst van het Nieuwe Testament*. Groningen: Uitgeverij De Vuurbaak, 1975., pp. 22-29).
- BURGON, J. W. *The Revision Revised*. Londres: John Murray, 1883, p. 258.
- COLWELL, Ernest C. *Studies in Methodology in Textual Criticism of the New Testament*. Leiden: E. J. Brill, 1969, pp. 16-39.
- GREENLEE, J. H. *Introduction to the New Testament Textual Criticism*. Grand Rapids: Eerdmans, 1964, p. 91.
- KÜMMEL, Werner G. *Introduction to the New Testament*. New York: Abingdon, 1966, pp. 722-731;
- METZGER, Bruce M. *The Text of the New Testament: Its Transmission, Corruption, and Restoration*. 3<sup>a</sup> ed. aum. Oxford: Oxford University Press, 1992, p. 135
- PICKERING, Wilbur N. *The Identity of the New Testament Text*. Nashville: Thomas Nelson, 1980, p. 212
- STURZ, Harry A. *The Byzantine Text-Type and New Testament Textual Criticism*. Nashville: Thomas Nelson, 1984, p. 84, 151.
- WESTCOTT, B.F. e HORT, F. J. A. *Introduction to the New Testament in the Original Greek – with notes on selected readings*. Peabody: Hendrickson, 1882, pp. 150-151.
- ZIMMERMANN, H. *Neutestamentliche Methodenlehre - Darstellung der Historisch-Kritischen Methode*. 7. Aufl. Stuttgart: Verlag Katholisches Bibelwerk, 1982, pp. 39-40.

**O DOMÍNIO DA LÍNGUA CASTELHANA  
SOBRE O GUARANI PARAGUAIO**

*Eduardo de Almeida Navarro (USP)*

**RESUMO**

Este artigo mostra alguns aspectos de uma forma de dominação cultural presente no Paraguai, a saber, a influência do castelhano sobre o guarani paraguaio, tanto em nível morfossintático quanto em nível lexical, analisando as causas e as características de tal fenômeno.

**PALAVRAS-CHAVE** : guarani paraguaio - bilingüismo - diglossia

**INTRODUÇÃO**

No Pós-Guerra, com a difusão da ideologia do desenvolvimento e da modernização econômica pela periferia capitalista, instaurou-se uma profunda crise de valores naqueles países de forte tradição cultural indígena, cujas burguesias nacionais, embaladas pela ilusão da modernidade, passaram a considerar as línguas indígenas nacionais fatores de atraso social e econômico. Tal foi o caso do Paraguai, onde a língua guarani, que definiu a própria identidade nacional do país, era mal estudada e seu uso era reprimido nas escolas e nas repartições públicas.

Tal desprezo oficial pela língua indígena clássica do país, que a manteve afastada das escolas, acentuou um fenômeno que já ocorria antes, a saber, a profunda influência do castelhano na sintaxe e na morfologia do guarani dito “paraguaio”, isto é, aquele usado nacionalmente, inclusive nos meios urbanos, fora das comunidades indígenas ainda subsistentes no país, consideradas falantes de formas “puras” da língua.

Tal influência faz do guarani paraguaio um autêntico “jopará” (*mistura, mescla*, em guarani), que lentamente destrói os traços autenticamente indígenas do guarani, distanciando-o do guarani clássico, falado na época das missões jesuíticas, nos séculos XVII e XVIII. Somente na década de noventa, com a promulgação da nova constituição do Paraguai, que elevou o guarani à condição de língua oficial, ao lado do castelhano, com sua conseqüente inserção no currículo

da escola fundamental, é que o guarani passou a ser estudado sistematicamente no país. O grande desafio do Instituto de Linguística guarani do Paraguai é justamente livrar o guarani paraguaio de tantos espanholismos.

Seria, assim, a gramática do guarani paraguaio um artifício lingüístico? Ao guarani paraguaio incorporaram-se de 4.500 a 5.000 palavras castelhanas, cifra que se compara com o total de palavras contidas no clássico “Tesouro de la Lengua Guarani”, de Ruiz de Montoya, de meados do século XVII, obra que apresenta o guarani clássico.

Pode-se, assim, ter uma idéia do alcance de domínio da língua castelhana sobre a guarani. Tal diversidade de “status” entre os dois idiomas é evidente, identificando-se a língua espanhola como a “língua de cultura” e os ramos “puros” do guarani (Mby ‘á, Pai e Chiripá) são vistos como “dialetos incultos”. À mescla hispano-guarani denomina-se “guarani paraguaio” ou “jopará”, chamado por alguns “guarani rioplatense”.

Há nítida consciência entre o povo paraguaio de que ele fala o “Jopará” e de que somente os índios “semi-isolados falaria o guarani “puro”, que é visto, assim, com desdém pelos apologistas da modernização, do desenvolvimentismo, que têm grande número de pessoas entre os seus seguidores. É visível o subdesenvolvimento econômico do Paraguai e muitos encaram o guarani como uma língua inadequada para as exigências do mundo moderno, da era tecnológica. Contra tal visão insurgem-se muitos estudiosos e lingüísticas, muitos deles congregados em torno do Instituto de Linguística Guarani, que busca definir vocabulário que seja adequado às necessidades dos tempos modernos ( à semelhança do que fazem os eruditos da Academia Hebraica de Jerusalém), criando, assim, os necessários neologismos, ao mesmo tempo em que busca preservar a pureza do idioma.

Muitas vezes, porém, as iniciativas dos eruditos de tal instituição são consideradas artificiais e alheias à realidade cultural do povo paraguaio, que absolutamente as desconhece.

Visível é também a desproporção entre a quantidade de conhecimento gramatical que um estudante paraguaio recebe de língua

castelhana e a que recebe de língua guarani. Como já dissemos, somente há pouco tempo o guarani passou a ser ensinado e a figurar de forma sistemática no currículo das escolas secundárias e, mesmo assim, em muitas partes com pouco mais de uma hora por semana. Na escola primária, por outro lado, que é onde se fundam os alicerces da cultura do indivíduo, em que se formam hábitos de leitura, a língua guarani não era aprendida na escola até 1991. Este idioma tem sido, até há pouco tempo, aprendido informalmente. A maior parte da população aprendeu o guarani em casa e o castelhano como um segundo idioma. A aprendizagem do castelhano ocorre, assim, em circunstâncias formais e, por tanto, o uso desta língua se restringe também a ocasiões formais. Deste modo, pouco estudado na escola e com uma gramática conhecida plenamente e corretamente por poucos, o guarani paraguaio, tanto em nível morfológico quanto sintático, distancia-se visivelmente das formas puras do “Tesouro de la lengua Guarani”, do Padre Montoya e dos ramos “puros” da língua que anteriormente citamos.

Pode-se, com efeito, em vista do que anteriormente se afirmou, falar de um autêntico bilingüismo do Paraguai?

O bilingüismo é a realidade em muitas partes do mundo, como no Canadá (o francês e inglês), na Espanha (o castelhano, juntamente com o basco, o catalão e o galego), no Reino Unido (o inglês e o gaélico), na extinta U.R.S.S. (o russo e os vários idiomas das repúblicas outrora confederadas). Semelhanças há com a realidade lingüística do Paraguai:

– O catalão e o basco na Espanha não gozam do mesmo “status” de língua de “civilização” como é o caso do castelhano. O mesmo se pode dizer em relação ao gaélico no Reino Unido e com relação a muitas outras línguas de grupos minoritários da Europa.

– Pouca importância oficial foi dada ao estudo de tais línguas, notadamente por razões políticas. A Espanha de Franco tolheu quaisquer iniciativas que tendessem a valorizar culturas minoritárias de povos com aspirações separatistas. O mesmo ocorreu na extinta URSS, em vista da problemática étnica, sendo o russo a língua oficial e gozando as línguas das repúblicas de menor prestígio.

A principal diferença, todavia, entre a realidade lingüística de

tais países e a do Paraguai é que este último é herdeiro de uma língua aborígine, língua de um povo considerado “primitivo”, selvagem, cuja natureza “humana” teve de ser formalmente definida em encíclica papal no século dezesseis.

Como compreender, pois, o guarani paraguaio senão em vista de seu caráter de língua colonizada? Poder-se-ia afirmar a exigência de um autêntico bilingüismo onde o “status” das línguas faladas é tão diferente? Pode-se, sim, conforme afirma Bartomeu Meliá em vários trabalhos seus, chamar “diglossia” à realidade lingüística do Paraguai. Bilingüismo há, sim, no Canadá, na Suíça, em que as principais línguas faladas não diferem em seu “status” de língua de “cultura”, mas tal não é a realidade paraguaia e demonstra-o completamente o domínio do castelhano sobre o idioma guarani tanto em nível morfológico quanto em nível sintático, conforme passaremos a mostrar mediante alguns exemplos.

## O GUARANI PARAGUAIO

A língua guarani pertence à família lingüística tupi-guarani, que compreende línguas que se falavam na América pré-colonial por povos que viviam a leste da Cordilheira dos Andes desde o mar Caribe até o rio da Prata, e são faladas hoje em dia tanto por populações integradas à sociedade de seus respectivos países como por etnias que preservam ainda suas culturas autóctones no Paraguai, norte da Argentina, Bolívia e no Brasil.

No Paraguai podem-se diferenciar três variedades de guarani quase incompreensíveis entre si: o *missionário* ou *jesuítico*, o *tribal* e o *guarani paraguaio*.

O guarani missionário falou-se na área e no tempo de influência das missões jesuíticas, entre 1632 e 1767 e depois foi desaparecendo paulatinamente até que se extinguiu definitivamente em torno de 1870, mas tendo deixado importantes documentos escritos.

O guarani tribal é falado por cinco ou seis etnias assentadas dentro do território paraguaio e limitadas geograficamente.

O guarani paraguaio é falado por quase a totalidade da população do país (94%), que é de cerca de quatro milhões de habitantes,

pelo que é a variedade de guarani que conta o maior número de falantes. A descrição que apresentamos neste trabalho se refere a ele.

No guarani que denominamos “paraguaio” parecem não existir diferenças dialetais por localização geográfica. Existem, todavia, diferentes proporções de interferências do castelhano, principalmente no léxico e também algumas na fonética e na morfossintaxe.

Este grau de interferência depende, geralmente, da localização geográfica, urbana ou rural dos falantes, sendo variável o grau de pureza e de riqueza do léxico. Nos centros urbanos e principalmente na capital fala-se o “Jopará”, mescla de guarani e de castelhano, mas com estrutura do guarani, que Meliá já considerou como uma tendência para uma terceira língua. O Jopará seria o guarani paraguaio com grau máximo de interferência do castelhano.

#### ALGUNS EXEMPLOS DE ESPANHOLISMOS NO GUARANI PARAGUAIO

Em nossa presente pesquisa, servimo-nos de duas fontes: textos em guarani paraguaio e trechos de diálogos travados com pessoas residentes em Assunção, São Pedro de Ykuamandyju e Pedro Juan Caballero, os quais reproduzimos por escrito.

Os textos em guarani paraguaio dos quais nos servimos foram os seguintes (a citação bibliográfica completa será feita no final deste trabalho).

- 1) *Curso Breve del Idioma Guarani*, de Pablo Scott, S.V.D.
- 2) *San Francisco de Asis*, de Valentino Turetta.
- 3) *Hablemos el Guarani*, de Diego Ortiz, SI, Nível 1, 2,3 e 4.
- 4) Sanabria, Lino Trinidad, *Platero ha Che*, versión Guarani de *Platero y Yo* de Juan Ramón Jiménez. Asunción,
- 5) Meliá, Bartomeu et al., *El Guarani a su Alcance*. Asunción, CEPAG, 1992.

Abordaremos a questão da interferência do castelhano no Guarani Paraguaio por meio de exemplos tomados das obras anteriormente citadas, ”às quais faremos referência por meio de

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

abreviaturas. Quando o exemplo citado tiver fonte oral não faremos referência alguma.

EXEMPLO 1 (Scott, *Curso Breve*, p.5)

A – MBA'EREPA CARLOS OHO ENCARNACIONPE?

Porque Carlos se va hacia Encarnación?

OGUERU HAGUÃ ISYPEPA?

Para traer a su madre?

B- MBA'EREPA JAHA ARUPI?

Porque nos vamos por aqui?

JAGUERU HAGUÃ KAMBY ÑA MARIA ROGAGUI.

Para traer leche desde la casa de doña Maria.

Em castelhano, quando o objeto é uma pessoa, é necessário utilizar-se a preposição *a* após o verbo. As frases em guarani fazem o mesmo, comportando-se o verbo GUERU da mesma forma que o fazem o verbo traer, utilizando-se a preposição -PE, que é a que corresponde à preposição espanhola *a*. Note-se que no segundo exemplo não se emprega a preposição -PE, justamente porque o castelhano não utiliza *a*. Diz-se: “*Traer leche*”, mas “*Traer a tu padre*”. Sempre que o castelhano empregar o *a* em tais condições (isto é, acompanhando o objeto), o guarani paraguaio empregará -PE. A interferência da sintaxe castelhana sobre o guarani é, aqui, evidente.

EXEMPLO 2 (Scott: *Curso Breve*, p. 5)

ROJUTA PARAGUAIGUI PORQUE ROIPOTA ROHECHA ORE SYPE.

Vinimos de Assunción porque queremos veer a nuestra madre.

A conjunção coordenativa explicativa *porque* do castelhano passa, cada vez mais, a ser usada quando a oração introduzida pela conjunção é extensa. Dir-se-ia mais corretamente:

ROJUTA PARAGUAIGUI ROIPOTA ROHECHA RUPI ORE SY.

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

Observa-se a utilização do *-PE*, haja vista que o verbo “veer” (-HECHA), tendo “madre”(SY) por objeto, exige a preposição *a* em castelhano:

Veer a nuestra madre.

Rohecha ore sype.

### EXEMPLO 3

*MBA'EICHAPA LA PORTE?* (Meliá: El Guaraní a su Alcance, p. 11)

Como estás?

Introduz-se lentamente no guarani paraguaio o uso do artigo definido castelhano (no caso, “la”).

### EXEMPLO 4

A- LA ESKUELA NDACHEGUSTAI.

La escuela no me gusta.

B- OGUSTAPA CHUPE LA KLASE?

Le gusta a el la clase?

Observe-se no exemplo A- o uso do artigo definido do castelhano numa frase em guarani paraguaio. A regência do verbo *gustar* do castelhano é imitada fielmente pelo guarani e uma forma guaranizada do verbo espanhol é utilizada (GUSTA) com a construção guarani típica para a negativa:

NDA +VERBO +I

Com efeito, conjuga-se tal verbo em guarani paraguaio da seguinte forma:

### PRESENTE DO INDICATIVO

#### Afirmativa

che chegusta  
nde ndegusta  
ha'e igusta  
etc.

#### Negativa

ndachegustai  
nandegustai  
ndaigustai  
etc.

Observe-se também nos exemplos A- e B- o uso do artigo de-

finido castelhano *la*, inadmissível nos ramos puros do guarani. Vê-se aí também o emprego dos termos castelhanos *escuela* e *clase*, guaranizados na escrita.

EXEMPLO 5 (ORTIZ: *HABLEMOS EL GUARANI*, VOL.3, P. 29)

EREMI PEDRO ORREGALA HAGUE NDEVE PLATA.

Dice que Pedro        te regaló                dinero.

O emprego de um verbo espanhol (regular) com forma e construção guaranis novamente ocorre neste exemplo. Observe-se o emprego “plata” (dinheiro), do castelhano, mesmo havendo em guarani termos correspondentes (VIRU, PIRAPIRE).

EXEMPLO 6 (Scott: *Curso Breve*, p.166)

CHE AJUHU ICHUPE.

Yo lo encuentro a él.

É da índole do castelhano utilizar, pleonasticamente, o pronome pessoal do caso oblíquo “lo, la” em sua forma analítica (a el , a ella), depois de ter antes empregado aquelas primeiras formas átonas. A forma analítica vem após o verbo. O guarani paraguaio imita tal construção do castelhano e o *ICHUPE* ou *CHUPE* é a forma correspondente a *a él*, *a ella*, aí aparecendo a posição –PE (*a*, *para*).

Em guarani paraguaio diz-se: CHE ANHYVO ICHUPE (Eu flecho a ele). A forma *ICHUPE* é influência do castelhano. Num guarani tribal dir-se-ia: CHE AINHYVO.

O pronome pessoal objetivo de 3º pessoa seria *I* e permaneceria entre o prefixo *A* de 1ª pessoa do singular e a raiz verbal (NHYVO). No tupi antigo dos índios Tupinambás do Brasil aquela frase escrever-se-ia: CHE AIJYBÕ.

Vê-se, novamente, que, às vezes, o guarani clássico aproxima-se muito mais do tupi antigo que do guarani paraguaio da atualidade.

EXEMPLO 7 (Turetta: *S. F. Assis*, p.13)

PE MBA EASY OMOKANGY PERO NDOITYRI ICHUPE.

Esa enfermedad lo debilitó a el pero        no lo hizo caer.

A oração coordenada adversativa é introduzida pela conjunção espanhola “pero” e não pela forma guarani existente “há katu”.

EXEMPLO 8 (Turetta: S. F. Assis, p. 13)

*PERO, MBA'E PIKO LA AJAPO VAERÃ?*

Pero, que es lo que tengo que hacer?

O lo, utilizado como objeto na frase espanhola, é um pronome indefinido (significa “aquilo”). O guarani paraguaio utiliza a forma *la*, nítida adaptação do *lo* castelhano numa construção guarani.

EXEMPLO 9 (Turetta: S. F. Assis, p. 43)

IPOCHYETEREI OHECHAVO MBA'EICHAPA ITA'YRA DE 25 AÑOS

Ele estava muito zangado ao ver como seu filho de 25 anos

OHEJA REI PE MUNDO HÁ NOIPYTYVÕI ICHUPE HEMBIAPOPE

deixava sem motivo o mundo e não ajudar a ele em seu trabalho

OÑEMU HAGUÃ COMERCIOPE, OGANA HAGUÃ PLATA.

para atuar no comércio e para ganhar dinheiro...

A relação entre os termos “ta'ya” e 25 años é feita pela preposição espanhola *de*, algo inadmissível na língua guarani clássica. O correto seria dizer: Ita'ya 25 ari rehe.

Também se verifica no texto acima o emprego do artigo *PE*: *PE MUNDO* - o mundo, inexistente no guarani clássico. Vê-se, além disso, o emprego de termos castelhanos *comercio*, *plata*, *ganar* (este último na forma guaranizada GANA)

## CONCLUSÃO

É muito evidente a hibridização que caracteriza o guarani paraguaio, notadamente daquela modalidade dita “Jopará”. Ele difere fundamentalmente do guarani clássico. Designar esta fala híbrida com o nome “Guarani” é, como já fica dito, induzir em erro o inves-

tigador desconhecedor da língua. Cremos que o nome “Guarani” deveria reservar-se para designar o “clássico” de Montoya e as falas não contaminadas em que os vários subgrupos conservam seus textos míticos, todas elas muito superficialmente conhecidas.

Antigas e renovadas são, porém, as dissensões acerca da necessidade de se purificar o guarani das influências alienígenas que o empobrecem e fazem-no despir de sua primitiva força de coesão nacional. Intui-se claramente que, no Paraguai de hoje, a campanha cívico-nacionalista de defesa da cultura autóctone significa, em grande parte, lutar pela ampliação da língua guarani no currículo da escola primária e, uma vez que o guarani já foi elevado, juntamente com o castelhano, à condição de língua oficial do Paraguai, elevar o grau de conhecimento gramatical da língua pela população por meio de maior número de aulas nas escolas.

É sabido que a sociedade paraguaia ganhou há alguns anos uma nova constituição. Tais medidas acima esboçadas emergem como condição indispensável para o fortalecimento da nacionalidade e da identidade pátria. Sem isto, é patente que a língua e a cultura que outrora floresceram nas planícies e nas florestas de vasta área da América do Sul corre o risco de diluir-se e de perder-se numa cultura tecnicista e massificante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MELIÁ, Bartomeu, Hacia una tercera lengua en el Paraguay. In *Sociedad y lengua. Bilingüismo en el Paraguay*. Tomo I. Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos, Asunción, 1982.

MONTOYA, Antônio Ruiz de, *Arte de la Lengua Guarani, ó más bién Tupi*. Viena - Paris, 1876.

———. *Vocabulario de la Lengua Guarani*. Viena-Paris, 1876.

———. *Tesoro de la Lengua Guarani*. Viena-Paris, 1876.

———. *Catecismo de la Lengua Guarani*. Ed. de Julio Platzmann, b. G. Teubner, Leipzig, 1876.

ORTIZ, Diego, *Hablemos el Guarani*, 1, 2, 3 e 4. Asunción, CEPAG, 1985.

SCOTT, Pablo, *Curso breve del idioma Guarani*. Congregación del Verbo Divino, Asunción, 1981.

TOVAR, Antonio, Español y Lenguas Indígenas, In: *Sociedad y lengua. Bilingüismo en el Paraguay*. Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos, Asunción, 1982.

TURETTA, Valentino, *San Francisco de Asis*. Asunción, 1986.

**BASE TEÓRICA DE CRÍTICA TEXTUAL  
PARA INICIANTE E VETERANOS**

*José Pereira da Silva (UERJ)*

**AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de. *Base Teórica de Crítica Textual*. Rio de Janeiro: H. P. Comunicação, 2004.**

Temos a enorme satisfação de anunciar aos interessados no ensino e na prática da crítica textual, a edição do livrinho do Prof. Leodegário, que continua na divulgação das atividades filológicas de edição crítica, com um extrato das bases teóricas de crítica textual que se encontram no seu *Iniciação em Crítica Textual*, que serviu de suporte didático a milhares de estudantes de Letras no final do século XX.

*Base Teórica de Crítica Textual* é uma síntese da história e da técnica desta especialidade, preparada por quem não precisa procurar em manuais e tratados de terceiros o que dizer sobre a sua prática acadêmica de várias décadas de incansável atividade filológica, aplicada principalmente à edição de textos da lírica de Camões.

Exatamente por não faltar exemplos publicados da prática da edição crítica de acordo com esta técnica, foram excluídos os cinco exemplos de sonetos que saíram na sua primeira edição, reduzindo, assim, seu volume e seu custo.

Na “Introdução Geral”, o autor apresenta a bibliografia linguística e filológica mínima de vinte títulos, indispensável ao estudante interessado em se preparar para atuar como editor crítico, remetendo-o à bibliografia do volume para complementar a parte específica relativa à crítica textual, além de dar uma síntese da produção da especialidade feita no Brasil até o início da década de 80.

No capítulo 3 – “Conceito de Crítica Textual”, faz a distinção entre Crítica Textual e Ecdótica, relacionando as etapas do trabalho do editor em oito itens: a) *recensio*, b) *collatio*, c) *eliminatio codicum descriptorum*, d) classificação estemática da tradição manuscrita (se houver) e da tradição impressa (textos não eliminados, após a *examinatio*), e) *emendatio*, f) *constitutio textus*, após a *selectio*, g)

apresentação do texto reconstituído e h) aparato de variantes.

A seguir, ainda neste capítulo, define a crítica textual, do ponto de vista do método lachmanniano e do ponto de vista bédieriano, esclarecendo a distinção entre uma *emendatio ope codicum* e uma *emendatio ope conjecturae* ou *divinatio* e relacionando os principais preceitos da crítica textual clássica herdados pela crítica textual moderna para se fazer correção em um texto, que são: a) *lectio antiquior potior*, b) *lectio melioris codicis potior*, c) *lectio plurium codicum potior*, d) *lectio difficilior potior*, e) *lectio brevior potior*, e f) *lectio quae alterius originem explicat potior*. Além disso, lembra e explica as cinco etapas seguidas pelos clássicos nesta etapa de sua atividade editorial: a) *interpungere*, b) *mutare*, c) *transponere*, d) *delere* e e) *supplere*.

No capítulo 4 – “Ciências Auxiliares e um Pouco de História”, define a Epigrafia, a Paleografia, a Codicologia e a Diplomática e faz uma síntese magistral da história da filologia como crítica textual desde os críticos alexandrinos (Aristófanes de Bizâncio e Aristarco de Samotrácia) até os dias atuais, demonstrando com exemplos de sua própria obra, com as seguintes palavras conclusivas: “E assim, realmente, ocorre. E de tal forma que será possível falar em boas ou más edições críticas, mas não em edições críticas perfeitas”.

No capítulo 5 – “Edição Crítica e Outras Edições”, o autor distingue criteriosamente os principais tipos de edição, fazendo uma leve referência à crítica estilística e à crítica genética e esclarecendo detalhadamente as distinções entre edição diplomática, edição semi-diplomática ou diplomático-interpretativa e edição crítica, aprofundando mais, naturalmente, esta última, que busca a “perfeição, ainda que inatingível”.

No capítulo 6 – “Etapas de uma Edição Crítica”, os itens meramente relacionados no capítulo 3 são detalhadamente explicados, abrindo-se um espaço maior para a descrição de diversas hipóteses estemáticas, para melhor esclarecimento ao iniciante em crítica textual. O capítulo é dividido em seis subcapítulos: *recensio*, *collatio*, *eliminatio codicum descriptorum*, *stemma codicum*, *emendatio* e apresentação do texto crítico, sendo que neste já não se cuida da crítica textual propriamente, mas da apresentação editorial do resultado do trabalho filológico desenvolvido nas cinco etapas anteriores.

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

Como em todo o trabalho, também aqui o Autor utiliza a exemplificação extraída de suas edições críticas, dando como modelo as normas utilizadas na edição de *As cantigas de Pero Meogo*, jorral galego-português do século XIII, mas alertando para o fato de que, em edição crítica e em crítica textual, nenhuma regra é aplicada indiscriminadamente, visto que cada obra é um caso particular e deve ser assim tratada pelo filólogo editor.

Na bibliografia final, uma atualização seria bem-vinda, mas não foi possível nesta edição, ficando presa às informações já constantes em sua edição anterior.

Em relação aos trabalhos práticos, a bibliografia luso-brasileira oferece numerosas e exemplares contribuições mais recentes, mas, relativamente à bibliografia teórica, a produção brasileira ficou estagnada depois dos trabalhos de Antônio Houaiss, Segismundo Spina e Emanuel Araújo.

Agora, com a nova safra de trabalhos acadêmicos mais direcionados para as atividades filológicas e textuais, seguramente teremos maior motivação para nos debruçar sobre trabalhos mais profundos e detalhados, tomando como orientação essas despreziosas “bases metodológicas de crítica textual” que nos vem chegando em excelente momento da história do nosso desenvolvimento cultural, através da editora Ágora da Ilha.

## ELEMENTOS DA CRÍTICA TEXTUAL

*José Pereira da Silva (UERJ)*

**SPAGGIARI, Barbara; PERUGI, Maurizio.**  
*Fundamentos da crítica textual: história, metodologia, exercícios.* Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

Com apoio da Academia Brasileira de Letras, da Universidade Cruzeiro do Sul e do IP-PUCSP, a Editora Lucerna lançou, com o aval do Professor Evanildo Bechara, no Congresso Internacional de Língua Portuguesa organizado pela Academia Brasileira de Filologia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, o mais moderno manual de crítica textual disponível, trazendo-nos contribuições inéditas, tanto teóricas quanto aplicadas, da crítica textual.

Barbara Spaggiari e Maurizio Perugi, dois dos mais representativos discípulos da escola italiana de crítica textual, com Gianfranco Contini à frente, são conhecidos internacionalmente pelas edições críticas e ensaios sobre textos que vão do medieval ao moderno, de autores em língua provençal, italiana, francesa e portuguesa. (primeira orelha)

Ainda que especialmente escrita para o público brasileiro, a teoria discute e exemplifica problemas referentes a várias literaturas européias, numa evidência de que tais princípios metodológicos encontram aplicação em diferentes domínios lingüísticos das mais variadas épocas.

Na parte dos Exercícios que finaliza a obra, Barbara Spaggiari e Maurizio Perugi aplicam os princípios expostos na parte teórica em casos concretos de crítica textual, o que constitui novidade num manual do gênero. Discutem problemas e alertam para obstáculos apresentados na preparação de textos que vão do trovador medieval Martin Codax até uma elegia fúnebre de Ricardo Reis. (segunda orelha)

Esses elementos apresentados pela editora Lucerna vem atualizar a bibliografia brasileira de textos teóricos de crítica textual destinada aos estudantes do ensino superior, não somente de Letras, mas de todas as áreas que lidam com a editoração técnica e cientificamente elaborada, não somente de textos literários, mas também de textos históricos e científicos, garantindo-lhe maior confiabilidade.

Dirigindo-se aos leitores, a Professora Barbara escreve a seguinte síntese de apresentação:

O livro abre, por conseguinte, com uma breve panorâmica das técni-

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

cas utilizadas para a publicação das obras literárias, desde a antiguidade até ao século XIX, época em que, na Europa, começou a desenvolver-se a filologia moderna.

Seguem-se vários capítulos, destinados cada um a aprofundar os métodos de edição elaborados no âmbito da filologia textual, a partir do lachmannismo clássico, para chegar às novas fronteiras duma disciplina em constante – e não unívoca – evolução.

Na última parte do volume, apresentam-se alguns exercícios que pretendem ser amostras de como os critérios teóricos, que vêm explicado na primeira parte, encontram aplicação prática em casos concretos, todos referentes às literaturas portuguesa e brasileira.

Como todo manual com destino didático, este também sofre quer de esquematismo, quer de redundância, na medida em que, por um lado, se busca a máxima simplificação dos conceitos e, por outro lado, se retoma o mesmo assunto em capítulos e lugares diferentes.

Para facilitar a leitura, os vocábulos técnicos, próprios da disciplina, vêm listados num índice remissivo final, onde o número da página remete para a definição do termo. No mesmo intuito de clareza, vêm algumas citações acompanhadas pela tradução para vernáculo, ou então, por notas explicativas. (p. 9)

Para melhor mostra o que a Professora Barbara escreveu acima, sintetizo o bem detalhado sumário que os autores apresentam em quatro páginas:

PRIMEIRA PARTE: História e Metodologia .....	15-229
A edição de textos.....	15-27
O método lachmanniano .....	28-52
A crítica textual: geografia e história .....	53-59
O neolachmannismo.....	60-120
Variantes de substância, ou substantivas .....	60-79
Os fatores dinâmicos .....	79-94
<i>Lectio difficilior</i> , difração, <i>usus scribendi</i> .....	94-107
Variantes de forma, ou formais .....	107-120
A filologia dos impressos.....	121-172
A bibliografia textual ( <i>bibliography</i> ).....	121-172
Manuscritos e impressos .....	136-150
Variantes de transmissão e variantes autorais.....	150-172
Filologia dos textos modernos .....	173-229
Autógrafos e impressos .....	173-198
Filologia e crítica das variantes (genética).....	198-229
SEGUNDA PARTE: Exercícios de Crítica Textual.....	233-377
Glossário das palavras difíceis, ou raras, ou de aceção específica.....	400-407

Concluindo, passo a transcrever o que a Lucerna apresentou na quarta capa do volume, pelo que responde também o seu editor:

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

A Editora Lucerna sente-se honrada por apresentar ao público brasileiro estudioso e interessado nos problemas com que se defrontam os preparadores de texto o mais completo manual de ecódica em língua portuguesa sobre este importante campo de atividades das ciências filológicas – a crítica textual.

Numa linguagem acessível aos iniciantes, sem, contudo, descurar o rigor da informação científica, alicerçados que estão nas lições e experiência de competentes autoridades na matéria, estes *Fundamentos da Crítica Textual* foram escritos por Barbara Spaggiari e Maurizio Perugi, dois dos mais conceituados representantes da moderna geração de filólogos italianos.

Por isso, os *Fundamentos da Crítica Textual* estão fadados a contribuir para o aperfeiçoamento de preparação crítica de textos antigos e modernos desenvolvida pela escola filológica brasileira.

A teoria exposta na primeira parte é aplicada a casos concretos nos Exercícios de Crítica Textual que finalizam a obra, elaborados e discutidos com profundidade e segurança pelos dois autores, novidade em manual deste gênero.

A crítica responsável deverá trazer contribuições importantes para esta obra que, brevemente, acredita-se, terá uma segunda edição ainda melhorada, visto que sua qualidade editorial ficou aquém da competência daquela casa editorial, apesar de não termos nada melhor nem mais atual nesta especialidade, exceto em algumas informações sobre a atividade filológica brasileira.

## PALAVRAS TAMBÉM TÊM HISTÓRIA

Vito Manzolillo (UNESA)

**VIARO, Mário Eduardo. *Por trás das palavras: manual de etimologia do português*. São Paulo: Globo, 2004..**

Nos últimos anos, o mercado editorial brasileiro tem sido invadido por várias publicações dedicadas à abordagem de aspectos diversos ligados à etimologia.

Títulos como *De onde vêm as palavras I e II* e *A vida íntima das palavras: origens e curiosidades da língua portuguesa* (Deonísio da Silva), *A casa da mãe Joana I e II* (Reinaldo Pimenta), *Palavras sem fronteiras* (Sergio Corrêa da Costa), *A origem curiosa das palavras* (Márcio Bueno), *Por dentro das palavras da nossa língua portuguesa* (Domício Proença Filho) e *1001 estrangeirismos de uso corrente em nosso cotidiano* (Ernani Terra *et al.*) têm despertado a atenção dos interessados no tema. Até mesmo Marcelo Duarte, jornalista responsável por uma série de “guias dos curiosos”, lançou um volume relativo à língua portuguesa.

Sem querer desmerecer ninguém, em muitos casos, as leituras anteriores nada mais eram do que passatempo ameno surgido das penas – ou das teclas – de autores esforçados e sem formação específica na área de Letras – o que, fique bem claro, por si só não constitui demérito algum –, cujos textos visavam muito mais ao público geral do que aos especialistas em filologia, lingüística ou língua portuguesa.

Outra é a situação deste *Por trás das palavras*, do filólogo e professor de língua portuguesa da USP Mário Eduardo Viaro, que vai interessar, de maneira especial, ao estudioso de gramática histórica do português, apesar de, na introdução de sua obra, o autor afirmar que pretendeu atingir também os leigos (p. 15).

O livro encontra-se dividido em duas grandes partes, havendo ainda a introdução já mencionada. Na primeira seção, conceitos como os de *raiz*, *radical*, *forma popular*, *forma erudita*, *forma semi-erudita*, *caso*, *forma divergente*, *forma convergente* e *metaplasmo*,

importantes para estudos de cunho histórico, são discutidos.

Nessa primeira parte, há espaço igualmente para alguns comentários pertinentes ao *empréstimo lingüístico*, sem dúvida alguma, um assunto que se encontra “na moda” na atualidade. Na página 59, por exemplo, ao explicar que

...não fomos nós, brasileiros, que inventamos a Informática, então por que rejeitaríamos os termos do país em que se originou essa Ciência? Também não inventamos o *violino* e o *violoncelo* e usamos os termos italianos desde o século XVI. Não inventamos a *pizza*, a *lasanha*, o *estrogonofe*, o *hambúrguer* [*sic*] ou o *sushi*, e não me consta que precisemos de nomes alternativos para eles,

o autor indiretamente expõe a causa mais comum para a ocorrência de empréstimos, causa essa que, muitos séculos atrás, já se encontrava refletida nas seguintes palavras do poeta latino Horácio (65 – 8 a. C.): *Verba sequuntur rem* (*As coisas são seguidas pelas palavras*).

Nas duas páginas seguintes, o professor Viaro apresenta, com base no dicionário Zingarelli da língua italiana, alguns portugueses em processo de internacionalização (*autodafé*, *bossa nova*, *favela*, *samba* e *viado*), os quais servem de pretexto para que o mestre comente que “antes de lançarmos batalhas quixotescas contra invasões de termos estrangeiros, é preciso observar que também exportamos palavras para as demais línguas do globo” (p. 61).

Mais adiante (p. 94), dedica algumas linhas ao *decalque*, empréstimo insidioso e camuflado, cuja existência, freqüentemente, escapa ao falante comum. Nas palavras do autor, trata-se de

...uma espécie de tradução literal para o vernáculo dos elementos que compõem um determinado vocábulo, como encontramos na palavra *cachorro-quente*, composição que não foi criada no português, mas montada por decalque a partir do inglês *hot dog*.

A segunda parte da obra se presta a examinar os elementos não-latinos do léxico do português, encontrando-se dividida em capítulos dedicados a afixos e raízes gregas e a palavras pré-românicas, germânicas, árabes, ameríndias, africanas e asiáticas. Há ainda um capítulo sobre etimologia dos nomes próprios.

Na conclusão do estudo (p. 335), encontram-se, de forma resumida, “os passos de uma etimologia confiável”, apresentados e discutidos ao longo do manual. São eles:

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

- 1) conhecimento da estrutura e do léxico das línguas-fonte;
- 2) conhecimento do momento histórico do contato da língua-fonte com a língua estudada;
- 3) datação dos textos que comprovem os étimos ou que justifiquem a sua reconstrução;
- 4) conhecimento dos metaplasmos regulares da passagem da língua-fonte para a língua estudada;
- 5) conhecimento da frequência de uso das palavras nas línguas em questão.

No final do volume, dois índices (um de palavras e outro de assuntos) facilitam a consulta a este oportuno lançamento da Globo.

## INSTRUÇÕES EDITORIAIS

1. A *Revista Philologus* do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos (CiFEFiL) tem por finalidade básica a publicação de trabalhos nas áreas de Filologia e Lingüística. Devem os mesmos, de preferência, pertencer a autores filiados ao CiFEFiL.
2. Os artigos, que forem apresentados, podem ser inéditos ou não e de responsabilidade do(s) autor(es), sendo seus originais apreciados e avaliados pela Equipe de Apoio Editorial;
3. Cada trabalho apresentado ao CiFEFiL deve seguir estas normas:
  - 3.1. Os originais devem ser digitados em Word para Windows;
  - 3.2. Configuração da página: A-5 (148 X 210 mm) e margens de 25 mm;
  - 3.3. Fonte Times New Roman, tamanho 10 para o texto e tamanho 8 para citações e notas;
  - 3.4. Parágrafo justificado com espaçamento simples;
  - 3.5. Recuo de 1 cm para a entrada de parágrafo;
  - 3.6. Mínimo de 05 e máximo de 20 páginas;
  - 3.7. As notas devem ser resumidas e colocadas no pé de cada página;
  - 3.8. A bibliografia deve ser colocada ao final do texto, se o(s) autor(es) julgar(em) importante sua inclusão como parte informativa da temática global do artigo;
  - 3.9. Os artigos devem ser precedidos de um resumo de, no máximo 250 palavras, com indicação de três palavras-chaves e, **se possível**, sem gráficos, sem figuras e sem caracteres especiais.
4. Os artigos devem ser enviados por e-mail ou em disquete (**com cópia impressa**) até o primeiro mês do quadrimestre de sua pretendida publicação

À

**REVISTA PHILOLOGUS**

**A/C de José Pereira da Silva**

**Rua Visconde de Niterói, 512/97**

**20.943-000 – Rio de Janeiro – RJ**

Outras informações podem ser adquiridas pelo endereço eletrônico [pereira@uerj.br](mailto:pereira@uerj.br) pelo telefone **(0XX21) 2569-0276**, ou através da home page [www.filologia.org.br/revista/](http://www.filologia.org.br/revista/)